



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO – CSE**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**

**MARIA CATARINA MACHADO**

**FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE**  
**GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE**  
**FLORIANÓPOLIS:**

**Uma Experiência na Relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 09 / 12 / 04

  
Teresa Kleba Lisboa  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

**MARIA CATARINA MACHADO**

**FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE  
GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS:**

**Uma Experiência na Relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de título de Bacharel em Serviço  
Social ao Departamento de Serviço Social,  
da Universidade Federal de Santa Catarina,  
pela acadêmica Maria Catarina Machado.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ms. Iliane Kohler.

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**



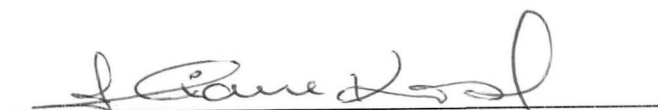
**MARIA CATARINA MACHADO**

**FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE  
GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS:**

**Uma Experiência na Relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

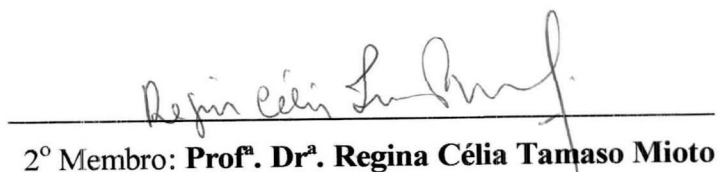
Banca Examinadora:



Orientadora: **Profª. Ms. Iliane Kohler**



1º Membro: **Assistente Social – Arlei Souza Borges**



2º Membro: **Profª. Drª. Regina Célia Tamaso Mioto**

**FLORIANÓPOLIS  
DEZEMBRO, 2004.**

*“O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis, e pessoas incomparáveis”.*

*Fernando Pessoa*

*Aos meus queridos filhos Patricia e Fabricio Luiz,  
companheiros de amor incondicional; ao Pablo  
Eduardo e à Fernanda, que a vida aproximou de  
meus filhos e a quem acolho com amor materno; à  
memória do meu pai, à minha mãe e meus irmãos,  
pelo sentido que deram à palavra “família” e ao  
Carlos Roberto, pelo amor.*

*À todos agradeço por fazerem parte da minha  
história de vida e dedico-lhes meu coração.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela luz, proteção e amparo.*

*Nesta caminhada tenho muito a agradecer, especialmente à Universidade Federal de Santa Catarina e ao NESSOP/UFSC, pela oportunidade de graduação em uma instituição pública e de Estágio Curricular e Obrigatório, que consolidaram meu processo de formação profissional. Aos mestres que me proporcionaram o abrir dos olhos, da consciência, da sensibilidade e do coração. Aos amigos e colegas que me trouxeram alegria e força na caminhada acadêmica. À Diretoria da UFECO pela parceria e oportunidade de aprendizado e a todos (as) cursistas de 2003 e 2004 do projeto Formação de Gestores Comunitários, pelos exemplos de vida participativa, coragem e determinação na luta por justiça social. Carinhosamente agradeço aos (às) cursistas da Região Norte I e II de 2004, pela fantástica cumplicidade e cooperação: Laureano; Meri; Ângela; Angelita; Cida; Cleuza; Daniel; Fabiana; Flávia; Flávio; Glecy; Ivânio; Izidoro; Nika; Márcio; Berna; Paula; Celeste; Tânia; Teodoro e Virgínio, incluo os apoios essenciais de Adaleta e Neuza. Às alunas do Serviço Social, Karise e Fabiana pelo apoio e carinho durante a realização do meu estágio no curso Formação de Gestores Comunitários 2004. À Assistente Social e Educadora Simone Matos Machado pelo profissionalismo, presença, apoio e tão importantes lições. Especial agradecimento quero registrar à Professora Iliane Kohler que me acompanhou desde as primeiras fases da vida acadêmica e como estagiária, no aprendizado do “Ser Assistente Social”, na vivência do “fazer profissional junto ao movimento sócio-comunitário”, e pelo compartilhar de lutas, desafios e conquistas. A vocês da Comissão Pedagógica, Comissão Executiva e Comissões Locais do curso Formação de Gestores Comunitários 2004, agradeço imensamente pelo empenho, dedicação e apoio na realização de tão importante trabalho.*

## RESUMO

Nossa intenção com este trabalho foi, apresentar inicialmente uma breve historicidade sobre as principais lutas e movimentos sociais ocorridos na América Latina e no Brasil, a realidade social urbana na contemporaneidade e sua influência junto à sociedade civil organizada, mais especificamente junto ao movimento sócio-comunitário. Posteriormente abordamos o projeto de extensão universitária “Formação de Gestores Comunitários 2004” realizado através da parceria firmada pela União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO e o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/UFSC, campo de nosso Estágio Curricular Obrigatório. Em consonância ao que determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 quanto ao papel das universidades, que devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC busca, através da extensão universitária, articular o ensino e a pesquisa e viabilizar uma relação transformadora aproximando a Universidade da Sociedade. O projeto a que nos referimos foi coordenado pela Professora Iliane Kohler, e a sua gestão ocorreu de forma participativa com a constituição da Comissão Executiva Geral, composta por membros da UFECO e do NESSOP, das Comissões Locais compostas pelos Coordenadores Regionais da UFECO, cursistas de 2003 e sujeitos sociais envolvidos com o movimento sócio-comunitário, e a Comissão Pedagógica, formada por professores com experiência em educação popular, especialistas que assessoram o movimento social em Florianópolis/SC, pelo NESSOP e por alunos(as) do Curso de Serviço Social da UFSC. Também deixamos aqui registradas as estratégias que se fizeram necessárias para a realização do projeto, os desafios que se apresentaram no decorrer do processo, os apoios recebidos e os resultados alcançados. No que diz respeito ao conteúdo programático do curso e às metodologias didático-pedagógicas, ficam aqui sistematizados os cinco módulos e os dois Seminários que compuseram o curso Formação de Gestores Comunitários 2004.

Palavras-Chave: **Extensão, Movimento Sócio-Comunitário, Sujeitos Sociais.**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. REALIDADE SOCIAL E SEUS DESAFIOS ÀS EXPRESSÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA .....</b>	<b>10</b>
1.1 Uma Breve Contextualização das Lutas e dos Movimentos Sociais na Relação com a Realidade Latino-Americana .....	15
1.2 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XVIII .....	26
1.3 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XIX .....	28
1.4 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XX .....	32
1.5 Realidade Social Urbana na Contemporaneidade .....	42
<b>2. FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: Uma Experiência na Relação UFSC/DSS/NESSOP e UFECO.....</b>	<b>49</b>
2.1 Problemática da Demanda .....	66
2.2 Cenário Sócio-Institucional .....	69
2.3 Processo Metodológico.....	74
2.3.1 Unidades Temáticas e Estratégias Didático-Pedagógicas .....	86
2.3.2 Desafios e Resultados .....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

O contexto do presente Trabalho de Conclusão de Curso é o Departamento de Serviço Social – DSS, Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, na relação com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO.

O trabalho resulta da trajetória do Projeto de Extensão Universitária “Formação de Gestores Comunitários 2004”, campo de nossa experiência durante Estágio Curricular Obrigatório no período de março a agosto de 2004.

O que nos motivou a escrever sobre este tema foi a intenção de contribuir para a publicização de um importante processo sócio-político-educacional, campo de inserção do Serviço Social, na qualificação da prática democrático-participativa de tão significativo segmento da sociedade civil organizada como é o movimento sócio-comunitário do município de Florianópolis/SC.

É nossa intenção disponibilizar um documento acadêmico sistematizado, como recurso que possibilite aos profissionais de Serviço Social, algumas referências em suas ações sócio-educativas na relação com a sociedade civil/movimento social, destacando: a descrição da trajetória e os resultados do processo de trabalho em Serviço Social, vivenciados na relação Universidade Pública/Sociedade; perspectivas de inserção da Universidade Pública/Serviço Social nos necessários avanços à construção de uma qualidade de vida cidadã, junto às diferentes expressões da sociedade civil local/movimento sócio-comunitário.

Estes são os principais pontos aqui tratados:

- ✓ Primeiramente destacamos como, ao longo da história das lutas sociais evidencia-se a necessidade de uma compreensão crítica da realidade e das

formas de ação desenvolvidas, como configuram-se as adversidades, os avanços e as fragmentações das mesmas. Em outros termos, trazemos como contribuição aos sujeitos do movimento social, bem como ao Serviço Social, um pouco da produção teórica produzida para, à luz da mesma, assessorarmos práticas sócio-políticas emancipatórias, mais especificamente nos processos político-organizativos do contexto urbano;

- ✓ Em seguida, apoiadas nesse primeiro momento, descrevemos e sistematizamos a trajetória do Projeto Formação de Gestores Comunitários 2004, destacando seu percurso, desafios e resultados. Graças a essa experiência, apresentamos nossas considerações e sugestões ao Serviço Social, à extensão/ensino DSS/UFSC e à UFECO;
- ✓ Finalmente deixamos disponíveis as referências bibliográficas e os anexos.



## **1. REALIDADE SOCIAL E SEUS DESAFIOS ÀS EXPRESSÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

Neste capítulo é nossa intenção destacar conteúdos que têm enriquecido nosso processo de formação profissional em Serviço Social, mais especificamente aqueles relacionados a uma das expressões da Sociedade Civil organizada que é o movimento sócio-comunitário, configurado pelas Associações de Moradores e Conselhos Comunitários.

A luta social por serviços públicos urbanos de qualidade, engendra um processo político-organizativo nos bairros/comunidades brasileiros que se apresentam como sujeitos políticos fundantes à consolidação e construção do espaço público e à democratização das relações sociais na esfera pública. Constitui-se em uma das interfaces que configuram sócio-politicamente a dinâmica e a complexidade dos movimentos sociais.

Ao centrarmos nossa trajetória acadêmica na relação com o movimento sócio-comunitário do município de Florianópolis/SC, remetemos estudos para uma breve compreensão da historicidade e atualidade de tão importante setor da vida política e cidadã local/global.

A população brasileira vive uma realidade marcada pelas mais diversas formas de exclusão e desigualdades sociais, de processos antidemocráticos de governo e de um crescente descuido com a qualidade de vida da população. De Marco (2000, p.155) nos coloca que exclusões e desigualdades sociais são:

Situações existentes quando a riqueza socialmente produzida não é usufruída por todos de maneira igualitária, o que gera condições indignas de vida. Nestas situações, diversos segmentos sociais não gozam dos direitos sociais que lhes possibilitem o exercício pleno da cidadania.

Portanto, é o cenário sócio-político mobilizador de lutas sociais organizadas por diferentes segmentos da sociedade civil, comprometida com a autonomia e a justiça social.

O povo brasileiro tem garantias expressas na Constituição Federal de 1988 que lhe possibilita uma vida digna e cidadã, que lhe garante direitos nas mais diversas esferas da vida civil seja no âmbito pessoal, familiar, econômico, social, cultural, humano, ecológico etc. e que, uma vez tornados realidade, oferecem possibilidades de um viver com qualidade.

Em seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais, a Constituição de 88 ressalta a importância do conteúdo social no âmbito dos direitos reservados aos cidadãos brasileiros, assim expressos em seu o Art. 6º (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 20): “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O que nos mostra a realidade vivida pela grande maioria da população é a contradição daquilo que nos garante a Carta Magna, comprovada em uma realidade de ausências, de carências, de precariedade, de exclusão e de abandono.

Os que não se deixam levar pelo conformismo, pela acomodação ou pela banalização, buscam reivindicar, vizibilizar, lutar, pressionar o Estado e a sociedade como um todo, para que assumam sua condição de co-responsáveis pela transformação destas realidades excludentes, garantindo ao povo uma vida com dignidade e cidadania.

Como Assistente Social, foi à luz de importantes referenciais que conduzimos o processo de reflexão do trabalho realizado. As categorias teóricas que seguem foram fundamentais para a sua sustentabilidade.

Neste sentido, pensamos ser importante apontar para o atual conceito de *cidadania*, como um conceito fundamental utilizado, tanto nos meios políticos quanto em outros

espaços públicos de debates, onde diferentes sujeitos sociais a têm como referência para conquistar seu objetivo de luta. Evelina Dagnino (1998, p. 104) aponta para o que ela chama de “nova noção de cidadania”:

[...] o fato de que ela deriva e, portanto está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por *direitos* – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania.

A história brasileira tem mostrado as mais variadas formas e proporções de que essas lutas se revestem, nos diversos contextos, e seus objetivos específicos apontam para a busca de resultados que possam transformar as realidades locais, regionais ou globais. Foi a força exercida pelas pressões de grupos organizados de trabalhadores, de setores sociais populares, que conquistou garantias sociais significativas na Constituição de 1988, denominada “Constituição Cidadã”. Esta reflexão reforça a idéia de Dagnino (1998, p. 108):

A nova cidadania requer [...] a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”.

Falar de cidadania importa falar dos *sujeitos sociais* presentes nas lutas pela sua conquista e garantia. Importante para nós nesse momento é caracterizar, identificar e, se possível conceituar sujeitos sociais, o que faremos a partir do que nos traz Eder Sader (1988), ao citar vários autores que procuraram elaborar teoricamente o conceito do termo.

Ao falar das lutas dos metalúrgicos de São Bernardo, J. A. Moisés (apud SADER, 1988, p. 51) coloca que:

[...] talvez seja o caso de admitir a existência de uma estratégia subjacente a esses movimentos que apontam, precisamente, na direção da constituição de um *novo sujeito coletivo*. É a luta pela cidadania que dá

conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política.

Descrevendo sobre o desenvolvimento de uma comunidade de base, J. C. Petrini (apud SADER, 1988, p.51), assim se pronuncia:

Teve início assim o lento processo de agregação popular [...] que constituiu aquelas pessoas como um *sujeito popular*, com uma identidade própria, progressivamente conquistada, com a consciência de ter uma história semelhante, problemas e esperanças comuns, os mesmos valores, e também um destino comum.

Sobre o processo de constituição das comunidades eclesiais de base - CEBs, Leonardo Boff (apud SADER, 1988, p. 51-52) escreve que:

[...] a massa, mediante as associações, se transforma num *povo* que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elabora uma consciência de sua situação de marginalização, constrói um projeto de seu futuro e inaugura práticas de mobilização para mudar a realidade circundante [...] se constrói sob a participação de todos, com a presença forte do povo organizado, *novo sujeito histórico* emergente na sociedade e na Igreja.

Mais localmente, em Florianópolis, a temática Comunidade ganhou um significado a favor da auto-estima daqueles que se unem pela luta dos serviços básicos – saúde, educação, segurança, saneamento, transporte com qualidade etc. – através do trabalho realizado pelas CEBs e também porque o Serviço Social envolveu-se em ações, denominadas “Serviço Social e Organização de Comunidade”.

Dentre outras citações que o autor aponta, queremos ainda trazer para este trabalho, Tilman Evers (apud SADER, 1988, p. 52) que assim escreve sobre os novos movimentos sociais: “[...] o que pode ser de relevância prática para os movimentos sociais atuais são os primeiros e tímidos passos no sentido de tornarem-se *sujeitos de sua própria história*”.

O próprio Sader (1988, p. 55 e 58) diz preferir trabalhar a noção de *sujeito* da seguinte forma:

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. [...] Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui.

Após estas citações, podemos perceber que elas não trazem grandes divergências em seu conteúdo, e que são comuns expressões que apontam para: sujeito coletivo, sujeito popular, movimentos sociais, associações, organização, consciência, participação, luta, direitos e cidadania.

A partir destes conceitos, (GOHN, 1995 e 1997; DAGNINO, 1998; DE MARCO, 2000; SADER, 1988), e das experiências vivenciadas junto a grupos envolvidos com a vida sócio-comunitária no município de Florianópolis, julgamos ser possível considerarmos *sujeitos sociais* aqueles indivíduos cuja identidade e consciência dos direitos que lhe são conferidos Constitucionalmente, os levam a empreender movimentos e lutas, de forma coletiva, participativa, democrática e organizada, no sentido de buscar a garantia real desses direitos para a solução dos conflitos, das necessidades cotidianas e com vistas a uma vida cidadã em uma sociedade democrática, com mais justiça e equidade.

Esses movimentos e lutas empreendidos pela sociedade civil organizada, especialmente no contexto urbano local, pelas organizações sócio-comunitárias, tornam-se espaços públicos de reflexão, de resistência e busca de cidadania pautada na justiça, na democracia, no respeito às diferenças, no desenvolvimento auto-sustentável e na qualidade de vida humana, mesmo que, contraditoriamente, também se constituem em espaços públicos de produção e reprodução de autoritarismos, como o são as práticas centralizadoras, clientelistas e de exclusão/discriminação.

A sociedade civil organizada, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, traz consigo traços comuns como: o desejo de libertação, problemas étnicos, políticos, econômicos e sociais, de minorias, de classes trabalhadoras etc., e tem desenvolvido insistentemente formas de luta para que o sujeito coletivo, a inclusão social e a cidadania se ampliem e se consolidem.

Assim, contextualizamos brevemente que, nas realidades Latino Americana e Brasileira, ao longo dos três últimos séculos e no presente, apreendemos importantes trajetórias que poderão ser melhor compreendidas neste capítulo.

### **1.1 Uma Breve Contextualização das Lutas e dos Movimentos Sociais na Relação com a Realidade Latino-Americana**

Julgamos importante abordar neste trabalho de que forma se deram os movimentos sociais na América Latina, uma vez que os países latino-americanos possuem algumas semelhanças em seus processos de desenvolvimento histórico.

Gohn (1997) cita vários estudos e trabalhos produzidos sobre os movimentos sociais na América Latina após 1970 e coloca que a distribuição desses movimentos deu-se de forma diferenciada apesar de terem ocorrido em todos os países que a compõem. Os movimentos surgiram primeiramente nos grandes centros dos países mais industrializados, de onde se espalhavam para outras regiões, e eram articulados principalmente pela Igreja, sindicatos e partidos políticos que faziam oposição aos governos em cada época. As ações nos pequenos vilarejos dos países cuja base econômica era agrária assumiram caráter de



rebeliões e as agendas de lutas também eram diferenciadas, como coloca Gohn (1995, p.221 –222):

[...] questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade – onde o alimento tem centralidade – demandas por terra e moradia, por educação, e demandas consideradas “modernas” ao redor de questões de gênero – com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes (vide Navarro, 1989).

Países como o México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia vivenciaram muitos movimentos populares, mas o Brasil concentrou a sua maioria, possivelmente pela extensão do seu território, número de população maior que a dos outros países e desenvolvimento industrial em maior grau, principalmente na região sul.

A autora cita alguns movimentos que se destacaram no México com ação coletiva no meio rural: os zapatistas nos anos 70, que tiveram suas terras e culturas violadas por agentes do capitalismo agrário; os Chiapas nos anos 90 que denunciaram a mesma opressão sofrida há séculos.

O México e o Brasil foram palco de importantes movimentos sociais empreendidos pelos professores reivindicando melhorias na área da educação, enquanto na Bolívia predominaram os movimentos de populações pobres e indígenas, como os Aymaras, além dos protestos e movimentos de trabalhadores das minas.

Sobre os movimentos ocorridos no Peru, Gohn (1997, p. 222 – 223) faz a seguinte análise:

[...] um dos movimentos mais controvertidos da realidade latino-americana, o Sendero Luminoso, caracterizado como guerrilha rural [...] Em dezembro de 1996 e janeiro de 1997, o Movimento Revolucionário Túpac Amaru, criado em 1983, desenvolveu uma das mais audaciosas ações no continente latino-americano do século XX: a invasão e o aprisionamento de mais de seiscentas pessoas que participavam de uma festa em homenagem ao aniversário do imperador japonês, na casa do embaixador do Japão no Peru. [...] Os líderes do grupo demandavam a libertação de mais de trezentos de seus companheiros, presos no Peru pela polícia do presidente Alberto K. Fujimori nos últimos anos. [...] o fato foi manchete nos jornais do mundo todo. O *New York Times* caracterizou, em seus editoriais, o movimento como “guerrilha marxista”, transmitindo uma mensagem em que marxismo e guerrilha eram tratados

como sinônimos. Após 126 dias de cativeiro, ainda restavam 73 reféns; por meio de uma ação violenta das Forças Armadas peruanas, comandada pelo próprio presidente Fujimori (que contou com o apoio de potências internacionais), 72 dos reféns foram libertados, um morreu e os 15 guerrilheiros morreram massacrados.

Ciclos bem diferenciados de movimentos sociais viveu o Chile no período pré-regime militar que se caracterizou pela intensa participação política até a eleição de Salvador Allende.

A Argentina destacou-se pelo grande número de movimentos direcionados à busca de garantia dos direitos humanos, sendo que o mais significativo de sua história de transição política foi o das “Mães da Praça de Maio”.

Movimentos sociais relacionados com processos de libertação nacional ou ligados às pastorais da Igreja e movimentos de comunidades de base formam as especificidades dos países da América Central como: Nicarágua, Guatemala, Haiti, república Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador.

Cuba, na região do Caribe, registra movimentos sociais assim descritos por Gohn (1997, p. 223):

[...] pelas características de seu regime político, tem um cenário específico na área da ação coletiva: ou organizações de moradores baseadas em critérios geográfico-espaciais em âmbito local, voltadas para tarefas coletivas cotidianas organizadas pela planificação e administração central; ou campanhas coletivas – também organizadas pelos órgãos de planificação com o objetivo de criar frentes de trabalho em áreas definidas como prioritárias. Citem-se ainda alguns pré-movimentos sociais, tipo insurreição ou rebelião, organizados no exterior, a partir de cidadãos que lutam pela transformação do regime político lá existente.

É nossa intenção a partir deste ponto, destacar algumas diferenças que possam caracterizar e explicar os formatos adquiridos pelos movimentos e pelas lutas ocorridas na América Latina que, apesar das diferenças existentes entre os vários países que a compõem, tanto no que se refere à economia quanto à cultura, é possível admitir que as



semelhanças relacionadas às orientações que direcionaram seus processos de desenvolvimento histórico são maiores que as suas diferenças.

Tomando como referência o caso brasileiro, podemos destacar em primeiro lugar o passado colonial, escravocrata ou de servidão indígena, cuja economia baseava-se na monocultura e/ou em uma intensa exploração dos seus recursos naturais, especialmente do ouro, prata, pedras preciosas e de algumas espécies de madeira, a exemplo do pau-brasil.

Em pleno século XX, verificávamos que apenas alguns países latinos haviam se industrializado, ainda que de forma parcial, atrelada e dependente das necessidades impostas pelos carros-chefes da economia capitalista internacional dos países desenvolvidos.

O tipo de Estado nacional que se configurou, foi resultado de intensas lutas internas em que a maioria das elites políticas representava os interesses econômicos que estavam subordinados ao capital internacional.

O fato das relações entre a sociedade civil e o Estado terem sido marcadas por períodos longos de regimes autoritários, conferiu à questão da cidadania uma característica muito peculiar, como afirma Gohn (1997, p. 224 – 225):

[...] pois nos períodos de transição para a democracia o problema não era apenas a reapropriação do Estado pela sociedade civil, mas também de regulamentação das regras de civilidade e cidadania dentro dessa própria sociedade, que se investia de poderes arbitrários nas épocas de regime de exceção.

Até os anos 30 do século XX, as alianças firmadas entre as oligarquias rurais com o apoio de alguns setores do tradicional clero católico, resultaram nos regimes políticos, de onde surgiu o clientelismo político configurado pelo coronelismo (política de troca de favores e proteções administradas pelos políticos locais).

A partir da década de 30 do século XX, iniciou-se uma mudança no eixo de desenvolvimento econômico de diversos países para os processos urbanos-industriais, que

vieram a substituir as importações e se basearam na mão-de-obra migrante interna, períodos em que a população do meio rural deslocou-se para perto das fábricas, no meio urbano. Houve então, a necessidade de reformas nos planos político-administrativos no sentido de capacitar os Estados quanto à regulamentação dos conflitos sociais e criar algumas estruturas que pudessem suportar um plano de desenvolvimento nacional, a exemplo das leis trabalhistas, sistemas de previdência, expansão no campo da educação em sua rede de escolas primárias e sistema universitário etc.

No período compreendido entre o final da 2ª Guerra Mundial e os anos 60, a América Latina foi comandada pelos regimes políticos populistas que, de acordo com Gohn (1997, p. 225):

[...] baseados na política de trocas e de favores entre líderes políticos carismáticos e as massas populares que ascendem à cena social por intermédio do voto e de sua existência no meio urbano, eleito agora como espaço fundamental dos projetos nacional-desenvolvimentistas, num modelo de industrialização de bens de consumo duráveis (Fernandes, 1975; Oliveira, 1972). Este período gerou reformas constitucionais e administrativas, intensa disputa político-partidária entre dezenas de partidos políticos, políticas sindicais atreladas aos governos, surgimento de movimentos de base, em âmbito de bairros, e do trabalho da Igreja (Campello de Souza, 1973; Rodrigues, 1996; Moisés, 1978; Wanderley, 1986).

Esse cenário de um passado colonial-imperial, seguido da república dos coronéis que se completou com os líderes populistas, foi o que levou ao desenvolvimento de uma cultura política nos países latino-americanos onde as relações sociais entre o Estado e os cidadãos sofreram uma naturalização, expressa no clientelismo, na dominação, no paternalismo aceitas como naturais pela própria população. Essa cultura veio a dificultar a criação de espaços de liberdade e de consolidação da democracia, observada pelas constantes entradas e saídas dos militares no poder, configurando-se assim a conjuntura política de vários países da América Latina durante o período dos anos 60 e segundo Gohn (1997, p. 226) verifica-se que:

A partir dos anos 60 a aliança com o capital internacional levou a mudanças no modelo econômico e gerou modelos políticos específicos: foi a era dos regimes militares autoritários que sobreviveram por duas décadas em vários países latinos. A centralização na política, no planejamento econômico, o bipartidarismo, um novo modelo de desenvolvimento baseado no tripé empresário nacional (urbano e industrial), capital internacional e militares passou a predominar, baseado na ideologia da segurança nacional e desenvolvimento associados (Ianni, 1975).

O período entre o final dos anos 70 e os anos 80 passou a ser conhecido pela redemocratização, fruto da mobilização e pressão da sociedade civil e política, quando os regimes militares foram substituídos por regimes civis. Os movimentos sociais se multiplicaram, e deram visibilidade à sua luta pela redemocratização e a outras causas.

A passagem por esses períodos trouxe à cultura política latino-americana grandes transformações, ampliando a visão de cidadania e de direitos sociais coletivos e sobre o panorama dos anos 90 Gohn (1997, p. 227) destaca o que segue:

Nos anos 90 o panorama do capitalismo nos países ocidentais se alterou, passando-se a ter uma nova redivisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais perderam importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a ocorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômicas de modo geral sejam mais propícias à acumulação; a economia formal declinou e a informal cresceu, os sindicatos perderam poder de forma generalizada, o desemprego passou a ser uma realidade, tanto nos países onde historicamente sempre existiu, no chamado “Terceiro Mundo”, como no Primeiro Mundo desenvolvido. [...] O novo período passou a ser chamado era da globalização [...].

Maria da Glória Gohn em seu estudo sobre as Teorias dos Movimentos Sociais (1997), elenca alguns pontos sobre os movimentos latino-americanos, que queremos aqui reproduzir, ainda que de forma resumida:

✕ 1º - A diversidade dos movimentos sociais, as diferenças internas quanto à organização, às propostas, aos projetos políticos e articulações, que levaram a uma diversidade de movimentos mesmo quando se relacionavam aos mesmos temas;

✕ 2º - Diante de outros movimentos sociais, há a hegemonia dos movimentos populares, que lutaram pela terra, casa, comida etc., necessidades materiais básicas à sobrevivência, ou seja, a direitos sociais básicos;

✕ 3º - Ocorreram em toda a América Latina os chamados “novos movimentos sociais” (de mulheres, ecológicos, de negros etc.). Esses novos movimentos buscam mudanças nos espaços públicos, privados e na vida social, lutando contra todas as formas de dominação relacionadas a essas áreas;

✕ 4º - Na vida do homem pobre latino-americano, a religião é um valor muito importante e a Igreja Católica foi presença marcante na correlação das forças sociais e políticas. Destaque para os movimentos protegidos pela ala progressista da Igreja, a da Teoria da Libertação;

✕ 5º - Nos anos 60 do século XX com o Concílio Vaticano II houve uma mudança no eixo da política da Igreja na América Latina, desenvolvendo estratégias de organização para a sociedade civil, através das pastorais e comunidades eclesiais de base. Os movimentos e as ONG's latinas passaram a buscar a auto-suficiência financeira, pois enfrentaram graves crises econômicas, cujas saídas deram-se via produção. A economia informal passou a ser um dos principais caminhos, o que levou à priorização das atividades produtivas em detrimento aos planos das demandas e das pressões;

✓ 6º - Enquanto a problemática dos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos tem gerado uma série de movimentos sociais, no Brasil ocorrem manifestações sem grandes proporções contra migrantes nacionais do norte/nordeste do país;

✓ 7º - A questão indígena é fonte de conflitos na América Latina, onde encontramos grande parte desta população vivendo de forma miserável nas periferias das grandes cidades ou em pequenos povoados. Há uma imensa desagregação de suas tradições e culturas, ocorrendo já uma aculturação. Os que se mantêm em seus territórios originais lutam para preservar as suas terras contra a invasão do homem branco. Essa questão ganhou relevância na era da globalização, com ONG's internacionais dando-lhe visibilidade mundial;

✓ 8º - Enquanto a questão do preconceito racial contra os afro-americanos foi muito acirrada nos Estados Unidos, ela se expressa de forma diferenciada nos países latino-americanos. Na América do Norte o movimento fortaleceu-se na busca dos direitos civis e contra todas as formas de discriminação. Na América Latina ocorre a discriminação subliminar através de baixos salários, subempregos etc.;

✗ 9º - Gohn (1997, p. 222) afirma que: “A relação dos movimentos sociais com o Estado sempre variou em função de objetivos estratégicos e das articulações mais amplas dos próprios movimentos sociais”. Na busca da democratização durante os anos de regime militar, ser contra o Estado foi uma estratégia dos movimentos sociais e esta relação mudou causando divisão entre os movimentos, com alguns apoiando enquanto outros continuavam a luta contra o governo constituído. Há, no entanto pressão por parte dos movimentos para garantir a inclusão e participação;

✓ 10° - Sobre a problemática da integração social bastante discutida pelos americanos e europeus, não assume a mesma importância na realidade latino-americana, onde o Estado não integra, pois suas políticas sociais compensatórias consolidam a desagregação e fragmentação social;

✓ 11° - A estratégia utilizada pela sociedade política para dar respostas aos movimentos sociais é a institucionalização dos conflitos pelo viés da criação de leis e órgãos públicos, porém a institucionalização jurídica além de não resolver os problemas faz aumentar a descrença popular no Estado que deveria ser o promotor do bem comum;

✓ 12° - As ideologias são elementos fundantes da idéia de movimento social e todo movimento social da América Latina articula-se a crenças e representações que configuram seus projetos político-ideológicos. A ideologia no campo das práticas social, aqui tratada por Gohn (1997, p. 235) como: “conjunto de idéias que dão suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social”;

✓ 13° - Também os partidos políticos desempenham importante papel junto aos movimentos sociais, e segundo Gohn (1997, p. 235):

Estes não podem ser vistos como estruturas distintas dos partidos, como grupos de interesses etc., [...] vemos a similaridade nas estratégias e táticas de ação a partir de projetos políticos em comum. A articulação é política e não econômica. Talvez a questão dos partidos seja a menos tratada nas pesquisas sobre os movimentos sociais – principalmente nos populares –, porque vários intelectuais e militantes dos movimentos – que escreveram sobre eles e eram também lideranças político-partidárias – não tinham interesse, na época, em deixar clara tal relação. [...] os novos partidos de esquerda ou da social-democracia vêem os movimentos sociais como interlocutores próprios, com cores partidárias definidas, que demarcam seus projetos e sua visão do processo de mudança e transformação social.

✓ 14° - Algumas ênfases temáticas são criadas pelos movimentos sociais como, por exemplo: exclusão social, cidadania, direitos etc. e marcam cada período histórico, consolidando-se nas falas e nas práticas dos sujeitos sociais em movimento;

✓ 15° - Apesar da presença majoritária dos extratos populares nos movimentos sociais, na América Latina observa-se a categoria dos intelectuais neste cenário e têm sido interlocutores básicos dos movimentos, tanto junto às agências governamentais, quanto à mídia;

✓ 16° - Destacamos aqui as alianças e a articulação entre as demandas e transformações socioeconômicas e culturais que geram a exclusão social. As demandas culturais nos dão elementos que possibilitam compreender as visões, valores, projetos de vida e de mundo existentes no interior dos grupos que se mobilizam;

✓ 17° - A articulação entre os diferentes movimentos e lutas sociais na América Latina é recente, pois como explicita Gohn (1997, p. 237):

Nos anos 70 e em boa parte dos anos 80, embora existissem pessoas que participavam de vários movimentos sociais ao mesmo tempo, a articulação só ocorria em grandes eventos ou por acontecimentos excepcionais, como na solidariedade diante da morte. O movimento negro era composto basicamente de negros, o dos índios contava com apoios já clássicos do clero e de algumas ONGs; o das crianças de rua estava no universo do serviço social, de entidades do clero ou filantrópicas, o dos direitos humanos junto à Comissão dos Direitos Humanos; o das mulheres junto a grupos feministas etc. [...] Mas os movimentos populares mais combativos criaram estruturas nacionais próprias, como a CMP – Central dos Movimentos Populares. As ONGs também criaram organismos articuladores no âmbito nacional como a ABONG – Associação das ONGs Brasileiras.

✓ 18° - Violentos conflitos têm sido motivados pela questão agrária na América Latina e as elites dominantes em geral, têm se recusado a discutir propostas de reformas



nessa área. Contradizendo a modernidade da sociedade brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST é uma das mostras da desigualdade social existente em todo continente;

✕ 19º - Estratégias e táticas são contrastes nos movimentos sociais latino-americanos e variam desde ações violentas a modernas formas de ação através de meios avançados de comunicação, como é o caso da Internet e a mídia;

✕ 20º - Sobre a heterogeneidade dos movimentos sociais, Gohn (1997, p. 239) coloca que:

Devemos considerar que a heterogeneidade dos movimentos comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo projetos políticos diferenciados. [...] a democracia representativa, eleita pelo sufrágio universal, na prática não é a representante dos interesses gerais, como afirmam os discursos. A figura de um governo significa a vitória de uma dada ala das forças políticas. Embora esta ala tenha de procurar compor-se com as várias facções existentes, certamente tentará apoiar-se na facção que lhe deu apoio eleitoral. E, portanto, nem todos os movimentos populares têm o mesmo “caminho aberto” para se expressar diante de um governo só porque este se elegeu pelo sufrágio popular.

✕ 21º - Percebe-se que os movimentos desarticulados das redes nacionais ou regionais enfraqueceram-se e, em contrapartida aqueles movimentos locais que lutam por demandas globais se fortaleceram e seu fortalecimento qualitativo relaciona-se às ONGs que lhes oferecem apoio, capacitação tecnológica e criam estruturas nacionais;

✕ 22º - Destaque-se que nos anos 90, segundo Gohn (1997, p. 240):

[...] o modelo de movimento social norte-americano chega ao Brasil por intermédio de ONGs internacionais. [...] É o modelo de movimento-organização, com ênfase na auto-estruturação a partir de certos pontos: política interna de captação de recursos; constituição de uma base de adeptos e militantes; articulação com a sociedade civil e política por meio de políticas de parceria; envolvimento em projetos sociais operacionais; e



política de formação e qualificação de quadros. O Greenpeace é um exemplo deste tipo de movimento.

Na síntese de seu estudo sobre a história dos movimentos sociais, Gohn (1997, p. 240), expressa que:

[...] o estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos deve ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Devemos considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc.; assim como a estrutura sociopolítica e econômica em que os movimentos estão inseridos, numa abordagem histórico-estrutural renovada.

## **1.2 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XVIII**

Reportando-nos ao século XVIII, não podemos deixar de citar as lutas de uma fase onde a principal característica era o desejo de libertação da Metrópole (Portugal), através da Independência do Brasil, fase essa que teve alguns aspectos muito particulares, quais sejam: quem promulgou a nossa Independência de Portugal foi um príncipe herdeiro e não os líderes que por ela lutaram; o príncipe teve o apoio da conservadora elite rural do país temerosa de sofrer perdas dos privilégios adquiridos com vinda da Corte para cá.

Quem comandava as rebeliões na fase anterior à Independência eram os liberais radicais que se inspiravam nos modelos de duas das mais importantes revoluções, ou seja, a Revolução Francesa e a Revolução Norte-Americana.

Os pontos comuns adotados como bandeiras de lutas contra o colonialismo nessa época, conforme Gohn (1995, p. 19), diziam respeito: “à liberdade de comércio, à

liberdade, à igualdade, à representação popular soberana e contra o anticlericalismo exacerbado”.

No período entre 1789 e 1800 alguns movimentos tiveram maior importância e aqui os destacaremos seguindo a sua cronologia, localização, objetivos a que se propunham e como se configuravam os sujeitos sociais nela envolvidos.

O ano de 1789 é marcado pela Inconfidência Mineira, luta que objetivava a independência do Brasil, colônia de Portugal. No estudo desenvolvido por Gohn (1995), no qual nos orientamos, a autora coloca que as causas do movimento abrangiam as dimensões econômicas, políticas e ideológicas. A dimensão econômica originou-se da pesada carga de impostos, entre eles o “quinto”, que a Coroa continuava a cobrar mesmo após a redução da produção do ouro, cuja diferença chamada “derrama” devia ser paga pela população, independente da atividade de minerador ou não. A dimensão política foi de ordem interna e ocorreu na Capitania de Minas Gerais, causada pelo despotismo e pelas arbitrariedades do governador. A influência do liberalismo inglês e de filósofos da época como Voltaire, Rousseau entre outros, configurou a dimensão ideológica da Inconfidência Mineira, que foi um movimento empreendido pelas elites intelectuais, proprietários de terras, mineradores, religiosos e militares. A história nos coloca como herói seu principal líder Tiradentes, que exercia a atividade de alferes.

No período de 1794 – 1795 ocorre a Conjuração do Rio de Janeiro. Voltando a 1771, um grupo de escritores fundou a Academia Científica do Rio de Janeiro, que passou a reunir membros que discutiam questões científicas e políticas. O grupo criticava a política da rainha de Portugal, D. Maria I, admiravam o Marquês de Pombal, simpatizavam com a idéia da República e desdenhavam os religiosos, motivos que o levou a um processo de devassa, sendo absolvido por falta de provas.

Em 1797 registra-se revoltas populares de mulatos e negros na Bahia e em 1798, um movimento que Affonso Ruy (apud GOHN, 1995, p. 21) caracteriza como “A Primeira Revolução Social Brasileira”, a Conspiração ou Conjuração dos Alfaiates. O movimento se compunha por baianos brancos que pertenciam à elite local e baianos pobres, brancos e negros artesãos, soldados e escravos, todos influenciados pelas idéias da Revolução Francesa. O nome do movimento derivou-se do fato de que a maioria dos artesãos era composta por alfaiates.

### **1.3 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XIX.**

As problemáticas existentes no Brasil do século XIX foram-se configurando em algumas categorias, segundo Gohn (1995, p. 18), que assim as sistematizou:

- 1 – Lutas em torno da questão da escravidão.
- 2 – Lutas em torno das cobranças do fisco.
- 3 – Lutas de pequenos camponeses.
- 4 – Lutas contra Legislações e Atos do poder Público.
- 5 – Lutas pela mudança do regime político (pela República ou pela restauração da Monarquia).
- 6 – Lutas entre categorias sócioeconômicas (comerciantes brasileiros x comerciantes portugueses).

Todas essas categorias acima colocadas, segundo a autora, envolviam conflitos tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas, decorrentes do sistema produtivo da época que se baseava na hegemonia da monocultura do café, uma vez que a produção se dava no meio rural, porém a comercialização do produto e da mão de obra se dava no meio urbano, nos mais diferentes pontos do Brasil.

As lutas envolvendo a questão da escravatura e as que levaram à proclamação da República tomaram maior vulto na história nacional, por relacionarem-se diretamente com

elementos fundamentais ao país que eram: o sistema produtivo – intimamente relacionado e dependente da mão-de-obra escrava, o sistema de poder e controle político.

Gohn lembra que outras lutas também importantes, não tiveram tanto destaque na História do Brasil, e a esse respeito cita Manuel Correia de Andrade, que traz a seguinte observação (apud GOHN, 1995, p. 19):

Movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos de negros, as revoltas do período regencial e imperial – Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malés da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco etc. -, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história”. E ainda conclui: “Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros e como chefes de bandidos.

Como fica evidente a partir de Andrade, nossa história se fez de muitas lutas e movimentos, e que pouca relevância ou reconhecimento lhe são atribuídos pela sociedade brasileira. Esse fato deve-se à história que nos foi contada através dos tempos, deve-se, sobretudo àquela que nos foi omitida ou modificada de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais, e que deixou seus atores também no anonimato ou, o que ainda é mais grave, transformados em sujeitos indignos perante o seu povo.

Os revolucionários dessa época foram pessoas que, mesmo moldadas por ideologias liberais, conseguiram com suas lutas, romper o provincialismo gerado pelas suas condições reais de vida. Podemos identificar as principais características dessas lutas e movimentos a partir da reflexão que faz Gohn (1995, p. 23):

[...] eram motins caóticos; faltava-lhes projetos bem delineados ou estavam fora do lugar, importados de outros países; as reivindicações básicas giravam em torno da construção de espaços nacionais, no mercado de trabalho, nas legislações, no poder político etc. A escravidão não era uma questão a ser tratada ou eliminada em grande parte dos movimentos, isto porque não se questionava a estrutura de produção existente, mas o modo como ela estava organizada, privilegiando apenas as elites ligadas aos interesses da Coroa.

À luz do que a autora traz podemos analisar que esses movimentos não primavam pela garantia de direitos igualitários, mas que apontavam essencialmente para a sustentação das elites no poder político e para a garantia da produção de riquezas, independentemente da sua estrutura e distribuição injusta e discriminatória. Essa realidade se reproduziu através dos tempos e ainda hoje persiste, apesar dos avanços e da modernidade, o que nos lembra uma colocação feita por Roberto da Matta (apud TELLES, 1999, p. 87):

[...] essa é uma matriz cultural própria de uma sociedade que não sofreu a revolução igualitária de que falava Tocqueville<sup>1</sup>, em que as leis, ao contrário dos modelos clássicos, não foram feitas para dissolver, mas para cimentar os privilégios dos “donos do poder”[...]

No estudo elaborado, a autora evidencia que os movimentos ocorridos na primeira metade do século XIX tinham dificuldades de permanecer no poder, nas várias regiões do Brasil, que as alianças de classes eram frágeis e contraditórias uma vez que os homens brancos e livres queriam a diminuição dos impostos e a liberdade para comercializar; os militares lutavam pelo aumento dos soldos; os religiosos a não-restrição a seus trabalhos; os índios trabalhadores buscavam a liberdade para viver de acordo com sua cultura e seus costumes; os negros já alforriados queriam empregos.

Isso nos remete a necessidades diferentes que precisavam buscar sua satisfação também por diferentes caminhos, e essa falta de unidade gerava espaços para que houvesse delações e traições no interior dos movimentos e das lutas, mesmo entre seus pares.

---

<sup>1</sup> O historiador Alexis de Tocqueville nasceu na França, em 1805, e veio a falecer em 1859. Foi um dos grandes teóricos sobre a democracia na América.

Situação que nas palavras de Gohn (1995, p. 25) é assim definida:

A não-unidade das ações durante o período de 1800-1850 propiciava às elites dominantes o desmonte das lutas, caracterizadas como ações de “assassinos”, “bárbaros”, “selvagens” etc. os conflitos entre as diferentes facções das elites da aristocracia rural faziam com que as massas também fossem utilizadas como joguetes, nas manobras e pressões pelo poder local. As rebeliões usualmente escapavam ao controle daqueles que as arquitetavam e tomavam caráter popular, revestindo-se de grande violência, de ambos os lados, devido ao ódio e às paixões envolvidas, mas também devido à não-existência de canais e formas civilizadas de negociar e encaminhar os conflitos.

Alguns elementos dessas lutas podem ser destacados, a partir de Gohn (1995), quais sejam:

1º - A questão dos escravos esteve na pauta das lutas sociais desse período, envolvendo aspectos relacionados com a luta pela cidadania, a constituição da identidade, a garantia da liberdade humana e outras questões envolvendo os negros na sua vida cotidiana;

2º - Nesse período há o registro de movimentos messiânicos que se configuraram em torno da questão agrária, como forma de resistência às oligarquias rurais;

3º - As entidades de ajuda mútua, ou o movimento das Associações de Auxílio Mútuo, que cuidavam das necessidades econômicas de seus associados, entre outras, foi uma forma de associação das classes populares que perdurou até o século XX. Essas entidades foram regulamentadas em Lei ainda em 1860, mas se multiplicaram após 1890. Esse Movimento chamado Mutualista desempenhou o papel de Previdência Social para os trabalhadores assalariados que vieram a substituir a mão-de-obra escrava no país.

Gohn (1995) ao apresentar os movimentos do período entre 1850 e 1900, faz um destaque especial sobre os mesmos, colocando que as lutas contra o fisco, pelas suas

características, foram as que mais se aproximaram dos movimentos sociais urbanos do século XX.

#### **1.4 Lutas e Movimentos Sociais no Brasil do Século XX.**

Para dar continuidade a esse mapeamento dos movimentos sociais no Brasil, entramos agora no século XX que, desde o seu início imprimiu um novo caráter aos movimentos e lutas sociais, principalmente o urbano, surgido a partir das problemáticas derivadas das novas funções que se concentram nas cidades, a partir da ampliação da industrialização.

Os conflitos que ocorrem no meio urbano configuraram novas categorias de lutas, assim classificadas por Gohn (1995, p. 60 – 61):

1. Lutas sociais da classe operária por melhores salários e condições de vida.
2. Lutas das classes populares urbanas por meios de consumo coletivos.
3. Lutas das classes populares e médias por moradia.
4. Lutas da categoria dos militares.
5. Lutas de diversas classes sociais por legislações e normatizações pelo Estado.
6. Lutas sociais no campo.
7. Lutas de segmentos das classes sociais pela educação formal.
8. Lutas e movimentos a partir de ideologias (socialismo, anarquismo, fascismo, integralismo etc.).
9. Lutas e movimentos nacionalistas (petróleo, Amazônia etc.).
10. Lutas pela mudança do regime político (ditaduras civis e militares).
11. Lutas e movimentos por questões ambientais.
12. Lutas e movimentos de raça, etnia e cor.
13. Lutas e movimentos de gênero (mulheres, homossexuais).
14. Lutas e movimentos de categorias de idade (crianças, menores, idosos, aposentados etc.).
15. Lutas pela preservação do patrimônio histórico.
16. Lutas e movimentos regionais.
17. Lutas cívicas (Movimento pelo Impeachment) e lutas solidárias (Ação pela Cidadania, contra a Fome e a Miséria, pela Vida).



São trajetórias de lutas significativas e que se somam e/ou qualificam sócio-politicamente os movimentos sociais no Brasil da década de 80 que, segundo Gohn (1995, p.123 – 124):

[...] foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL), o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, [...] como o das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches, etc. [...] revelaram a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas.

Com os importantes acúmulos realizados, chega-se nos anos 90 onde:

[...] Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e de corporativismos, os escândalos na vida política nacional etc. levam a reações no plano moral. Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural, ou de figuras carismáticas, como o caso de Betinho na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, Pela Vida. [...] ou ainda, [...] movimentos nacionais a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, de idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ou o Movimento dos Aposentados. [...] movimentos de revalorização da cidade como *locus* de vivência e sociabilidade, e antiviolença, como o Movimento Viva Rio (GOHN, 1995, p. 125).

Todas essas lutas têm caráter histórico e sua importância é maior ou menor de acordo com a conjuntura sociopolítica do país à época em que ocorreram. Um dos principais teóricos do Partido Comunista Brasileiro, Octávio Brandão que também foi militante de lutas sociais e fundador do jornal “A Classe Operária” escreveu que (apud GHON, 1995, p. 61): “Sem levar em consideração as lutas operárias e populares, não será possível escrever a História do Brasil e da América Latina no século XX”.



As lutas por serviços e/ou consumo de bens coletivos foram articuladas e assumidas por moradores de bairros, favelas, comunidades através de formas organizativas – Associações de Moradores, Conselhos Comunitários.

A partir deste histórico dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina que tomamos como base os estudos realizados por Gohn (1995 e 1997), julgamos apropriado trazer para este espaço algumas conceituações e teorias sobre “movimentos sociais” e “novos movimentos sociais”, resultado do trabalho de diversos autores que se debruçaram a estudá-los.

Como anteriormente já destacamos, cidadania e sujeitos sociais são duas categorias a adensar o referencial que oportuniza uma reflexão crítica sobre os movimentos sociais como segmento fundamental à vida política local/nacional e, uma inserção do Serviço Social como uma expressão profissional de relevância na conquista e na consolidação de direitos sociais.

Gohn aponta que a análise dos movimentos sociais geralmente utilizada nas ciências sociais tem como base a “problemática da ação coletiva” e que foi com o nascimento da Sociologia que a temática movimentos sociais surgiu como objeto de estudo. Segundo Scherer-Warren (apud GOHN, 1997, p. 328):

“Na sociologia acadêmica o termo ‘movimento social’ surgiu com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes” [...]

Dos anos 20 aos anos 60 do século XX a abordagem clássica que dominou a sociologia norte-americana deteve-se às “ações e comportamentos coletivos”. Gohn (1997, p. 328) cita Blumer, que segundo ela:

[...] foi o primeiro a utilizar o termo movimento social na teoria norte-americana. Ele elaborou uma teorização que dividia os movimentos em gerais e específicos, abordando sua estrutura e funcionamento, refletindo sobre o papel de suas lideranças; [...]

A autora ainda nos lembra Heberle, que publicou o livro *Social Movements* em 1951, tendo sido um dos primeiros pesquisadores a escrever especificamente sobre o tema movimentos sociais e cujo trabalho ampliou os tipos de ações coletivas designadas como movimentos sociais e, ainda de acordo com Gohn (1997, p. 330): “ele chamou a atenção para os movimentos dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas e separou os movimentos em sociais e políticos, segundo seus objetivos”.

Turner e Killian (1957) também são apontados por Gohn (1997), como autores de um trabalho referência sobre o tema movimentos sociais e a autora ainda nos lembra que na Inglaterra muitos foram os adeptos das teorias sobre comportamentos e ações coletivas.

Sobre a produção de estudos relacionados aos movimentos sociais, Gohn (1997, p. 329) escreve que:

[...] observa-se que grande parte da produção até os anos 60 deste século concentrou-se no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Os primeiros estudos que tomaram como objeto central outros movimentos sociais [...] referiam-se a distúrbios populares (*riots*). Alguns foram analisados de forma bastante conservadora, como em Le Bon (1895) ou Ortega y Gasset (1926/1987). Os mesmos fenômenos foram analisados cerca de sessenta anos depois de forma totalmente diferente por Hobsbawm, Rudé, Thompson etc., sob o prisma marxista. [...] a temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais. [...]

O conceito de movimentos sociais até os anos 50 do século passado, tinha sua abordagem baseada na teoria marxista, estando sempre associado às lutas de classes e também se denominavam movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais, as libertárias e religiosas. Segundo Gohn (1997, p.330-331):

Os estudos críticos, associados à perspectiva marxista, inseriam sempre o conceito dos movimentos sociais na questão reforma ou revolução [...] O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e de

transformação social. Havia a crença, fundada em análises objetivas da realidade social, na existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. Consequentemente, a maioria dos estudos empíricos teve como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. [...] O surgimento de novas modalidades de movimentos sociais – como o dos direitos civis nos Estados Unidos, ainda nos anos 50; os dos estudantes em vários países europeus nos anos 60; os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã etc. – contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. [...] As mobilizações coletivas foram analisadas segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias.

Os chamados novos movimentos sociais que irromperam na Europa a partir dos anos 60: de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente, antinucleares etc., originaram aquilo que Offe (apud GOHN, 1997, p. 332) designou como: “um novo paradigma da ação social e foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação”.

No final da década de 70 e durante os anos 80 desenvolveram-se nos países do Terceiro Mundo novos estudos sobre os movimentos sociais que apontaram para aquilo que nos apresenta (GOHN, 1997, p. 333) como:

[...] novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas que foram interpretadas como a nova “força da periferia” (Gohn, 1985), realizando “uma revolução no cotidiano” (Scherer-Warren, Krischke: 1987).

O cenário dos anos 90 do século XX altera o quadro sobre os movimentos sociais e as análises sobre os mesmos, tema sobre o qual Gohn (1987, p. 335 - 342), assim se manifesta:

Na América Latina alguns analistas deslocam as atenções para outro fenômeno social que esteve meio oculto durante a fase de apogeu dos movimentos sociais no Terceiro Mundo, as ONGs: as Organizações Não-governamentais. Alguns autores passam a tratar os dois fenômenos como sinônimos; outros, a desqualificar os movimentos, como coisa do passado. Outros ainda retomam os estudos sobre os movimentos sociais

de forma totalmente inovadora, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil [...] Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social. [...] e os obstáculos à construção da democracia, segundo os princípios da cidadania [...] o novo padrão de ser humano que a mídia e alguns analistas têm desenhado, com condições de sobreviver e ter sucesso na sociedade do novo século que se aproxima, seria um tipo semelhante aos dos novos militantes/atores dos movimentos dos anos 90. Com interesses um tanto quanto difusos e indeterminados, bem informados [...] sobre os principais assuntos da agenda social e político-cultural; com predisposição para o trabalho coletivo com fins determinados.[...]

Gohn (apud CFESS – ABEPSS-CEAD/NED, 1999, p. 44) define Movimentos

Sociais como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

Ao finalizar seu estudo sobre as teorias e os conceitos de movimentos sociais pesquisados na bibliografia geral das ciências sociais, Gohn (1997, p. 342 – 343) faz o seguinte depoimento:

Quanto a nós, preferimos continuar acreditando na necessidade das utopias e esperando que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas têm dado ao mundo venham a contribuir para a redefinição dessas utopias, a reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Realizamos esta contextualização teórica, para nos voltarmos às formas e conteúdos que a sociedade civil vem adotando na construção e desenvolvimento do movimento

comunitário, expressão do associativismo civil no município de Florianópolis e em Santa Catarina, que tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores da área da Sociologia e do Serviço Social.

É nossa intenção trazermos algumas considerações sobre a colonização do estado de Santa Catarina, a partir do trabalho realizado por Castro (1997) e que apontam para características sócio-econômicas e culturais muito particulares, que deram uma especial e diferenciada configuração às relações sociais das populações catarinenses. Desta forma, Castro (1997, p. 28) considera que:

[...] o processo colonizador trouxe ao estado uma organização econômica e social diversa da que a colonização brasileira estabeleceu no país, no seu contexto mais amplo. [...] centrada basicamente na exploração, sustentando uma sociedade apoiada no trabalho escravo e hierarquizada em torno de grandes diferenças sociais, enquanto que o sistema de colonização que imperou no estado catarinense, em regra geral e na maioria de suas regiões, se fez à base da pequena propriedade e do trabalho livre [...] que dará origem a uma sociedade mais homogênea e menos hierarquizada no tecido das relações sociais, e, como tal mais igualitária e democrática. [...] Camponeses, mestres, aprendizes, artesãos, técnicos industriais e pequenos fabricantes vieram de diferentes regiões e de diversos países da Europa, trazendo suas experiências de trabalho e de vida sociocomunitária, nos moldes da cultura européia. [...] Nas colônias, circunscritas por um conjunto de pequenos lotes que giravam em torno de pequenas vilas, os imigrantes europeus deram organicidade a um estilo de vida comunitária, associativa, solidária, herança do tradicional mundo rural europeu, que estabelecido com os primeiros organizadores das comunidades, em plena mata, prolongou-se ainda vigoroso e imperativo nos anos oitenta do século XX. Associações populares, sindicatos, cooperativas, grandes assembleias comunitárias, conselhos comunitais e sistemas integrados de produção são categorias que se manifestam na dinâmica da configuração do perfil sócio-econômico da maioria das regiões catarinenses.

Avaliamos que foram apontados nesta síntese importantes dados sócio-históricos que se incorporaram igualmente à cultura associativa do povo de Florianópolis, e que através dos tempos vêm sofrendo transformações impostas pelas mais diversas realidades históricas no campo da política, da economia, das ideologias e, principalmente, no que diz respeito aos desejos de autonomia, participação, ampliação da democracia e da cidadania que se expressam nas lutas dos sujeitos sociais envolvidos com a vida sócio-comunitária.



Ainda sobre o contexto organizativo da sociedade civil Florianopolitana na sua trajetória histórica, trazemos a análise realizada por Müller (1997, p.42):

A evolução histórica das organizações de moradores em Florianópolis está marcada pelo entrecruzamento complexo de diversos atores sociais e políticos com distintos interesses, compromissos e perspectivas de ação, cuja dinâmica tem refletido, em maior ou menor grau, sobre a orientação interna de cada organização. Nesse processo ressalta-se o papel desempenhado pela ação governamental e pela Igreja Católica no fomento das mobilizações comunitárias, bem como a articulação entre as diferentes organizações e movimentos de moradores que têm se constituído no espaço urbano com vistas a um exercício coletivo de cidadania [...]

A gênese das organizações de moradores no município resultou de um projeto acadêmico do Curso de Serviço Social, que se desenvolveu no decorrer da década de 60 e 70.

Com o Governo Estadual de Antônio Carlos Konder Reis (1975 –78) foi definida uma política de ação comunitária, a partir de um decreto assinado em 1977, que tratava da criação e funcionamento dos conselhos comunitários no Estado de Santa Catarina. Este decreto se inseria entre as estratégias do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do regime militar, que previa a realização de políticas redistributivas [...] no qual se incluía o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975). Tal política buscava uma base de legitimidade social, antecipando ao mesmo tempo mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população.

A operacionalização institucional e controle do movimento comunitário a partir de então, deu-se através do Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários que foi desenvolvido pela Supervisão de Ação Comunitária – SAC, ligada diretamente ao Gabinete do Governador e que, de 1979 a 1982 durante o governo de Jorge Konder Bornhausen, o órgão responsável foi a Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade – FUCADESC.

Müller destaca ainda em seu estudo (1997, p. 42 – 43) que:

Em 1979, outro decreto ampliou a participação no programa para outras formas de organização comunitária, permanecendo, porém, no processo de formalização dessas organizações, a homologação do estatuto e da diretoria pelo Governador do Estado.

Havia um conjunto de procedimentos metodológicos necessários para a organização de um conselho comunitário em determinado bairro ou localidade e freqüentemente o interesse partia de alguns “cabos

eleitorais” dos partidos governantes ou por cobrança do próprio poder público que condicionava o atendimento de reivindicações de moradores ao seu encaminhamento por uma organização local reconhecida (conselho comunitário).

Durante o período de vigência dessa política de formação e acompanhamento dos conselhos comunitários, sob responsabilidade da FUCADESC (Estado) e Prefeitura (durante determinado tempo, outras organizações de moradores foram surgindo de forma mais independente, ou por influência da Igreja Católica em áreas de periferia.

A historicidade sobre os movimentos sociais e movimentos comunitários especificamente no município de Florianópolis, aponta para o que nos coloca Ribeiro (2004, p. 89):

[...] é na década de 80 que começamos a perceber uma maior articulação no Movimento de Bairro. Em meados da década, começam a surgir Conselhos Comunitários e Associações de Moradores de oposição nas periferias de Florianópolis, com a mediação da Igreja Progressista.

A atuação da Igreja, fundamentada na Teologia da Libertação, passou a desenvolver trabalho de pastoral nas comunidades de periferia, cujo ideal de vida digna a todos os cristãos, animava e legitimava a luta e os processos de organização.

Uma das lutas das comunidades fundou-se na conquista da terra, que é reafirmada por Müller (1997, p. 43), ao dizer que:

[...] foi uma questão concreta assumida pelas comunidades da periferia do município, que contou com o apoio e assessoria da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão do Solo Urbano, ambas ligadas à Igreja, a partir de 1984 e 1985, respectivamente.

Em 1987 foi criado, também por iniciativa da Igreja, o Centro de Apoio e Promoção do Migrante – CAPROM, que prestava assessoria ao Movimento Sem Teto que apoiava de forma especial as ocupações de terra no município, fazendo com que acontecessem de forma organizada e coletiva. Destaque-se nesta época a fundação do

Centro de Educação e Evangelização Popular – CEDEP que, conforme Müller (1997, p. 43):

[...] tem atuado na formação política de lideranças das comunidades e assessoria na criação e desenvolvimento de organizações populares, tais como associações de moradores, movimentos diversos (ligados à educação, saúde, terra, mulher, desemprego), cooperativa de consumo e outras.

Ao iniciar-se a Nova República, em termos políticos, com a chamada transição democrática, um de seus desdobramentos foi a eleição direta dos prefeitos das capitais, fato que acabou, segundo Müller (1997, p. 43 – 44):

[...] gerando expectativas de mudanças em nível local e a mobilização das organizações de moradores. Algumas associações mais independentes e organizações de periferia reuniram-se para a elaboração de uma parcela conjunta de reivindicações ao Prefeito eleito (PMDB) e procuraram negociar formas de participação das organizações nessa gestão. [...] As organizações de moradores da periferia, durante o processo de discussão do orçamento municipal, avaliaram que a heterogeneidade do grupo não permitiria uma posição mais combativa e se decepcionaram também com os resultados. [...] essas organizações temiam o controle do PMDB na formação da União Municipal e resolveram se afastar das demais organizações que acabaram formando a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias).

Sobre a história da formação da UFECO, Lüchmann (1997, p. 59) especifica que a mesma foi:

[...] constituída formalmente em 1987 [...] contando com a participação de setores das mais diferentes vinculações político-ideológicas, inicialmente com membros de organizações de moradores vinculadas a CEBs, PT, PMDB, e outros partidos menores como PCB, PCdoB; recebendo, durante a sua constituição, novas adesões de organizações vinculadas ao PDS e PFL, ou os antigos conselhos comunitários. Tal união veio sofrendo uma série de conflitos e divergências, desembocando numa total ruptura ainda na sua fundação, e a formação de uma outra articulação formada por entidades ditas da “Periferia”, com forte vinculação com a Igreja[...] e com setores do PT. Com o objetivo de intervir diretamente nas políticas públicas tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da cidade como um todo, a UFECO vem historicamente apresentando uma trajetória caracterizada por



avanços e retrocessos, constituindo-se num exemplo da complexidade de um processo de expansão e consolidação da democracia.

A relação do fazer profissional do Assistente Social com este conteúdo, referenda sua relação interdisciplinar, bem como sua forma de inserção, desde os primórdios da profissão, via Serviço Social e Organização de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade e, mais recentemente, Processos de Trabalho em Serviço Social e Movimentos Sociais.

### 1.5 Realidade Social Urbana na Contemporaneidade.

Este item busca agregar a temática do urbano como mais um importante assunto que expressa as contradições sociais, políticas e culturais, objeto das lutas sociais e/ou movimentos.

Contextualizar a realidade social urbana importa inicialmente, ao nosso ver, em conceituar *cidade e urbano*, e para tanto, buscamos a definição dada por Ferreira (1999, p. 469), segundo a qual *cidade* é um “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, dedicada a atividade de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural”. Complementando este conceito, o autor cita Costa que a define da seguinte forma: “Cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico”.

E *urbano* na definição de Ferreira (1999, p. 2033) é “Relativo ou pertencente à cidade” e ainda “Que tem características de cidade”.

Constatamos ao longo da história da humanidade que a cidade se constituiu a partir do trabalho coletivo da sociedade, sendo que nela estão expressas as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas da população.

A existência da cidade é determinada, segundo o texto de apresentação do Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos (BRASIL, 2002, p. 15) pela:

[...] necessidade humana de se agregar, de se interrelacionar, de se organizar em torno do bem estar comum; de produzir e trocar bens e serviços; de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.

Vivemos num país onde mais de 80% da população e a maior parte das atividades econômicas se concentram em áreas urbanas, onde também estão concentradas grandes partes dos problemas mais difíceis que a sociedade enfrenta no seu cotidiano e onde as políticas públicas e o Poder Público não têm conseguido realizar uma intervenção suficientemente eficaz para a sua resolução.

O investimento sistemático em programas de urbanização das cidades ocorreram a partir de 1940, ao consolidar-se a industrialização de produtos nacionais que substituíam as importações. Houve nesse período um intenso crescimento demográfico e o desenvolvimentismo atraía um enorme contingente de migrantes, em sua maioria camponeses, para os centros das cidades onde buscavam emprego e melhores condições de vida.

A urbanização das cidades, no entanto, aconteceu de modo segregador, conforme explicam Costa; Lima (2004, p. 164):

Deu-se início ao embelezamento dos centros urbanos, com uma intensa política de ocupação de terras, instalação de vias de circulação, dentre outras melhorias, e em prol disso a população de baixa renda ia sendo empurrada para locais mais afastados da cidade, constituindo as periferias.[...] Esse processo perdurou até o início da década de 1960

quando se percebe um descontrole ainda mais intenso do uso e ocupação do solo urbano [...]

No período da ditadura militar o Brasil viveu um expressivo crescimento econômico, porém as riquezas geradas concentraram-se nas mãos de poucos. Essa situação exigiu que o governo militar estabelecesse políticas públicas compensatórias como forma de manter o regime de repressão e para amenizar a situação de empobrecimento de significativa parcela da população. Uma dessas políticas foi criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, que tinha como objetivo expandir a construção civil e o mercado imobiliário através de programas de moradias populares para atender famílias de baixa renda, através do Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Outras políticas de planejamento urbanístico visavam a instalação ou ainda, a ampliação do saneamento através do tratamento da água e do esgoto, pavimentação de ruas, melhorias no sistema de iluminação pública, transportes etc., medidas que tratavam da questão urbana. Entretanto, essas medidas levaram ao que Costa; Lima (2004, p. 165) descrevem como:

[...] o gasto de vultuosas quantias de dinheiro público no financiamento de casas e condomínios de luxo em áreas já urbanizadas, materializando a verticalização das cidades, enquanto o verdadeiro público-alvo do SFH, isto é, as famílias com rendimentos variando entre um e três salários mínimos, além de contarem com a menor fatia dos recursos, ainda eram impelidas a morar em conjuntos habitacionais distantes de seus postos de trabalho e de grande parte do contexto urbano.

Profundos arrochos salariais e recessão da economia marcaram a década de 80, que foi uma fase de grandes movimentações populares cujas principais bandeiras de lutas eram o atendimento às necessidades básicas e direitos sociais universais. Foram os moradores da periferia, dos conjuntos habitacionais e das áreas de assentamentos urbanos irregulares os principais atores sociais desses movimentos que receberam o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEBs.

No período de 1985 a 1988 em que a nação vivenciou a Assembléia Constituinte, houve o fortalecimento dos laços no campo dos movimentos populares que se articularam para dar respaldo a projetos de lei para a formulação da Constituição Federal, esse foi o contexto onde foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana que, posteriormente transformou-se no Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU<sup>2</sup>, espaço de encontro de sujeitos sociais que se organizavam movidos pelas carências vivenciadas no espaço urbano. Silva (apud DAGNINO, 2002, p. 148 – 149) traz os princípios fundamentais que orientam a ação do Fórum Nacional de Reforma Urbana:

“Direito à cidade e à cidadania, entendida como a participação dos habitantes das cidades na condução de seus destinos. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, à educação, à saúde, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, e à informação. Inclui também o respeito às minorias, a pluralidade étnica, sexual e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crença; Gestão democrática da Cidade, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle social e à participação da sociedade civil; Função social da Cidade e da Propriedade, como prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, É o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro dos parâmetros de justiça e da criação de condições ambientalmente sustentáveis.

A estagnação da economia nacional nos anos 90 afetou diversos setores produtivos gerando desemprego e precarização do trabalho, conjuntura que levou às privatizações, sucateamento e desmonte de instituições públicas.

<sup>2</sup> Sobre o FNRU, sugerimos a leitura do texto “Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo Sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana” de Carla Almeida Silva (apud DAGNINO, 2002, p. 143 – 185).

Nesse contexto a realidade das grandes capitais é assim descrita por Costa; Lima (2004, p. 165- 166):

[...] se tornaram metrópoles, ante o elevado grau de desenvolvimento urbano, porém permanece a inabilidade do poder público em atender as demandas da população existente e há ausência de um planejamento urbanístico que leve em consideração as especificidades de cada local. [...] Frente a esse contexto, os movimentos sociais urbanos passam por uma fase de transição, onde as reivindicações em torno da necessidade de políticas públicas de educação, saúde, moradia, saneamento, transportes, dentre outras, cede espaço para a discussão em torno de um projeto societário mais igualitário, baseado em princípios éticos, conjecturando a sustentabilidade da vida humana.

As questões acima colocadas nos desafiam a entender a questão urbana sem que nos esqueçamos dos diversos atores que, mesmo desempenhando papéis diferenciados fazem parte dessa realidade, e de um fator decisivo para a sua mediação que é uma gestão democrática, necessária para a redefinição das políticas urbanas que perpassa pelo planejamento e participação.

O resultado das lutas empreendidas pela sociedade civil organizada no que diz respeito às políticas urbanas, foi a inclusão em 1988, pela primeira vez na Constituição Federal, de um capítulo destinado especificamente à política urbana, cujos instrumentos prevêem a garantia do direito à cidade, da defesa e função social da cidade, da propriedade e da democratização da gestão urbana, através dos artigos 182 e 183.

Na esfera federal iniciou-se um período de elaborações e negociações que pudessem culminar com um projeto de lei complementar à política urbana acima colocada, pois era necessária uma legislação específica e de abrangência nacional, para a implementação dos instrumentos previstos na Constituição. Como resultado foi aprovada a Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 que ficou conhecida como “Estatuto da Cidade” que, conforme (Brasil, 2002, p. 21 – 22):

[...] abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para

atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local. É a definição da “cidade que queremos”, nos Planos Diretores de cada um dos municípios, que determinará a mobilização (ou não) dos instrumentos e sua forma de aplicação. É, portanto, no processo político e no engajamento amplo (ou não) da sociedade civil, que repousará a natureza e a direção de intervenção e uso dos instrumentos propostos no Estatuto.

Aqueles que estão engajados na transformação da cidade rumo à superação de uma ordem urbanística excludente, patrimonialista e predatória podem ter no Estatuto da Cidade um instrumento importante.

Trouxemos para este estudo o texto acima, por entendermos que ele nos coloca dois pontos importantes: o primeiro é o resultado da luta e da participação da sociedade civil na busca de políticas públicas voltadas para a questão urbana que se expressa das mais diversas formas dentro da especificidade geográfica, política, econômica e cultural das cidades brasileiras; o segundo é que ele aponta a direção que a sociedade civil e os governos municipais devem tomar para a implementação do Estatuto da Cidade, cuja via é a do processo público, democrático e participativo.

Fica evidente, após este breve percurso sobre a realidade urbana contemporânea, o que nos colocam Costa; Lima (2004, p. 167 – 169):

[...] o desafio maior existente para a solução dos problemas urbanos não se refere necessariamente à legislação, e sim à política. Somente com a apropriação, pela sociedade, da importância de participar dos espaços políticos e de procurar intervir no meio em que vive é que a população brasileira irá, finalmente, ver implementado o seu direito à cidade. [...] se faz urgente a apropriação, pelo movimento popular urbano, das leis que trazem em seu bojo os instrumentos urbanísticos, como um primeiro passo para amenizar as disparidades de ocupação do espaço urbano. Daí a importância de trabalhos de capacitação da sociedade civil que sejam voltados para o conhecimento dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade.

Na direção do que Costa; Lima (2004) apontam acima, trataremos no capítulo seguinte de uma prática construída em Florianópolis pela parceria firmada entre a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO (ANEXO A), entidade que agrega mais de uma centena de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, e o Núcleo de Estudos em Serviço Social – NESSOP da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através de projetos de extensão universitária, como o foram em 2003 (ver relatório técnico Proextensão) e 2004 os cursos de Formação de Gestores Comunitários.



## **2. FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: Uma Experiência na Relação UFSC/DSS/NESSOP e UFEÇO.**

No capítulo anterior realizamos um estudo da realidade sócio-histórica brasileira, cujo objetivo foi pontuar algumas lutas que a sociedade civil organizada tem empreendido e, nas formas de resistência e de controle social cidadãos sustentadas por diferentes organizações e/ou movimentos sociais.

No presente capítulo, pretendemos explicitar algumas das competências do profissional de Serviço Social no âmbito da Sociedade Civil organizada, no que se refere às ações sócio-educativas, assim estabelecidas na Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, em seu Art. 4º (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª Região/MA – Coletânea de Leis, 2001, p. 31 – 32), que regulamenta a profissão de Assistente Social:

II – elaborar, implementar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam, do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

O acesso ao conhecimento socialmente produzido e o pensar sobre o fazer, são exigências que as expressões da questão social exigem mais e mais, face às suas complexidades, também às organizações da sociedade civil, como o são as sócio-comunitárias (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Uniões, Federações).

Assim, a sociedade civil organizada, especialmente organizações sócio-comunitárias, são espaços públicos de reflexão, de resistência e busca de cidadania pautada na justiça, na democracia, no respeito às diferenças, no desenvolvimento auto-sustentável e na qualidade de vida humana. Os espaços públicos devem propiciar a participação



democrática da população, nos debates e decisões sobre as ações a serem implementadas pelas organizações populares, fato sobre o qual a Rede EICOS (2004) assim se posiciona:

A participação social constitui-se hoje em pré-requisito para o desenvolvimento. Sua importância reside na capacidade de os diferentes atores sociais de se organizarem de modo a dar forma às ações que impliquem no pleno exercício da cidadania e conseqüente melhoria da qualidade de vida.

Nesta direção, a questão urbana tem avanços também nos processos de desenvolvimento local/regional, porque ao longo das últimas décadas ela não ficou esquecida. Um dos espaços públicos onde, participativamente, a luta pela qualidade de vida no contexto urbano vem conquistando sustentabilidade sócio-política, é o das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários.

No caso específico do município de Florianópolis, desde as duas últimas décadas do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO marca presença local/municipal na direção de uma articulação junto aos moradores dos bairros, representada por mais de 100 (cem) Associações de Moradores e Conselhos Comunitários.

Nesta trajetória, as demandas por formação sócio-política tornam-se presentes, fazendo com que a UFECO busque junto a UFSC, desde o ano de 2001, assessoria para o atendimento da mesma. Foi junto ao DSS, através do NESSOP, concretizada a viabilidade de um Projeto nesta direção. A seguir apresentamos o Projeto, objeto deste estudo, realizado em 2004.

## 2.1 Projeto Formação de Gestores Comunitários

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO - PRCE

**PROEXTENSÃO/2003**

Para uso da PRCE

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR

Nome Completo ILIANE KOHLER	Departamento Serviço Social	Matrícula UFSC UFSC 4977-2
Cargo/Função PROFESSORA	Titulação MESTRADO	

#### 2. DADOS DO PROJETO

Título do Projeto <b>FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS</b>	Duração <b>FEV/2004 a FEV/2005</b>	
Linha Programática: <b>ORGANIZAÇÕES POPULARES</b>	Áreas temáticas: <b>1-DIREITOS HUMANOS</b> <b>2- EDUCAÇÃO</b>	
Professores Envolvidos: -Iliane Kohler -Zulamar Maria de B. e Castro	Departamento DSS/NESSOP DSS/NESSOP	Matrícula UFSC 4977-2 Profª Voluntária
Alunos Envolvidos -Andréa Panozzo -Maria Catarina Machado -Simoni Julia Nunes -Juliana Purcina Rossete  -Mais 10 (dez) alunos (as) a serem mobilizados (as) em Fevereiro de 2004.	Curso: Serviço Social Serviço Social Serviço Social Serviço Social  Serviço Social	Matrícula UFSC 01284053 00216305 00284297 01284177
Total de Recursos Solicitados: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)		

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### 3.1 – INTRODUÇÃO:

O município de Florianópolis – SC tem uma intensa vida de base associativa e comunitária que se expressa através de grupos de ambientalistas, de mulheres, de negros, de lazer, pacifistas e, em especial de bairros. Atualmente, a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, é uma das mais importantes formas de expressão do associativismo civil, ao representar 121 (cento e vinte e uma) Associações de Moradores ou Conselhos Comunitários atuantes no município de Florianópolis, SC.

Viabiliza suas ações de representação através da constituição de nove regiões geopolíticas: Região Leste, Região Bacia do Itacorubi, Região Continente I, Região Continente II, Região Norte I, Região Norte II, Região Sul I, Região Sul II, Região Maciço do Morro da Cruz/ Agrônômica. Sua inserção nas lutas e nas conquistas de uma cidadania ativa e democrático-participativa, tem exigências com processos de formação social e política dos atuais e novos sujeitos que desenvolvem ações sociais de articulação, conhecimento e de proposições locais/regionais, através da organização sócio-comunitária - associação de moradores e conselhos comunitários.

Foi em meados do ano de 2002, que a UFECO propôs uma parceria com o DSS/NESSOP - Departamento de Serviço Social - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, para o desenvolvimento de ações de capacitação sócio-política e metodológica de gestores comunitários.

Com êxito, através do PROEXTENSÃO 2003 e com os apoios da Empresa de Transportes Coletivos Insular (transporte gratuito dos participantes do projeto) e Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. (hospedagem em regime de internato), desenvolveu-se o projeto “Formação de Gestores Comunitários”, contando com participantes de seis regiões geopolíticas da UFECO, acima citadas. Formou-se um grupo de 32 (trinta e dois) gestores comunitários, engajados nas associações de moradores e/ou em grupos comunitários existentes em suas localidades de moradia, que apresentaram demandas por um conhecimento comprometido com a aprendizagem de leituras críticas da realidade sócio-humana que vivenciam, de metodologias do trabalho sócio-comunitário e de instrumentais técnico-operativos participativos e democráticos que oportunizassem a superação de práticas clientelistas, assistencialistas e de reprodução da subalternidade.

Concluiu-se esta trajetória em 2003, com repercussões imediatas nas áreas de origem dos cursistas, em face da realização de dois projetos de socialização de saberes para moradores e ou membros das Associações de Moradores da Região do Maciço do Morro da Cruz/Agrônômica e do Continente Norte, totalizando o envolvimento de aproximadamente 80 (oitenta) pessoas.

Constatou-se, ainda, que o desenvolvimento das atividades comunitárias de cada participante vêm sendo assumidas com uma compreensão mais crítica da realidade social, apresentam-se mais atuantes na formulação de proposições nos conselhos de direito das políticas públicas e no exercício do controle social (Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde e Comissões Locais de Saúde, Conferência da Cidade e Fórum da Cidade ).

No contexto desses primeiros resultados, brotaram demandas pela continuidade da formação de gestores comunitários no ano de 2004. Assim, a partir de reflexões realizadas na relação DSS/NESSOP e UFECO, concluiu-se em avançar na construção e consolidação de uma política de Formação Social e Política de Gestores Comunitários no município de Florianópolis, implantando atividades de formação no ano de 2004 nas 9 (nove) regiões da UFECO.

Trata-se, pois, de um projeto com a finalidade de contribuir e participar na formação sócio-

política e metodológica de um importante segmento da sociedade civil organizada que, historicamente, se mantém inserido nas ações que reivindicam e propõem qualidade de vida com cidadania participativa e com justiça social.

Finalmente, pretende-se participar da construção e consolidação de uma política de formação e de atualização permanente de Gestores Comunitários, pautada na realidade sócio-econômica e cultural das comunidades/bairros e em seus processos político-organizativos locais/regionais/nacionais/internacionais.

### **3.2 – OBJETIVOS:**

#### **Geral:**

Potencializar os atuais participantes das organizações sócio-comunitárias e populares e capacitar novos sujeitos sociais, para uma intervenção qualificada no desenvolvimento do movimento sócio-comunitário e popular local/regional.

#### **Específicos:**

- Oportunizar a apropriação de conteúdos teórico-metodológicos e de instrumentais direcionados à criação e à sustentação, no coletivo, de processos de mobilização e de participação nas ações de reivindicação e de formulação de projetos de interesse do movimento sócio-comunitário e popular, e na sua relação com as políticas públicas;
- Constituir um espaço público de articulação de saberes e de experiências para fortalecer o trabalho em rede das organizações sócio-comunitárias em sua relação com as políticas públicas e com outras expressões cidadãs da sociedade civil organizada;
- Desenvolver uma pedagogia relacional-crítica pautada na realidade sócio-cultural e política dos participantes, contribuindo na constituição de uma política de formação permanente de gestores comunitários;
- Articular ações interdisciplinares, no âmbito da UFSC, à viabilização da sistematização em texto e imagem dos conteúdos acumulados no processo de formação de gestores comunitários e, conseqüentemente, ampliar a sua apropriação pelos participantes do movimento sócio-comunitário local.
- Instrumentalizar lideranças sócio-comunitárias com vistas a uma gestão administrativa apoiada nas bases legais vigentes;
- Desenvolver habilidades no sentido da busca de parcerias e ampliação na captação de recursos necessários à implementação de projetos e atendimento às necessidades sócio-comunitárias.



### 3.3 – JUSTIFICATIVA:

O acesso e a socialização de informações sistematizadas e de conhecimentos específicos para gestores das organizações do movimento sócio-comunitário e popular (associações de moradores, conselhos comunitários e grupos temáticos - terceira idade, juventude, infância, expressão artística, esporte, eco-ambientalistas, empreendimentos cooperativos e solidários, entre outros), é uma necessidade para realizações ético-políticas competentes na gestão participativa da vida sócio-comunitária, para uma representação democrática nas diferentes esferas da vida pública e na formulação e controle democrático das políticas públicas, em especial, a dos Conselhos de Direito: Educação, Trabalho e Renda, Meio Ambiente, Saúde, Transporte Público, Habitação, Cultura, Assistência Social, Esporte, Lazer, Segurança Pública, Criança e Adolescente, Cidades entre outros.

A complexidade da questão social expressa, principalmente, pela agudização da desigualdade social, pela desregulamentação das políticas sociais e de direitos, pela cultura consumista e pela degradação sócio-ambiental, impõe constantes desafios para o refletir e para o fazer das pessoas/grupos que coordenam ações no movimento sócio-comunitário e popular. Esta complexidade, exige que os gestores comunitários mantenham diálogos constantes com a realidade local / global e com concepções de mundo multiculturais. Torna-se imprescindível a adoção de metodologias participativas e democráticas, para sustentar-se e atribuir-se forma (método) e conteúdo (conhecimento), para as transformações demandadas pelas relações sociais do movimento sócio-comunitário e popular. Isto implica em aprofundar, sistematicamente, o debate e a capacitação em estratégias de desenvolvimento local que implicam em: decidir, confrontar idéias, coordenar pontos de vista, articular parcerias sócio-institucionais, compreender a conjuntura sócio-política, atuar com autonomia, elaborar agendas que favoreçam o surgimento de fóruns, visando encaminhamentos organicamente constituídos das reivindicações e projetos oriundos do movimento sócio-comunitário e popular.

Supõe também, reconhecer as fragmentações no interior do próprio movimento acolhendo as diferentes subjetividades e, colocando-se tolerante com a diversidade e os diferentes ritmos de participação dos sujeitos envolvidos.

O presente projeto diz respeito, ainda, à ampliação de oportunidades de aprendizagem para a desconstrução e alteração da cultura política identificada com a subalternidade, o clientelismo e o pensamento único. A sociedade civil organizada e ético-politicamente comprometida com a utopia dos direitos, da democracia e do desenvolvimento sócio-humano e ecológico, entende como condição desejável a disseminação de conhecimentos emancipatórios que alterem as formas objetivas/subjetivas de dominação social.

Assim, pretende-se, que os participantes do presente projeto possam ser habilitados para assumirem papéis de multiplicadores de saberes metodológicos e de instrumentais apropriados para um crescimento crítico e político do movimento sócio-comunitário no município de Florianópolis. Com este projeto, o NESSOP/DSS/UFSC renova seu propósito de fazer-se participante do aprimoramento das ações e reflexões de sujeitos sociais que, no âmbito da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias demandam acesso a saberes que somem “ciência” e “senso comum”, na busca de inaugurar modos inovadores de ser e de viver. Propõe-se, ainda, promover e consolidar parcerias com instituições que apóiam projetos na área de formação/educação popular para que venham a disponibilizar recursos humanos, materiais e financeiros, à viabilização do presente projeto nas 9 (nove) regiões da UFEÇO.

### 3.4 – PÚBLICO ALVO:

Representantes eleitos das organizações sócio-comunitárias - Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, conselheiros da sociedade civil nos Conselhos de Direito das Políticas Públicas, pessoas que desenvolvem ações específicas em movimentos e ou grupos temáticos e, pessoas interessadas em formação sócio-política em face da perspectiva de assumirem ações de coordenação no movimento sócio-comunitário e popular.

**Total de vagas:** 100(cem) - este total corresponde a 20 (vinte) vagas distribuídas entre 9 (nove) regiões geopolíticas da UFECO, que agrupadas, formaram 5 (cinco) regiões como segue: 1) Regional Norte I e Regional Norte II; 2) Regional Sul I e Regional Sul II; 3) Maciço Morro da Cruz / Agrônômica e Bacia do Itacorubi; 4) Continente I e Continente II; 5) Ilha Leste.

### 3.5 – METODOLOGIA:

#### Iº Momento

- Constituição da Comissão Executiva Geral: será formada pelos coordenadores das 9(nove) regionais da UFECO, pelo NESSOP (professor coordenador, dois alunos bolsistas/extensão). A princípio suas principais atribuições serão: acompanhar, opinar e participar, sistematicamente, das decisões e ações relativas ao projeto; assessorar no planejamento, execução, avaliação e definição do calendário das atividades das comissões locais; documentar as atividades; identificar e acompanhar parcerias de apoio ao projeto; desencadear o processo de mobilização e seleção dos participantes do projeto; mobilizar e selecionar os alunos bolsistas e colaboradores.
- Constituição da Comissão Executiva Local: em cada uma das 09(nove) regiões da UFECO, será constituída uma Comissão Local. Serão membros: Coordenador da Região da UFECO, participantes do projeto de Formação de Gestores Comunitários 2002/2003, pessoas/grupos da região sensíveis à proposta do projeto e 02 (dois) alunos do Curso de Serviço Social – colaboradores. Expectativa de participação: 05(cinco) pessoas. As principais atribuições serão: acompanhar e executar na região, os encaminhamentos dados pela Comissão Executiva Geral e pela Comissão Pedagógica (infra-estrutura e apoio logístico); realizar o processo de mobilização e seleção dos candidatos ao projeto de Formação de Gestores Comunitários/2004; participar das oficinas mensais de gestão do projeto.

- Divulgação do projeto (cartaz e folder) e mobilização de candidatos nas 09 (nove) regiões da UFECO. Coordenação: comissões Executiva Geral e Local.
- Realização, em cada uma das 09(nove) regiões, de assembléia comunitária ou reunião, para apresentação e aprovação dos candidatos para o preenchimento das 15(quinze) vagas; definição do local de realização das atividades de formação na respectiva região. Coordenação: Comissão Executiva Local. Assessoria: Comissão Executiva Geral.
- Constituição da Comissão Pedagógica: será formada por professores com experiência em educação popular, por especialistas que assessoram o movimento social, pelo NESSOP e por alunos do Curso de Serviço Social. Principais atribuições: elaborar os conteúdos das unidades temáticas; ministrar aulas; coordenar dinâmicas de grupo; produzir material didático; orientar as atividades de campo; participar das oficinas mensais de análise, avaliação e de encaminhamentos sobre o processo sócio-pedagógico em andamento; documentar o processo de formação de cada uma das 09(nove) regiões em vídeo e em relatório. Esta atividade será realizada por 18(dezoito) alunos do Curso de Serviço Social, sendo que cada uma das 09(nove) regiões será acompanhada por 02(dois) alunos; orientar os alunos envolvidos; sistematizar as atividades/conteúdos para a produção e publicação em texto e em imagem na relação com o Curso de Jornalismo / UFSC, Coordenações de Extensão do CSE e do DSS - FEPESE; definir com a Comissão Executiva Geral o calendário de realização do processo de formação de cada região, das reuniões mensais da Comissão, dos dois encontros gerais com os participantes do projeto, da oficina sócio-pedagógica, da oficina de gestão do projeto e a data do encontro dos Gestores Comunitários para o lançamento do vídeo/caderno.

## IIº Momento

### OFICINAS:

- a) **Sócio-Pedagógica** – a Comissão Pedagógica, através de oficinas, formulará e articulará os conteúdos de cada unidade temática e os seus procedimentos didático-pedagógicos. Buscar-se-á nesta dinâmica construir e qualificar uma relação de ensino-aprendizagem e um ser educador comprometido com a livre expressão, a pluralidade de idéias, atitudes de escuta, de tolerância, de reconhecimento do Outro, de superação de preconceitos e de modo de ser autoritários.  
Duração: total de 36(trinta e seis) horas, configuradas pela realização de 06(seis) oficinas (mensais), com a duração de 06(seis) horas cada uma.
- b) **Gestão do Projeto** – os membros da Comissão Executiva Geral e das Comissões Executivas Locais formularão e definirão os procedimentos de gestão do projeto através da dinâmica de oficinas, visando a permanente atualização e qualificação de conteúdos democrático-participativos nas suas práticas de gestão sócio-comunitária. Duração: total de 48(quarenta e oito) horas, configuradas pela realização de 08(oito) oficinas (mensais), com a duração de 06(seis) horas cada uma.

### **IIIº Momento**

Realização dos conteúdos das 05(cinco) unidades temáticas de formação de gestores comunitários, como segue:

#### **- I Unidade**

Resgate sócio-histórico das trajetórias dos participantes no movimento sócio-comunitário apontando para: Quem Fomos? Quem Somos? O Quê Queremos?

Duração: 08(oito) horas.

#### **- II Unidade**

Percorso histórico e questões atuais do movimento sócio-comunitário local na relação com os movimentos sociais da América Latina, Brasil e Santa Catarina.

-Identificação de elementos à constituição do ser-sujeito coletivo.

Duração: 08(oito) horas.

#### **- III Unidade**

Metodologia de ação na relação com os movimentos sociais:

a) Processos de mobilização e participação no conhecimento da realidade.

Duração: 08(oito) horas.

c) Atividade de Campo (exercício domiciliar).

Duração: 08(oito) horas.

#### **-IV Unidade**

Continuação: Metodologia de ação na relação com os movimentos sociais:

a) avaliação da atividade de campo da Unidade III;

b) construção de prioridades e sua problematização (diagnóstico);

d) planejamento: O quê? Por quê? Como? Com quem? (financiamento e procedimentos específicos de gestão das entidades comunitárias);

Duração: 08(oito) horas.

e) Atividade de Campo (exercício domiciliar).



Duração: 08(oito) horas.

#### **-V Unidade**

Continuação: Metodologia de ação na relação com os movimentos sociais:

- a) Avaliação da atividade de campo da Unidade IV;
- b) processo de execução / conquista de resultados;
- c) processo de avaliação e controle social.

Duração: 08(oito) horas.

#### **IVº Momento**

#### **SEMINÁRIOS:**

- a) Realização de 01(hum) seminário com os 100 (cursistas) representantes das 09(nove) regiões para: partilha e articulação das expectativas e experiências vivenciadas, na relação ensino-aprendizagem do projeto de formação de gestores comunitários; identificar elementos à construção participativa de uma política de formação permanente de gestores comunitários.

Realização: Maio / 2004

Duração: 06(seis) horas.

Coordenação: Comissões Executivas Geral e Locais, Comissão Pedagógica.

- b) Realização de 01 (hum) seminário com os 100 (cem) cursistas representantes das 09(nove) regiões para: avaliação geral das atividades da formação de gestores comunitários vivenciadas; priorizar elementos e procedimentos à construção e consolidação de uma política permanente de formação de gestores comunitários na relação Universidade pública e sociedade; entrega dos certificados de conclusão do processo de formação a todo o grupo que finalizou o Curso de Formação.

Realização: Setembro / 2004

Duração: 07(sete) horas

Coordenação: Comissões Executivas Geral e Locais, Comissão Pedagógica.

#### **Vº Momento**

Visitas de acompanhamento às 5 (cinco) regiões locais de realização das atividades de

formação.

Coordenação: Comissão Executiva Geral e Comissão Pedagógica.

### **VIº Momento**

Produção de 01(hum) caderno e um vídeo sobre a experiência e conteúdos desenvolvidos.

Duração: setembro a dezembro / 2004.

Coordenação: Comissão Pedagógica.

Apoios: Curso de Jornalismo da UFSC e Gráfica da UFSC.

### **VIIº Momento**

Encontro de Gestores Comunitários – lançamento e apresentação do caderno e do vídeo.

Duração: 04(quatro) horas.

### **VIIIº Momento**

Participação em eventos tais como: SEPEX, SEURS.

### **IXº Momento**

Prestação de contas (setembro / 2004).

Produção do Relatório Final e sua devolução para os participantes do projeto - (dezembro / 2004 e janeiro / fevereiro de 2005).

## **QUADRO SÍNTESE DA METODOLOGIA:**

- **Área de abrangência:** município de Florianópolis, SC.

- Operacionalização regional: 09(nove) regiões geopolíticas da UFECO, agrupadas em 5 regiões locais de realização do curso:

<b>Nome das Regiões:</b>	<b>Nº de Associações de Moradores:</b>
-Ilha Leste	11 (onze)
-Bacia do Itacorubi	12 (doze)
-Continente I	09 (nove)
-Continente II	13 (treze)
-Ilha Norte I	21 (vinte e uma)
-Ilha Norte II	09 (nove)
-Sul I	13 (treze)
-Sul II	15 (quinze)
-Maciço Morro da Cruz/ Agronômica	18 (dezoito)

- **Total de Vagas:** - 100 (cem), sendo que serão assim distribuídas: 20 (vinte) vagas por região, com o seguinte agrupamento de Regiões/locais de realização do curso:
  - 1) Norte I e Norte II; 2) Sul I e Sul II; 3) Maciço Morro da Cruz / Agrônômica e Bacia do Itacorubi; 4) Continente I e Continente II; 5) Ilha Leste.
- **Comissões:** - Pedagógica; Executiva Geral; Executiva Local.
- **Total de Horas / Formação:** 297 (duzentas e noventa e sete) horas assim configuradas:
  - 05 (cinco) unidades temáticas/região..... 40 horas x 05 = 200 horas
  - 06 (seis) oficinas pedagógicas..... = 36 horas
  - 08 (oito) oficinas de gestão do projeto ..... = 48 horas
  - 02(sois) seminários com os 100(cem) cursistas ..... = 13 horas
  - Total..... = 297 horas
- **Total de Educadores Colaboradores:** 12 (doze) – A participação dos educadores colaboradores independe do pagamento de honorários.
- **Total de Alunos Colaboradores do Curso de Serviço Social Diurno/Noturno:** 10 (dez).
- **Total de Alunos Bolsistas:** 03 (três) – O presente projeto pretende obter estas bolsas candidatando-se no próximo Edital Bolsas de Extensão de 2004.

### 3.6 – VIABILIDADE DO PROJETO:

O presente projeto tem sua viabilidade ancorada em aspectos tais como:

- a demanda por educação sócio-comunitária popular expressa pela UFECO ao NESSOP/DSS/UFSC – (VER ANEXO III) revela a necessidade de um importante segmento da sociedade civil organizada, reconhecidamente formada por sujeitos sociais fundamentais à construção da vida democrática e da cidadania plena. O universo em questão reúne 107 (cento e sete) organizações sócio-comunitárias;
- os debates sobre a ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e sobre a importante missão da Universidade Pública na socialização do saber, potencializam a presente proposta face a legitimidade, representatividade, capacidade de mobilização e abrangência municipal da UFECO, sujeito da demanda;
- a importância do papel estratégico da Universidade Pública na matriz contemporânea da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
- Serviço Social tem competências teórico-metodológicas específicas para coordenar e

realizar ações sócio-educativas emancipatórias e construir parcerias interorganizacionais;

- NESSOP/DSS/UFSC tem significativa acumulação na direção das proposições do presente projeto, haja vista a participação recente em projetos similares;
- Projeto Formação de Gestores Comunitários / NESSOP / UFECO – 2002/2003; parceria FAMESC (Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina)/NESSOP - 1997/1998/1999/2000;
- a direção sócio-educativa do projeto focaliza-se no protagonismo das organizações sócio-comunitárias e de suas coordenações, que participarão diretamente da execução do presente projeto. Pois serão os Coordenadores das nove regiões da UFECO que estarão engajados na sua implementação / implantação, bem como, os 28 (vinte e oito) concluintes do projeto de Formação de Gestores Comunitários/2003 estarão atuando no contexto das Comissões Locais e como multiplicadores de saberes;
- a rede de relações construída pelo NESSOP/DSS/UFSC, com as organizações do movimento sócio-comunitário, OG's, ONG's e Sindicatos, garante apoios tanto na logística como nas áreas técnica e financeira, quando se fizer necessário;
- a necessidade de qualificar o público alvo do presente projeto enquanto multiplicadores de saberes que possibilitarão criar e consolidar empreendimentos de desenvolvimento social com sustentabilidade cooperativa, solidária e cidadã.

### 3.7 – BIBLIOGRAFIA:

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**. São Paulo, Cortez, 1991.

BRAVO, Luiz. **Trabalhando com a Comunidade**. Rio de Janeiro, Anaconda Cultural Edições, 1983

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (org). **Parcerias e Pobreza**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento Humano e Educação: o papel das ONG's latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas/SP: UNICAMP, 2002.

FALCÃO, Maria do Carmo. **Proposta de uma abordagem metodológica a partir do movimento popular**. São Paulo: Cortez, 1986.

FREI, Betto. **Desafios da Educação Popular**, São Paulo: Cepis, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



Finalização /Vídeo	Caderno								XX	X	X	X		
										X	X			
Encontro de Gestores Comunitários / Lançamento Caderno e Vídeo													X	
Prestação de Contas									XX					
Participação SEPEX											X			
Elaboração do relatório Final													X	XX
Devolução do Relatório - Parceria NESSOP/UFECO														X

## 5. RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1 – RECURSOS DISPONÍVEIS:

#### a) Humanos: Educadores Colaboradores Membros do NESSOP/DSS

-Ana Luíza de Lyra Vaz  
 -Enedê Casaroto  
 -Sílvia Régia Simões  
 -Norberto Shünel  
 -Simone Matos Machado-  
 -Adriana Lucinda de Oliveira  
 -Maria Catarina Machado  
 -Zulamar Maria de B. e Castro  
 -Sandra Mara da Luz  
 -Sandra Maria Biachi  
 -Vera Steiner  
 -Jucília de Castro

**b) Permanentes:** 03 filmadora; 02 tripés; 02 computadores; 01 impressora; 01 aparelho de som tipo micro system portátil com CD player e deck simples; 01 TV / Vídeo cassete; 01 máquina fotográfica digital.

**a) Infra-estrutura:** salas e auditório da UFSC para reuniões de trabalho, oficinas, seminários e encontro. Outros locais serão identificados com as Comissões Executivas Geral e Locais em cada uma das 5 (cinco) regiões tais como: salas para as atividades de formação e reuniões/assembleias, bem como o apoio logístico necessário ao bom andamento do projeto (alimentação, deslocamento).

**b) Políticos:** potencial de articulação entre as organizações do movimento sócio-comunitário e popular local/regional representados na relação UFECO/NESSOP.



**c) Financeiros:** até o momento não há recursos financeiros disponíveis. A parceria NESSOP/UFECO tem expectativas de aprovação do presente projeto no Edital PROEXTENSÃO 2003 para viabilizar sua implementação/implantação conforme orçamento. Em face da participação dos Educadores Colaboradores sem pagamento de honorários, não há expectativa de despesas financeiras para além do orçamento apresentado, a não ser o valor de 03(três) bolsas via Edital Bolsas de Extensão 2004.

## 5.2 – ORÇAMENTO:

RUBRICA	VALOR	
	UNITÁRIO	TOTAL
Recursos de custeio		
135 cadernos (60 folhas)	R\$ 1,00	R\$ 135,00
150 canetas "Bic" azul	R\$ 0,50	R\$ 67,50
675 folhas de papel pardo (5 folhas x 9 regiões)	R\$ 0,20	R\$ 135,00
09 blocos de flip-chart	R\$ 35,00	R\$ 315,00
18 jogos de canetas hidrocor (12 cores)	R\$ 1,05	R\$ 18,90
18 rolos de fita crepe larga (2 rolos x 9 regiões)	R\$ 7,00	R\$ 126,00
108 pincéis atômicos nas cores, preta, azul, vermelha e verde (12 pincéis x 9 regiões)	R\$ 1,20	R\$ 129,60
18 tesouras médias	R\$ 5,40	R\$ 96,00
05 frascos de cola branca	R\$ 5,00	R\$ 25,00
11 resmas de papel A 4	R\$ 14,30	R\$ 157,30
03 cartuchos de tinta preta para impressora HP 840C	R\$ 124,00	R\$ 372,00
01 cartucho de tinta colorida para impressora HP 840C	R\$ 134,00	R\$ 134,00
01 caixa de transparências para impressão laser	R\$ 45,00	R\$ 45,00
18 caixas de tinta guache com as seis cores básicas.	R\$ 3,70	R\$ 66,60
03 pacotes de folhas plásticas perfuradas para pastas AZ	R\$ 20,00	R\$ 60,00
540 envelopes (tipo ofício) (135 x 4 correspondências)	R\$ 1,05	R\$ 56,70
04 pacotes de papel vergê gramatura 180, formato A4 (certificados)	R\$ 17,50	R\$ 70,00
09 caixas de giz branco	R\$ 0,90	R\$ 8,10
01 filme de 36 poses p/máquina fotográfica	R\$ 12,00	R\$ 12,00
19 filmes de 12 poses para máquina fotográfica	R\$ 6,00	R\$ 124,00
Serviço de revelação de 01 filme de 36 poses	R\$ 12,00	R\$ 12,00
Serviço de revelação dos filmes e 12 poses	R\$ 9,00	R\$ 108,00
30 Fitas VHS	R\$ 6,00	R\$ 180,00
43 Fitas de vídeo-cassete JVC compacta	R\$ 11,00	R\$ 443,00
13 pastas AZ grandes	R\$ 5,00	R\$ 65,00
200 litros de gasolina comum divididos entre as 09 regiões, para apoio parcial ao deslocamento dos educadores colaboradores.	R\$ 2,12	R\$ 424,00
5.100 folhas fotocopiadas (folders, projeto, textos didáticos, correspondências etc).	R\$ 0,06	R\$ 306,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.691,70</b>
Fotolito	R\$ 140,00
<b>TOTAL</b>	R\$ 967,00
	<p>IMPORTANTE: O valor de R\$ 967,00 será obtido através do orçamento de 2004 do DSS/CSE/UFSC na relação com a FEPESE</p>
Produção de 01(um) vídeo didático sobre o projeto	<p>A produção do vídeo didático será realizado junto ao Curso de Jornalismo da UFSC /Disciplina de Vídeo.</p> <p>Possíveis custos financeiros à sua viabilização serão discutidos na relação Curso de Jornalismo/Coordenações de Extensão do DSS e do CSE e com a Comissão Executiva Geral do presente projeto.</p>
<u>Recursos de capital</u>	
04 cavaletes para flip-chart	R\$ 30,00 R\$ 120,00
01 armário de aço com 02 portas para guardar o material didático catalogado	R\$ 188,30 R\$ 188,30
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 308,30</b>

### 5.3 – JUSTIFICATIVA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

- a regionalização do processo de formação do presente projeto e a sua pretensão de participar da construção de uma política de formação de gestores comunitários, tem exigências com a disponibilização do material didático, anteriormente especificado – R\$ 2.389,30 ( dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta centavos);
- os R\$879,00(oitocentos e setenta e nove reais) disponibilizados para aquisição de material e prestação de serviços fotográficos e fitas de vídeo, justificam-se face à produção do texto(200 cadernos) e 01 vídeo didático;
- a compra de 04(quatro) cavaletes – R\$ 120,00 (cento e vinte reais) - para flip-chart



justifica-se à necessária adaptação de alguns espaços físicos às exigências didático-pedagógicas do processo de formação de gestores;

- a compra de 01 armário de aço – R\$ 188,30 ( cento e oitenta e oito reais e trinta centavos) – justifica-se pelo necessário cuidado e controle dos materiais do projeto;
- o apoio ao deslocamento dos educadores colaboradores – R\$ 424,00(quatrocentos e vinte e quatro reais), constitui-se em contrapartida à participação dos mesmos na realização das 05(cinco) unidades temáticas nas 09(nove) regiões da UFECO, agrupadas em 5 regiões locais de realização do curso.

### 2.1.1 Problemática da demanda

Os espaços sócio-comunitários criados para buscar a solução dos problemas enfrentados pelos bairros/comunidades urbanas, mais especificamente aqueles do município de Florianópolis que se encontram no âmbito de atuação da UFECO, apresentam demandas específicas por formação sócio-política e metodológica para os seus representantes, sujeitos sociais que assumem cargos de liderança ou outras ações de coordenação no movimento sócio-comunitário e popular.

Essa demanda ocorre pela complexidade das expressões da questão social urbana, a qual exige que os gestores das organizações sócio-comunitárias estejam permanentemente atentos e reflexivos quanto à suas realidades locais, regionais e da cidade como um todo, pois como afirma Iamamoto (2003, p.199) “É, portanto, na dinâmica tensa dos conflitos que se encontram as fontes e se ancoram as possibilidades e esperanças de uma prática de cidadania [...]”.

Para tanto, torna-se necessário o acesso a saberes científico-acadêmicos que, aliados ao saber popular, resultado do conhecimento prático da realidade, possam levar à desconstrução e alteração da cultura política subalterna e clientelista.

Entendemos com Vasconcelos (2000, p.130):



À população não basta organizar-se para reivindicar; faz-se necessário ter acesso a um saber que a instrumentalize em relação ao *como* e ao *o que* reivindicar, na busca de alternativas possíveis e de como viabilizá-las.

Também Iamamoto (2003, p. 241), ressalta a importância da atuação do Serviço Social junto à sociedade civil quando coloca que é ela “*o verdadeiro cenário de toda a história*”.

Foi a busca de um conhecimento comprometido com a aprendizagem de leituras críticas a respeito da realidade social e de metodologias aplicáveis ao trabalho sócio-comunitário, capazes de proporcionar relações democrático-participativas voltadas à superação de práticas clientelistas que reproduzem a subalternidade, que levou os dirigentes da UFECO, a buscarem junto ao NESSOP / UFSC, o estabelecimento de uma parceria em meados de 2002. A solicitação da UFECO (ANEXO B), foi no sentido de realizar um projeto voltado à capacitação sócio-política e metodológica para os gestores comunitários no ano de 2003.

À época, o NESSOP encaminhou o projeto de extensão (p. 50-65 deste trabalho), candidatando-se aos recursos do PROEXTENSÃO – Programa de Extensão Universitária, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFSC.

Com êxito desenvolveu-se o projeto que contou com o apoio de diversos parceiros, tendo sido formado um grupo de 32 (trinta e dois) gestores comunitários, das 6 (seis) regiões geopolíticas da UFECO, engajados nos trabalhos de Associações de Moradores,

Conselhos Comunitários, Conselhos de Direito e/ou em grupos comunitários de suas localidades de moradia.

Desses sujeitos sociais que iniciaram o curso de Formação de Gestores Comunitários, 28 (vinte e oito) o concluíram, tendo freqüentado os 6 (seis) módulos que constituíram o projeto.

A UFECO constatou que o desenvolvimento de atividades sócio-comunitárias desses gestores vêm sendo assumidas com uma compreensão mais crítica da realidade social, apresentando-se mais atuantes na formulação de proposições nos Conselhos de Direito das Políticas Públicas e no exercício do controle social (Conselhos Municipais de Educação, de Saúde, Conselhos Locais de Saúde, Conferência da Cidade e Fórum da Cidade).

No contexto desses primeiros resultados, brotaram demandas pela continuidade da formação de gestores comunitários para o ano de 2004. Assim, a partir de reflexões realizadas na relação DSS/NESSOP e UFECO, concluiu-se em avançar na construção e consolidação de uma política permanente de Formação Social e Política de Gestores Comunitários no município de Florianópolis, implantando atividades de formação no ano de 2004 nas, atualmente, 9 (nove) regiões da UFECO.

O acesso e a socialização de informações sistematizadas e de conhecimentos específicos para gestores das organizações do movimento sócio-comunitário e popular é uma necessidade para realizações ético-políticas competentes na gestão participativa da vida sócio-comunitária, para uma representação democrática nas diferentes esferas da vida pública e na formulação e controle democrático das políticas públicas, em especial a dos Conselhos de Direito: da Educação, do Trabalho e Renda, do Meio Ambiente, da Saúde, do Transporte Público, da Habitação, da Cultura, da Assistência Social, do Esporte, do Lazer, da Segurança Pública, da Criança e do Adolescente, da Cidade entre outros.

A complexidade da questão social expressa, principalmente, pela agudização da desigualdade social, pela desregulamentação das políticas sociais e de direitos, pela cultura consumista e pela degradação sócio-ambiental, impõe constantes desafios para o refletir e para o fazer das pessoas e grupos que coordenam ações no movimento sócio-comunitário e popular.

Torna-se, portanto, imprescindível a adoção de metodologias participativas e democráticas, para sustentar-se e atribuir-se forma (método) e conteúdo (conhecimento), para as transformações demandadas pelas relações sociais do movimento sócio-comunitário e popular.

Isto implica em aprofundar, sistematicamente, o debate e a capacitação em estratégias de desenvolvimento local que implicam em: decidir, confrontar idéias, coordenar pontos de vista, articular parcerias sócio-institucionais, compreender a conjuntura sócio-política, atuar com autonomia, elaborar agendas que favoreçam o surgimento de fóruns, visando encaminhamentos organicamente constituídos das reivindicações e projetos oriundos do movimento sócio-comunitário e popular.

Supõe também, reconhecer as fragmentações no interior do próprio movimento acolhendo as diferentes subjetividades e, colocando-se tolerante com a diversidade e os diferentes ritmos de participação dos sujeitos envolvidos.

## **2.2 Cenário Sócio-Institucional**

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC iniciou as primeiras experiências com ações interventivas do Serviço Social nas regiões de periferia de Florianópolis, dentro de um processo pedagógico de formação profissional.

Alunos e professores pretendiam, com essas ações junto a grupos populares das comunidades locais, conforme Spricigo<sup>4</sup> (2000, p. 21):

[...] relações solidárias e democráticas, orientá-las em pesquisa sobre a realidade, assessorá-las na estruturação de suas formas de organização sócio-comunitária e em seus processos reivindicatórios frente ao poder público, em relação à melhoria da qualidade de vida.

Essas, e outras atividades de alunos e professores do curso de Serviço Social junto às comunidades ou em parcerias com outras entidades envolvidas com a população local e através de Estágios realizados por alunos do curso tiveram continuidade até que, em 1991, foi instituído o Núcleo de Estudo em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, vinculado ao Departamento de Serviço Social – DSS/UFSC.

No Estatuto da UFSC, naquilo que se refere à sua instituição, temos o que segue

#### Título I – DA UNIVERSIDADE E SEUS FINS (2004):

Art. 1º - A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960 - Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

E em seu Art. 3º, o Estatuto da UFSC (2004) conforme Assembléia Estatuinte em 04/06/1993, define que:

A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

<sup>4</sup> Para obter informações mais detalhadas, ver o Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), da aluna de Serviço Social da UFSC - Cristiane Spricigo 2000: O SERVIÇO SOCIAL E UM PROJETO SÓCIO-POLÍTICO DE FORMAÇÃO: Uma experiência com a FAMESC – Federação das Associações de Moradores do estado de Santa Catarina.

O Departamento de Serviço Social – DSS, através do Curso de Serviço Social tem como objetivo a formação profissional do Assistente Social. Mediante o domínio de conhecimentos específicos, este profissional atua na formulação e execução de políticas e programas sociais nas áreas da saúde, educação, trabalho, justiça, previdência e assistência (criança, adolescente, idoso, família, etc.), e outras. Desenvolve sua ação junto a órgãos públicos e privados, entidades sócio-assistenciais, ONG's e processos de organização popular.

Essa definição nos remete ao que preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu Capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto em seu Art. 207:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p.121).

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC define assim a Extensão Universitária:

A extensão universitária é definida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade"(1). Neste sentido, a extensão leva para a comunidade externa o conhecimento produzido dentro da universidade. A sociedade o absorve, trabalha, critica e o devolve sob a forma de novos saberes e demandas. Assim, a universidade, através da extensão, vai trabalhando as necessidades e realidades da sociedade e, além de gerar o novo conhecimento, vai atendendo às suas reivindicações. As formas de extensão universitária envolvem desde palestras, cursos e eventos variados, passando por consultorias e prestação de serviços, até os projetos de desenvolvimento comunitário onde, através de ações contínuas, a universidade contribui para a mudança positiva de uma dada realidade.

(1) Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - SESu/MEC, 1999.

O NESSOP atua no sentido de contribuir com a Universidade Pública na busca incessante do cumprimento da sua missão, direcionando seu trabalho através de projetos que incluam a participação de alunos, professores e outras representações da sociedade civil.

Para conhecermos um pouco mais a respeito do Núcleo, transcrevemos abaixo o texto elaborado pela sua Coordenação Executiva, que define “O Que é o NESSOP” (NESSOP, 2004):

Um espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, eticamente comprometido com o atendimento às demandas sócio-políticas das organizações sócio-comunitárias em seus projetos de construção e ampliação da cidadania, de exercício da democracia participativa e de articulação das lutas sociais por qualidade de vida na Cidade.

O NESSOP compõe-se atualmente pela Coordenação Executiva; Alunos professores e servidores do DSS – Departamento do Serviço Social e Núcleos da UFSC e Coordenação Ampliada. Como apoiadores e parceiros, o Núcleo apresenta: União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO; Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina – FAMESC; Fórum da Cidade; Conselho Operativo do programa Fome Zero de São José; organizações públicas e privadas afins; programas de fomento internos e externos à UFSC.

Os princípios norteadores das ações desenvolvidas pelo Núcleo (NESSOP, 2004):

1º - Privilegia suas ações no contexto do projeto ético-político do Assistente Social na relação com a sociedade civil organizada, em particular as organizações sócio-comunitárias comprometidas com as lutas sociais contra a produção e reprodução da pobreza, desigualdade e injustiça sociais;

2º - Democracia participativa, que articula “a participação social em condições de igualdade e liberdade; processos de decisão advindos de uma discussão coletiva e pública; condições de pluralismo e a busca ou promoção da justiça social”.(Lückman, 2002);

3º - Fortalecimento da Sociedade Civil organizada, de sua trama associativa e redes de movimentos sociais: a ampliação dos espaços



públicos, a participação e qualificação de atores coletivos, enquanto sujeitos de deliberações e proposições referentes ao bem comum, propiciam a democratização das relações, o exercício da cidadania e a implementação e controle social das ações governamentais nas diferentes áreas de políticas públicas;

4º - A dimensão política da Questão Social e a definição de demandas sociais como resultado de debates coletivos, públicos e democráticos, comprometendo organicamente as práticas e as lutas sociais das organizações sócio-comunitárias com a democracia participativa na definição dos rumos e ações da esfera estatal.

Os objetivos a que se propõe o NESSOP através do seu trabalho, são os seguintes (NESSOP, 2004):

1. Criar espaços na Universidade Pública para a reflexão e a construção do saber, que qualifique o Movimento Sócio-Comunitário na Cidade;
2. Colocar em debate as formas de organização e gestão democrática das entidades comunitárias, suas estratégias de mobilização e participação popular e seus projetos;
3. Qualificar, ético-pedagogicamente, a participação das associações representativas das comunidades no acompanhamento e/ou formulação de planos e projetos urbanos na sua relação local-global;
4. Fortalecer a articulação em rede das organizações sócio-comunitárias e a democratização de suas relações;
5. Desenvolver, através da articulação com o ensino e a pesquisa, projetos pedagógicos de formação profissional de Serviço Social, de investigação e de construção de saberes teórico-operativos, junto às práticas/lutas sociais, na interface com demais Núcleos do DSS e da UFSC.

A metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do NESSOP perpassa pelo que segue (NESSOP, 2004):

Elaboração, execução e sistematização de projetos fundamentados em metodologias participativas, oriundos das demandas legitimadas pela sociedade civil organizada.

Gestão coletiva: através de encontros sistemáticos dos membros da coordenação executiva e destes com a coordenação ampliada e parcerias para:

- Leitura da dinâmica da realidade sócio-política que fundamenta a formulação das ações / projetos;
- Reflexão (avaliação) das ações / projetos em execução;
- Planejamento participativo (semestral);

- Re-leitura crítica do eixo político pedagógico do Núcleo.
- Sistematização (relatórios técnicos) e publicização (conferências, seminários, congressos e eventos afins) dos resultados / impactos sociais gerados a partir das ações do Núcleo;
- Articulação dos projetos do Núcleo com o ensino (disciplina DSS 5166 / DSS 5135 e estágio curricular e obrigatório) e a pesquisa (TCCs, dissertações, teses).

### 2.3 Processo Metodológico

O projeto Formação de Gestores Comunitários 2004 na sua formulação exigiu por parte da equipe NESSOP/UFECO a concepção de um planejamento que possibilitasse a sua realização, sustentando-se as ações previstas até a sua conclusão. Essa etapa do processo é extremamente importante, na medida em que, como nos coloca Baptista (2002, p. 13):

[...] o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação.

Com vistas à implementação do projeto, pensou-se em uma metodologia que privilegiasse a participação com a inclusão de vários sujeitos, que seriam os responsáveis por ações específicas. Conceituando implementação, Baptista (2002, p. 103) define que:

Implementar significa tomar providências concretas para a realização de algo planejado. A fase de implementação pode ser considerada como a busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizem o projeto, bem como a instrumentalização jurídico-administrativa do planejamento.

Nesse sentido, planejou-se e foi adotada a seguinte metodologia:

### **a) Seleção dos Cursistas**

O público alvo definido no projeto, foi selecionado através das entidades sócio-comunitárias nas 5 (cinco) Regionais da UFECO, as quais dispunham de 20 (vinte) vagas cada uma, totalizando 100 (cem) sujeitos sociais inscritos para participarem do curso.

### **b) Gestão do Projeto:**

- Constituição da Comissão Executiva Geral formada pelos coordenadores das 9 (nove) regionais da UFECO, pelo NESSOP (professor coordenador, um aluno bolsista/extensão). As principais atribuições dessa comissão foram: acompanhar, opinar e participar, sistematicamente, das decisões e ações relativas ao projeto; assessorar no planejamento, execução, avaliação e definição do calendário das atividades das comissões locais; documentar as atividades; identificar e acompanhar parcerias de apoio ao projeto; desencadear o processo de mobilização e seleção dos participantes do projeto; mobilizar e selecionar alunos para os apoios pedagógicos e outros colaboradores;
- Constituição de uma Comissão Local em cada uma das 09 (nove) regiões da UFECO, assim constituída: Coordenador Regional da UFECO, participantes do projeto de Formação de Gestores Comunitários 2002/2003 e pessoas ou grupos da região sensíveis à proposta do projeto. As principais atribuições dessas comissões foram: acompanhar e executar na região, os encaminhamentos dados pela Comissão Executiva Geral e pela Comissão Pedagógica quanto à infra-estrutura e apoio logístico; realizar o processo de mobilização e seleção dos candidatos ao projeto de Formação de Gestores

Comunitários/2004; sugerir e tomar outras providências necessárias à gestão do projeto, em seu âmbito local; identificar, sugerir e definir, em conjunto com a Comissão Executiva Geral, o local de realização das atividades de formação na respectiva região;

- Para a divulgação do projeto e mobilização de candidatos utilizaram-se cartazes, contatos telefônicos, visitas etc., nas 09 (nove) regiões da UFEÇO, sob a coordenação das Comissões Executiva Geral e Local;
- Realizou-se, em cada uma das 09 (nove) regiões, assembléia comunitária ou reunião, para apresentação e aprovação dos candidatos para o preenchimento das 20 (vinte) vagas sob a coordenação da Comissão Local, com a assessoria e apoio da Comissão Executiva Geral;
- Constituiu-se uma Comissão Pedagógica formada por professores, sujeitos que se identificam com a educação popular e com experiência nesse trabalho, por especialistas que assessoram o movimento social, pelo NESSOP e por alunos do Curso de Serviço Social. Constituíram-se também 5 (cinco) Coordenações Pedagógicas Regionais (uma para cada região), com esses mesmos educadores que compuseram a Comissão Pedagógica, para a coordenação em nível local, das 5 (cinco) Unidades Temáticas<sup>5</sup> (Módulos).

<sup>5</sup> No projeto Formação de Gestores Comunitários usou-se a terminologia “Unidade Temática” porém, na linguagem dos participantes, de uma forma geral, adotou-se a terminologia “Módulo”, para identificar cada etapa do curso, por esse motivo usaremos as duas terminologias neste trabalho.

As principais atribuições dessas comissões foram: elaborar os conteúdos das unidades temáticas (módulos) de forma a contemplar os objetivos de cada unidade; ministrar as aulas; coordenar dinâmicas de grupo; produzir o material didático necessário ao desenvolvimento das atividades; orientar as atividades de campo; participar das reuniões de planejamento, análise, avaliação e de encaminhamentos sobre o processo sócio-pedagógico em andamento (essas reuniões aconteceram sistematicamente antes e após a execução de cada unidade/módulo); documentar o processo de formação de cada uma das 09 (nove) regiões em vídeo, fotografia e em relatório.

As atividades de registro através de relatórios foram realizadas de forma diferenciada de acordo com a composição das Coordenações Pedagógicas Regionais. Nos locais onde houve a participação de alunas do Curso de Serviço Social, essa atividade ficou sob a sua responsabilidade, e nos locais onde não houve essa participação, os relatórios ficaram sob a responsabilidade da Coordenação Pedagógica Regional (educador, Assistente Social ou apoio local); orientar os alunos/apoiadores envolvidos; definir com a Comissão Executiva Geral o calendário de realização do processo de formação de cada região, das reuniões mensais da Comissão, dos dois Seminários com todos os participantes do projeto e das oficinas sócio-pedagógicas.

### **c) Oficinas Sócio-Pedagógicas:**

- A Comissão Pedagógica, através de oficinas (ANEXO C), formulou, experimentou e articulou os conteúdos de cada unidade temática e os seus respectivos procedimentos didático-pedagógicos. Buscou-se nesta dinâmica, construir e qualificar uma relação de ensino-aprendizagem e um ser educador comprometido com a livre expressão, a

pluralidade de idéias, atitudes de escuta, de tolerância, de reconhecimento do Outro, de superação de preconceitos e de modo de ser autoritários.

#### **d) Cronogramas de Realização das Unidades Temáticas/Módulos**

Foram elaborados dois cronogramas (ANEXO D) para a realização do curso, uma vez que na Regional Sul I e II o mesmo ocorreu em regime de internato e nas outras quatro Regionais, foram realizadas as unidades temáticas/módulos em um dia, com exceção da Regional Leste que realizou a 5ª Unidade em regime de internato nos dias 31/07 e 01/08.

Cada etapa seguiu rigorosamente o cronograma estabelecido, desafio sustentado para que mantivéssemos uma metodologia única quanto aos conteúdos trabalhados, compartilhamento dos processos nas 5 (cinco) Regionais, número/disponibilidade de educadores e apoios pedagógicos.

Neste sentido contamos sempre com a compreensão e disponibilidade da equipe, o que possibilitou que lográssemos êxito nos objetivos propostos no projeto.

#### **e) Composição da Comissão Executiva Geral, Comissão Pedagógica, Comissões Locais e Coordenações Pedagógicas Locais:**

Citamos no item Gestão do Projeto a constituição de comissões com suas atribuições específicas e abaixo registramos sua composição, conforme segue:

- **Comissão Executiva Geral** – essa comissão foi constituída pela coordenadora do projeto Formação de Gestores Comunitários e membro da Coordenação Executiva do

NESSOP/UFSC - Profª Iliane Kohler; Maria Catarina Machado – Estagiária do NESSOP/UFSC; Diretoria da UFECO representada pelo Sr. Modesto Severino Azevedo – Presidente, Sérgio Murad – Vice-Presidente, Ângela Maria Liuti – Secretária, José Thomaz Pereira – Tesoureiro, Coordenadores Regionais da UFECO: Luiz Rodrigues Souto, Rita de Cássia Militão de Mello, Maria Euzane da Silva Costa, Hélio Carvalho Filho, César Ismar da Silva Schenini, Ivânio Alves da Luz, Márcio dos Santos Porto, Silvério Costa e Maria Rita Carvalho Tometich;

- **Comissão Pedagógica:** contou também com a participação de educadores indicados pelo Fórum da Cidade, e ficou assim configurada: Profª Iliane Kohler, Profª Zulamar Maria Bittencourt e Castro, Profª Ana Luíza de Lyra Vaz, Profª Sílvia Régia Simões, Assistente Social Braulia Delma dos Santos, Assistente Social Simone Matos Machado, Educadora Enedê Casaroto, Estagiária Maria Catarina Machado, Sandra Mara da Luz - responsável pela documentação em vídeo e fotografia, e os representantes da UFECO: Modesto Severino Azevedo, Ângela Maria Liuti, Silvério Costa, Hélio Carvalho Filho e Luiz Rodrigues Souto;
- **Comissões Locais:**
  1. **Regional Norte I e II** – Ivânio Alves da Luz, Márcio dos Santos Porto, Ângela Maria Liuti e Teodoro José da Silva; Adalet de Abreu Agostinho e Nelza Teresinha Thiesen da Silva (D. Neuza);
  2. **Regional Maciço do Morro da Cruz/Agrônômica e Bacia do Itacorubi** - Hélio Carvalho Filho, Maria Euzane da Silva Costa, João Batista dos Santos, Maurino Loch e Luis Carlos da Silva;



3. **Regional Continente I e II** - Luiz Rodrigues Souto, Adriana Cristiane Martin, Suzi de Cougo Souto, Lídia Aparecida Marques, Mercedes Luíza Scartazzini, Fátima Regina Gonçalves e Enedê Casarotto;
4. **Regional Ilha Leste** - César Ismar da Silva Schenini, Braulia Delma dos Santos, Natália Hercília A. Bousfield, Sandra Maria Biachi e Valdir Miguel de Andrade;
5. **Regional Sul I e II** – Silvério Costa, Vanildo Luiz e Valdemiro Moro.

• **Coordenações Pedagógicas Locais e Apoios Pedagógicos:**

1. **Regional Norte I e II** – Maria Catarina Machado, Simone Matos Machado, Ângela Maria Liuti, Marcelo Leão, Sandra Mara da Luz, Karise Roberta de Oliveira e Fabiana Demétrio;
2. **Regional Maciço Morro da Cruz/Agrônômica e Bacia do Itacorubi** – Profª Iliane Kohler, Carlos Magno Nunes, Edilaine de Assis Camargo, Júlia Gonçalves Rech, Josiane Stimamiglio e Ana Sílvia Simon;
3. **Regional Continente I e II** - Enedê Casarotto, Zulamar Maria Bittencourt e Castro, Lino Fernando Bragança Peres, Tereza Barbosa, Adriana Cristiane Martin e Suzi de Cougo Souto;
4. **Regional Ilha Leste** – Sílvia Régia Simões, Carlos Magno Nunes e Braulia Delma dos Santos;
5. **Regional Sul I e II** – Ana Luíza de Lyra Vaz, Leonardo Pessina, Eliane Delamar Roque, Iara Dutra de Armas e Juliana Purcina Rosseti;

**f) Cursistas e Entidades Sócio-Comunitárias Representadas**

As 5 (cinco) turmas de participantes que concluíram o curso Formação de Gestores Comunitários, são moradores de bairros/comunidades que compõem as 9 (nove) regiões geopolíticas da UFECO no município de Florianópolis.

Relacionamos abaixo os nomes desses cursistas e o nome da entidade sócio-comunitária ou grupo que representam, sendo que aqueles que não se enquadram em nenhuma destas condições, é porque são sujeitos interessados na formação, com vistas a assumirem alguma espécie de liderança sócio-comunitária futura ou a participarem das atividades sócio-comunitárias em seus locais de residência:

### **1 – Regional Norte I e II –**

<b>Nome</b>	<b>Entidade Comunitária</b>
1) Ailton Laureano Teixeira	Conselho de Desenvolvimento Comunitário da cachoeira do Bom Jesus
2) Almeri S. Luz	Associação de Moradores da Praia do Forte
3) Ângela Maria Liuti	Conselho Comunitário do Saco Grande I e UFECO
4) Angelita de Oliveira Martins	Pastoral da Criança
5) Aparecida Rocha Gonçalves	Conselho Comunitário do Saco Grande I
6) Cleuza Aparecida dos Santos Soares	SOS Rio Ratones
7) Daniel Schoroeder	AMOCAN –Assoc. Moradores de Canasvieiras
8) Fabiana Letícia D. Lalane	Fórum da Cidade
9) Flávia Solange Accadi	ACARI – Assoc. Moradores do Acari
10) Flávio Dionísio Tadeu	AMOCAN – Assoc. Moradores de Canasvieiras
11) Glecy Maria Fedrizzi	Conselho Comunitário de Ingleses
12) Ivânio Alves da Luz	Associação de Moradores da Praia do Forte
13) Izidoro Azevedo dos Santos	AMORA - Assoc. Beneficente dos Moradores de Ratones
14) Luzanidia R. D'Ávila	Associação da Vila do Siri (Vila do Arvoredo)
15) Márcio dos Santos Porto	Conselho Comunitário Ingleses e UFECO
16) Maria Bernardete da Cruz	Não participa, porém realiza trabalho sócio-comunitário na Comunidade Vila do Arvoredo

17) Paula Maria Pasenato Garcia	AMOJI - Assoc. de Moradores e proprietários do Jurerê Internacional
18) Semiramis Celeste Borges Pintado	Conselho Comunitário Ingleses e Conselho Municipal de Educação
19) Tânia Ribeiro Woll	AMOCAPÉ – Assoc. Moradores de Cacupé
20) Teodoro José da Silva	Assoc. Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa e UFECO
21) Virgínio M. dos Santos	Associação dos Pescadores e Grupo SOS Rio Ratonés

## 2 – Regional Maciço Morro da Cruz/Agronômica e Bacia do Itacorubi –

Nome	Entidade Comunitária
1) Antonio Carlos Xavier	Assoc. Morad. da Trindade – AMBATRI
2) Claudete Reges Machado	Prainha – Apoio Comunitário – Mocotó
3) Claudia Regina M Althoff	Conselho Comunitário Itacorubi
4) Hélio Carvalho Filho	UFECO – Bairro Pantanal
5) Guido Schultz	CONJARDIM – Carvoeira
6) João Batista dos Santos	Conselho Com. Agronômica
7) Juçana Maria da Silva	AMOVIM – João Paulo
8) Keylla Regina Machado	Cooperativa do Morro do Mocotó
9) Leandro Corrêa Silva	Assoc. Morad. Serrinha
10) Luis Carlos da Silva	AMBATRI- Assoc. Morad. Bairro Trindade
11) Marcos Piovesan	CONJARDIM – Carvoeira
12) Maria Aparecida S. Costa	Conselho Comunitário Itacorubi
13) Maurino Loch	Conselho Comunitário do Bairro Agronômica
14) Pasqual Testa	AMBATRI - Assoc. Morad. Bairro Trindade
15) Paulo Heyse	Associação Comunitária Itacorubi
16) Rosangela Eller Santos	AMAI – Itacorubi
17) Tereza Ribeiro	AMAC – Assoc. Moradores Alto da Caeira
18) Wesley Alberto Alves	AMOS-Assoc. Moradores da Serrinha

### 3 – Regional Continente I e II –

Nome	Entidade Comunitária
1) Ana Maria da Silva	Assoc. Moradores da Vila Aparecida
2) Aroldo Rosa de Oliveira	Assoc. Moradores da Vila Aparecida
3) Dalva Regina Alborghetti	Assoc. Moradores Bairro Abraão
4) Dinarte Veridiano da Costa	Assoc. Moradores Nova Esperança
5) Indiamara Aparecida da S. Linhares	Comunidade PC3
6) Jair Batista Ramos	Assoc. Moradores do Mont Serrat
7) Karen Letícia da Silva Jacques	Assoc. Moradores Cond. ARGUS – AMCOR
8) Maria Lúcia Bleyer Demeneck	Conselho Local de Saúde – Abraão
9) Paulo Roberto Costa	Assoc. Moradores da Vila Aparecida
10) Zeni Alves Barbosa	Assoc. Moradores PC3

### 4 – Regional Ilha Leste –

Nome	Entidade Comunitária
1) Ana Sirlei de Andrade Borges	Pastoral Familiar – Fortaleza Barra da Lagoa
2) Delamar Dario Silva	Conselho Comunitário Barra da Lagoa
3) Erik Willians Zierhke Osta	Grupo Esperança Jovem da Lagoa
4) Hilda Maria Flores	Conselho Comunitário Barra da Lagoa
5) Josiane Aparecido S. Lemes	CONSEG – Rio Vermelho
6) Jonathas Leopoldo de Mello	Grupo Esperança Jovem da Lagoa
7) Júlia Cleusa Felício	Barra da Lagoa
8) Karina Signori	Assoc. da Nascente do Rio Vermelho
9) Lucia Maria Maistro	Barra da Lagoa
10) Maria Teresa Rodriguez Gomez	CONSEG – Conselho de Segurança da Barra da Lagoa
11) Maria das Graças Rabelo	Conselho de Saúde – Barra da Lagoa
12) Mariana Simão de Oliveira	Grupo Esperança Jovem da Lagoa

13) Paulo Minardi	AMORV - Assoc. Morad. Rio Vermelho
14) Pedro Cantalício Gonçalves	CONSEG – Conselho de Segurança da Barra da Lagoa
15) Sônia Cristina Vieira	Barra da Lagoa
16) Stella Davi	AMORV - Assoc. Morad. Rio Vermelho
17) Samantha Zierhk Osta	Grupo Esperança Jovem da Lagoa
18) Valdir Miguel de Andrade	Assoc. Moradores da Costa da Lagoa
19) Valmir Goulart	AMORV - Assoc. Moradores do Rio Vermelho

### 5 – Regional Sul I e II –

<b>Nome</b>	<b>Entidade Comunitária</b>
1) Catarina Rocha	Assoc. Praia dos Açores
2) Darcy Evangelista Zamora	Assoc. Morad. Campeche – AMOCAM
3) Edileuza Joana de M. Campanelli	Núcleo de Mulheres Rosa Cristina Mendes – Tapera
4) Fernando Alves de Azevedo	Conselho Comunitário Campeche
5) Floriano José de Oliveira Filho	Movimento Moradores em Ação – Armação
6) Geraldo João Salvador	Associação Balneário dos Açores
7) Gert Schinke	Inst. P/Desenvolv. de Mentalidade Marítima – Pântano do Sul
8) Janete Teixeira	Assoc. Morad. Campeche – AMOCAM
9) Joaquim Aurino Aguiar	Conselho Comunitário Baldicério Filomeno
10) Joel Manoel Vieira	Rio Tavares
11) José Luiz Freire	Assoc. Morad. Campeche – AMOCAM
12) Moacir Gasperini	Conselho Local de Saúde – Campeche
13) Regina Maria Valente Magaldi	Assoc. Morad. Campeche – AMOCAM
14) Simone Sühnel	ASMOPE – Assoc. Morad. Lagoa do Peri
15) Valdemiro Moro	Coordenador - Alcoólicos Anônimos – Rio Tavares
16) Zenaide das G. Rodrigues	Assoc. Morad. Amigos da Armação – AMOAAR

Ao fazermos uma leitura atenta sobre os vários sujeitos sociais envolvidos, percebemos que foi obtido um significativo resultado no projeto, no que se refere não somente à abrangência regional, mas principalmente, quanto ao número de entidades representadas, totalizando 55 (cinquenta e cinco) organizações sócio-comunitárias.

#### **g) Parcerias e Apoios ao Projeto Formação de Gestores Comunitários**

A realização do projeto somente foi possível através da concretização de parcerias com sujeitos sociais e políticos, instituições públicas e privadas, parlamentares e a sociedade civil. Os parceiros e apoios cuja cooperação e atenção foram de suma relevância para o êxito do projeto, tanto no que se refere a recursos financeiros, material didático-pedagógico, alimentação, concessão de espaço físico e equipamentos para a realização do curso, são os seguintes:

- ✓ Supermercados Angeloni; Supermercado Rosa; Supermercado Imperatriz; Supermercado Giassi; Panificadora Serrana I; Panificadora Praia do Meio; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Condomínio ARGUS; Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF; ELETROSUL; Divisão de Capacitação de Pessoal – DVCP – CELESC SA; Pousada Amazón; Capela São Pedro; Clínica Alpha Luz; Escola Maria Conceição Nunes; Colégio Estadual Padre Anchieta; Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira; ITESC – Instituto Teológico Santa Catarina; Gabinete do Deputado Federal Mauro Passos; Gabinete do Deputado Estadual Afrânio Bopré; Gabinete da Senadora Ideli Salvatti; Supermercado Comper; Departamento de Serviço Social – DSS/UFSC; Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Centro Sócio-Econômico/UFSC, Pró-



Reitoria de Extensão da UFSC, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Reitoria da UFSC.

### **2.3.1 Unidades Temáticas e Estratégias Didático-Pedagógicas**

Passaremos a descrever as Unidades Temáticas/Módulos do curso Formação de Gestores Comunitários, quanto aos conteúdos e metodologias didático-pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento dos mesmos.

Em determinados momentos desta descrição, traremos algumas falas/depoimentos/avaliações e/ou resultados de atividades desenvolvidas individualmente e/ou em grupos, sempre que referenciados cursistas e/ou grupos, a seleção dar-se-á através de sorteio e não serão identificados, com o intuito de preservar suas identidades.

Salientamos que foi documentada em vídeo uma Unidade Temática/Módulo de cada Regional, os dois Seminários e a cerimônia de Formatura, além de registros fotográficos e relatórios. Toda essa documentação encontra-se em arquivo no NESSOP/UFSC – ANEXO II – Centro Sócio Econômico, Campus Universitário – Bairro Trindade, Florianópolis/SC.



## **1ª Unidade Temática/Módulo:**

Resgate sócio-histórico das trajetórias dos participantes/cursistas no movimento sócio-comunitário baseado nas seguintes questões:

- 1) Quem Fomos?**
- 2) Quem Somos?**
- 3) O Quê Queremos?**

Essa 1ª Unidade foi construída pela Comissão Pedagógica dentro de uma perspectiva teórico-metodológica, com os seguintes objetivos: recepcionar/acolher e ambientar os cursistas ao novo grupo; explicitar o projeto do curso, a forma de sua realização e solucionar possíveis dúvidas dos mesmos; proporcionar aos participantes, uma reflexão sócio-histórica pessoal, onde cada indivíduo pudesse trazer para o grupo as informações da sua trajetória sócio-comunitária; expressar a construção da identidade de cada sujeito, nas lutas sociais e comunitárias da sua localidade de origem, reconhecendo-se como parte de algo maior, ou seja, de um povo que pertence à uma nação, a nação brasileira; refletir sobre a realidade social do seu bairro/comunidade na relação com a cidade, articulando estes vários pontos com expectativas, proposições, sobre a Cidade que queremos.

Na busca de atingir esses objetivos foram elaboradas dinâmicas que pudessem propiciar aos cursistas a sua participação tanto individual quanto coletiva, dentro de uma perspectiva democrática e de respeito às diferenças de opiniões, de ideologias, de crenças, de utopias, de valores, de grau de instrução etc.

Em cada um dos 5 (cinco) grupos, a acolhida e abertura institucional do curso foi realizada de forma expositiva, pelos Coordenadores Regionais da UFECO e o Coordenador Pedagógico Local. Registramos que nesse dia, o Sr. Modesto Severino Azevedo – Presidente da UFECO e a Profª Zulamar Maria Bittencourt e Castro – membro do NESSOP/UFSC, visitaram todos os 5 (cinco) locais de realização do curso, com o objetivo de dar as boas-vindas aos participantes em nome das duas instituições parceiras, bem como identificarem as possibilidades e/ou dificuldades iniciais na execução de mais essa etapa do Projeto Formação de Gestores Comunitários.

Passaremos a relatar os principais conteúdos referentes à 1ª Unidade Temática/Módulo:

### **1 - Quem Fomos?**

- **Objetivo:** resgatar histórias que fazem parte da vida de cada cursista, levantando questões relativas à sua infância.
- **1º Momento:** Exposição oral, dinâmica de grupo, “sensibilização à relação grupal” - Dinâmica dos Balões, conforme segue:

### **“DINÂMICA DOS BALÕES”**

#### **Objetivos:**

- Facilitar a integração entre participantes, ao iniciar um encontro/curso;
- Proporcionar aos integrantes do grupo uma reflexão para questões (alegres/pitorescas) ocorridas na sua infância.

**Material Necessário:**

- Aparelho de som e música alegre com motivos infantis;
- Balões/bexigas coloridas em número suficiente, de modo que cada participante receba um (a);
- Previamente colocar dentro de cada balão/bexiga, uma das perguntas abaixo:

**FRASES PARA COLOCAR DENTRO DE BALÕES COLORIDOS A SEREM UTILIZADOS EM DINÂMICA DE INTEGRAÇÃO DE GRUPOS:**

- Qual a brincadeira de infância que você lembra com alegria?
- Qual a festa folclórica da região onde você morava na infância que lhe traz lembranças agradáveis?
- Você lembra de uma grande travessura da sua infância?
- No local onde você morava quando criança havia o costume de se fazer simpatias para Santo Antonio? Quais eram?
- Há alguma comida gostosa do seu tempo de criança que você lembra até hoje? Qual é e quem a preparava?
- Você teve algum animal seu de estimação ou de sua família? Fale sobre ele.
- Qual foi o seu brinquedo favorito?
- Você lembra de alguma cantiga ou música que era cantada na sua infância?
- Qual era o doce que você mais gostava quando criança? Você ainda gosta dele?
- De quais amigos ou amigas de infância que você ainda tem lembrança ou contato até hoje?

**Obs: as perguntas poderão ser repetidas ou criadas outras, para complementar o número necessário.**

**Desenvolvimento da Dinâmica:**

- A coordenação solicita aos participantes do grupo que formem um círculo no centro da sala, de modo que todos possam ver a todos;
- Em seguida, explica que irá distribuir um balão/bexiga para cada participante, sendo que esses balões contêm uma “surpresa”;
- Ao iniciar a música, cada participante poderá soprar seu balão/bexiga, procurando não estourá-lo (caso isso ocorra, deve-se ter balões extras), e ao soprar esse balão, pensar quais são suas melhores intenções/sentimentos com relação ao curso/encontro, imaginando soprá-las para dentro do balão;
- Quando todos estiverem com os balões cheios e fechados, a coordenação começa a brincar com seu balão e sugere que todos aproveitem esse momento para brincar com todos os balões, de forma a misturá-los, sem a preocupação de ficar com o “seu” balão;
- Passados alguns minutos, a coordenação sugere que cada um segure um balão (independente de quem seja) e o estoure, procurando apanhar a “surpresa”, o papelzinho que estava dentro desse balão, e leia em silêncio a pergunta que ali se encontra;
- Após esse momento, a coordenação convida um participante que queira iniciar a brincadeira, para que diga seu nome, de onde vem, e, lendo sua pergunta, a resposta, para que os demais participantes conheçam um pouquinho da sua infância.
- E assim por diante, todos os participantes “apresentam-se”, incluindo a coordenação do encontro.

Dessa dinâmica, que consistia em cada participante responder a uma pergunta específica sobre a sua infância encontrada dentro de um balão (bexiga), transcrevemos o que segue:

Participante 1 – Pergunta: Qual sua brincadeira favorita na infância? – Resposta: *“No meu tempo, meninos e meninas brincavam separadamente e eu gostava de brincar com os meninos, de correr, subir em árvores...”*;

Participante 2 – Pergunta: Você lembra de alguma cantiga ou música? – Resposta: *“Não lembro muito, pois tive uma infância rural, lembro do som da natureza, do meu pai ouvindo música sertaneja no rádio...”*;

Participante 3 – Pergunta: Você lembra de alguma simpatia para Santo Antonio? – Resposta: *“Lembro que colocavam meninas sentadas em uma esteira e colocavam pires e dentro de cada um tinha cinza, mel, dinheiro, açúcar etc., juntamente com os nomes dos seus namorados. De acordo com o pires que pegavam era com quem iriam se casar e qual seria a profissão do marido...”*

Após esse momento de descontração em que foi possível cada participante apresentar-se sem nenhuma formalidade e lembrando situações da infância, passamos a trabalhar o próximo conteúdo:

## 2 – Quem Somos?

- **Objetivo:** construir a identidade do grupo; identificar quem somos na fase adulta; identificar situações na sua história familiar, religiosa, crenças, escolar, comunitária, cultural, de lazer, política etc.

- **1º Momento:** 1º passo - formar grupos de três participantes que irão identificar as palavras-chaves comuns ao trio e escrevê-las em uma tarjeta de papel; 2º passo – juntar os trios de dois em dois formando sextetos que irão identificar as palavras comuns ao sexteto em uma nova tarjeta de papel; 3º passo – juntar dois ou três sextetos e formar grupos (dois ou três) que irão identificar palavras comuns a cada grupo e transcrevê-las em folha de papel pardo; 4º passo – Apresentação livre dos trabalhos através de explanação dos cartazes, teatro, jogral, coral, mímica etc.

Destacamos dessa dinâmica os seguintes textos transcritos dos relatórios dos grupos:

Grupo 1: *“O grupo apresenta –se através de uma dramatização, contam a história de um grupo de uma comunidade local que vai à procura de um administrador público para reivindicar melhorias na comunidade, dramatizam dois tipos de resposta uma autoritária e a outra democrática com possibilidade de discussão com a comunidade acerca do que reivindicam e o que a administração pública pode viabilizar. A apresentação é alegre e divertida, modificam a sala para criar o cenário. São muitos aplaudidos pelos outros cursistas”.*

Grupo 2: *“Apresentação através de cartaz: Compromisso, Preservação Ambiental, Fortalecimento dos Movimentos Sociais, Qualidade de Vida, Justiça Social, Propostas de Audiências Públicas com Controle Popular”.*

Grupo 3: *“Apresentação através de cartaz: Unidade Comunitária, Justiça, Política e Promoção do Desenvolvimento Sócio-Comunitário, Justiça Institucional e Social”.*

- **2º Momento:** Dinâmica “A Caminhada”.

Após o intervalo, ao voltar para a sala de aula, os participantes encontrarão o caminho previamente preparado, com recortes de pés de diversos tamanhos, colados ao chão em meio a empecilhos/obstáculos como pedras, tijolos, galhos secos etc.

- **Objetivo:** relembrar e avaliar os caminhos que percorremos nas lutas do movimento sócio-comunitário, as barreiras/obstáculos que encontramos e as vitórias conquistadas.

Dessa dinâmica destacamos do relatório de um dos grupos de cursistas o que segue:

*“[...] os participantes retornam à sala e a encontram com vários pés colados no chão e vários obstáculos pelo caminho. A primeira reação da maioria é de ficar ao redor dos pés, observando-os [...]. A coordenadora instiga-os a percorrerem o caminho, a partir de então cada participante assume uma postura diferente sobre o material exposto, dialogam questionam e analisam o vai e vem dos pés, pensam nas possibilidades: pessoas que seguem no movimento comunitário, outros que se perdem no caminho, outros que se escondem, referindo-se a um par de pegadas coladas embaixo de uma das mesas da sala, pés que retornam simbolizando aqueles que já fizeram a caminhada e agora retornam”.*

De outro grupo de cursistas que percorreu o caminho cheio de obstáculos destacamos os seguintes depoimentos: *“Obstáculos não impedem a caminhada; todos deveriam ter a mesma oportunidade de seguir o caminho; pedras e galhos são obstáculos, desafios que temos que enfrentar”.*



- **3º Momento:** Leitura coletiva e/ou individual da poesia “Há que seguir lutando”.

### **“Há que seguir lutando”**

**Jamila Medina Rios**

*Se morro amanhã  
(eu que estou lutando),  
Não importa!  
Tu continuarás a luta...  
E se morres tu  
ele e ela a continuarão;  
e se morremos...  
Nós, vocês, aqueles...  
Tampouco importa!  
A continuarão as outras gerações...  
A continuarão tua irmã;  
teu primo, tua tia,  
teus pais que ainda vivem,  
teus avós de seus leitos  
de cruzeiros e rosas...  
O jovem exuberante da esquina  
que não te dirigia a palavra,  
a menina de outro bairro,  
um latino de qualquer rincão  
do mundo,  
porém a continuarão!  
Porque por uma causa tão linda,  
há que lutar sempre,  
e sua essência de justiça  
não pode perder-se entre os séculos...  
Porque (como diria o Mestre)  
quem que tendo asas  
as deixa cair à terra?*



### 3 - O Quê Queremos?

- **Objetivo:** Identificar: O que queremos com a comunidade? Quais são os sonhos das pessoas da comunidade? Quais são os nossos desejos para a comunidade?
- **1º Momento:** Dinâmica do cochicho – formar duplas ou trios que conversarão sobre as questões colocadas; após, escreverão as respostas em tarjetas de papel; cada dupla ou trio exporá ao grupo suas idéias e colará a tarjeta no mapa de Florianópolis.

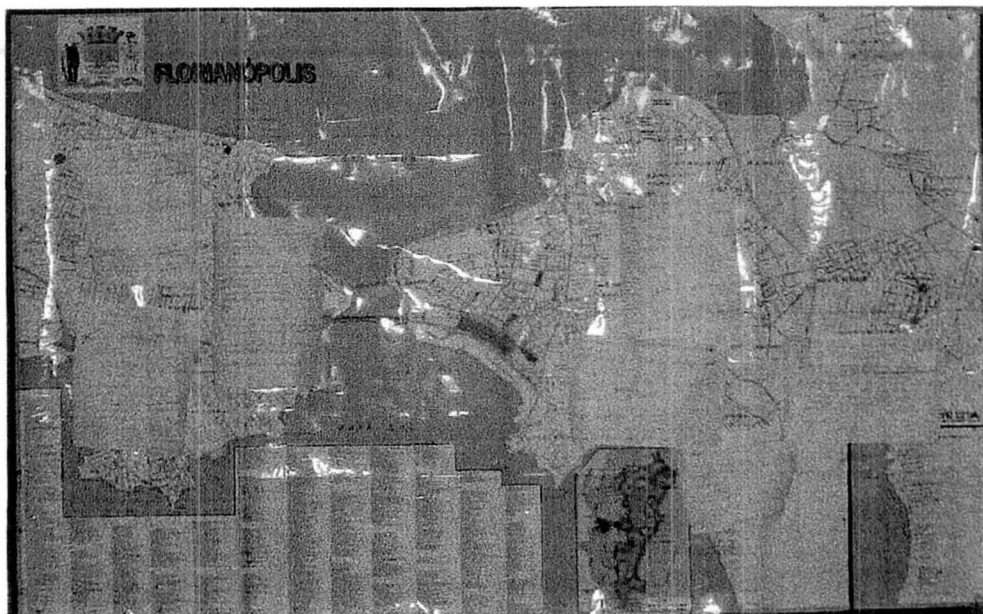
Registramos as seguintes colocações de alguns trios formados por participantes de um dos grupos de cursistas:

- Trio nº 1 quer: *“Plano Diretor Integrado e Participativo; Regularização Fundiária; Gestão Democrática”*. – Sonhos: *“Transporte coletivo de qualidade; Educação com Qualidade e Saúde”*. – Desejos: *“Comunidades com qualidade de vida”*.

- Trio nº 2 quer: *“União; Troca de Experiências; Exercitar a Cidadania Plena”*. – Sonhos: *“Qualidade de Vida; Educação; Saúde; Transporte Coletivo e Moradia”*. – Desejos: *“Reativar no cidadão o sentimento patriótico”*.

- Trio nº 3 quer: *“Mobilizar; Organizar; Conscientizar”*. Sonhos: *“Conquista do bem estar; Necessidades básicas; Direitos reais; Brasil melhor”*. Desejos: *“Concretizar os sonhos da comunidade; Comunidades participativas nos projetos; Representação para garantir os direitos”*.

A fotografia abaixo é o registro dessa dinâmica do grupo de cursistas da Regional Norte I e II:



Mapa de Florianópolis – Curso Formação de Gestores Comunitários 2004. Fotografia: Fabricio Luiz Machado.

- **2º Momento:** Dinâmica onde vários grupos conversam sobre as seguintes questões e registram as conclusões em folhas de papel pardo para, em seguida, exporem no grande grupo: 1) O que vocês entendem por Movimento Sócio-Comunitário? – 2) Quando e como começaram a participar? Por que? – 3) Atualmente, o quê esperam do Movimento Sócio-Comunitário? – 4) Quais as dificuldades que vocês encontram na Cidade?

As respostas às quatro questões de três grupos de cursistas são as seguintes:

**Grupo 1:**

- 1) *“União, organização da comunidade pelo bem comum.*

2) *Quando nos 2 últimos anos a partir do trabalho na Pastoral da Criança, trabalho com grupo de crianças, movimento pela mudança do Plano Diretor, motivado para membros da família, convite de lideranças no bairro.*

3) *Construir visão crítica da realidade.*

4) *Falta de diálogo do poder público, falta de planejamento participativo, predomínio dos interesses econômicos sobre o social”.*

### **Grupo 2:**

1) *“Mobilização na defesa dos interesses coletivos.*

2) *A partir do despertar da consciência para a realidade social, através da inserção dos movimentos comunitários.*

3) *Sintonia com a realidade visando transformá-la em algo melhor.*

4) *Manipulação do poder pelas oligarquias, falta de organização social”.*

### **Grupo 3:**

1) *“Movimento de um grupo em prol de um objetivo comum, é a unidade de um grupo representativo gerenciando destinos da comunidade.*

2) *Conscientização para cobrarmos junto ao poder público os direitos da comunidade.*

3) *Fortalecimento através de ações.*

4) *Fechamento dos olhos do poder público”.*

**3º Momento:** Estudo Dirigido – dividir a turma em pequenos grupos para conversar sobre as seguintes questões que serão expostas depois ao grande grupo:

1) O que vocês entendem por inclusão social nos trabalhos comunitários?

2) Quais são os sujeitos da exclusão?

3) Vocês conhecem a história da cidade?

Das reflexões a respeito das questões acima colocadas, transcrevemos as respostas de quatro grupos:

**Questão nº 1:**

*“Grupo 1: São trabalhos direcionados a áreas específicas: Atenção a idosos, jovens etc.*

*Grupo 2: Igualdade de direitos para todos de participarem do processo de desenvolvimento comunitário.*

*Grupo 3: A inclusão representa a formação de vários tipos de atitudes sócio-culturais como: trabalho com idosos; creche para crianças; vários tipos de artesanato; esporte para ambos os sexos; cursos culturais; festas comemorativas de datas importantes; pequenas fábricas para arrecadação de finanças (todas com aprovação da comunidade através de assembléias).*

*Grupo 4: É uma forma de resgate onde o sujeito excluído é inserido junto ao meio comunitário”.*

**Questão nº 2:**

*“Grupo 1: Discriminação - falta de interesses; despreparo; falta de informação.*

*Grupo 2: Todos estão fora dos padrões da sociedade (negros, deficientes, idosos, homossexuais).*

*Grupo 3: Exclusão – Falta de segurança; falta de verbas; falta de novos planejamentos; a falta de apoio das autoridades do governo.*

*Grupo 4: É todo aquele que não está de acordo com o modelo que a sociedade atual prega”.*

**Questão nº 3:**

*“Grupo 1: A maioria superficialmente: Cultura Açoriana; Rendeiras; Boi-de-Mamão; Bruxas; Pesca; Terno de Reis; Festa do Divino.*

*Grupo 2: Boi-de-Mamão; Farra do Boi; Festa do divino; Bruxas e Benzedeadas; Pesca Artesanal; Rendeiras; Engenhos de Farinha; Catumbi. – Comunidades Históricas: Ribeirão da Ilha; Sampaqui; Santo Antonio de Lisboa; - Culinária: Pirão de caldo de peixe; Bijú; Cuscuz; - Fundada por Dias Velho em 1673; Chamada Nossa Senhora do Desterro (homenagem à santa de devoção); O nome de Florianópolis foi imposta por Floriano Peixoto.*

*Grupo 3: Histórias e curiosidades: Procissões ( Senhor dos Passos); Boi-de-Mamão; Festa dos Açores; Festa da Tainha (frutos do mar); Batucada do Mercado Público (aos finais de semana); Vários passeios históricos; Figueira da Praça XV de Novembro; Conto das Bruxas.*

*Grupo 4: Migração Açoriana; Folclore: Boi-de-Mamão; Catumbi; Farra do Boi e Pau de Fita; Rendeiras; Pescadores; Artesanato: Louça de Barro; Religião: Nosso Senhor dos Passos; - Ponte Hercílio Luz (única travessia continente/ilha); Nome: Nossa Senhora do Desterro – Florianópolis; Figueira transplantada; Catedral; Praça XV de Novembro; Palácio Cruz e Souza (era o palácio do governo – hoje museu); Histórias e Lendas.*

**4º Momento:**

- **Objetivo** – Avaliar o dia de curso no que se refere a: 1) Conteúdo; 2) Infra-estrutura e alimentação; 3) Educadores e procedimentos didático-pedagógicos; 4) Sugestões.

As avaliações foram realizada de formas diversas nas 5 (cinco) regionais, alguns grupos fizeram-na de forma individual e por escrito e outros em subgrupos.



Trazemos aqui as avaliações de subgrupos de uma das turmas de cursistas, transcritas a partir do relatório:

- 1 - Conteúdo; 2 - Infra-estrutura; 3 - Educadores e procedimentos didáticos pedagógicos;
- 4 - Sugestões.

**Grupo 1:**

- “1 - Muito bom, permitiu bom entendimento, possibilitou troca de experiência.*
- 2 - Bom, amplo, arejado, tranquilo, boa higiene, boa alimentação.*
- 3 - Bom rendimento, dinâmica permitiu a participação.*
- 4 - Continuar no mesmo local e aos domingos, manter a “lula” no cardápio e organizar os grupos para trazer sobremesas.*

**Grupo 2:**

- 1 - Foi um conteúdo satisfatório, principalmente por se tratar de um grupo heterogêneo.*
- 2 - Ótima.*
- 3 - Muito boas, abriram espaços para exposição do grupo.*
- 4 - Bibliografia, expor o processo de intervenção na comunidade.*

**Grupo 3:**

- 1 - Bom.*
- 2 - Excelente.*
- 3 - Superou as expectativas.*
- 4 - Maior definição das questões discutidas para serem encaminhadas”.*

## 2ª Unidade Temática/Módulo:

Essa unidade teve como objetivo principal a identificação de elementos à constituição do ser-sujeito coletivo e a identificação de instrumentos formais para a garantia do direito à Cidade que queremos. Desenvolveram-se dinâmicas/estudos sobre diversas formas de relações sócio-comunitárias estabelecidas por sujeitos sociais gestores sócio-comunitários e estudo específico sobre o Estatuto da Cidade.

Os temas centrais dessa Unidade foram:

- 1º - “O Gestor Comunitário - Construtor de Relações Sócio-Comunitárias participativas e democráticas”. “Processos de Coordenação: Autoritário; Liberal e Democrático”.
- 2º - “Gestão Democrática: Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001”.

Esses temas foram abordados através de dinâmicas de grupos e exposições feitas pelos educadores responsáveis por cada conteúdo, sendo que os 5 (cinco) grupos contaram com educadores representantes do Fórum da Cidade<sup>6</sup> de Florianópolis.

**1º Momento:** Acolhida a novos cursistas através de apresentação pessoal e preenchimento da tarjeta para inclusão no mapa do Brasil (1ª Unidade/Módulo).

**2º Momento:** Dinâmica – “Mística do Trabalhador” – Como referência ao Dia do Trabalho – Dia do Trabalhador: os cursistas foram incentivados a levar para a sala de aula alguns instrumentos/produtos de seu trabalho.

---

<sup>6</sup>Fórum da Cidade – acessar o *site*: [www.forumdacidade.org.br](http://www.forumdacidade.org.br)

Os coordenadores convidaram os participantes a colocar em uma mesa esses objetos e a partir dessa composição foi possível uma reflexão sobre o trabalho que cada um realiza, sua importância, o produto desse trabalho, os sonhos de cada um com relação ao trabalho etc.

Destacamos trechos do relato dessa mística de um dos grupos de cursistas:

**“Dia do Trabalhador:** *Aproximando-se da mesa e depositando instrumentos representativos de diversas profissões, iniciou-se uma homenagem do dia do trabalhador [...]*

*A professora [...] falou sobre o significado e a importância do trabalho e as consequências da globalização, as suas nefastas influências sobre o trabalho e o trabalhador. A seguir os participantes opinaram a respeito do trabalho e da importância deste dia. Uns diziam estar piorando a situação do trabalhador. [...] lembrou o trabalho da mulher, da dona de casa, como símbolo do trabalho comunitário, sem lucro. [...] falou do amor e a importância de fazer as coisas com o coração. [...] também falou da importância da mulher, a violência física e principalmente social contra, por exemplo, a mulher negra, dos salários baixos, das crianças trabalhadoras e dos jovens sem emprego, e sem estímulos. A professora [...] falou sobre o significado do 1º de maio em São Bernardo do Campo após a abertura política. [...] lembrou que foi preso em 1968 pela ditadura, falou sobre EMBRAER, simbolizada na mesa, com um avião, e que foi privatizada na época da ditadura. Tem grande esperança que isto tudo vá se revertendo paulatinamente, e propôs unir a luta, o trabalho e ir para frente. A professora [...] disse que relembramos muitas coisas e os símbolos do trabalho expostos sobre a mesa, ressaltam a importância da educação para atingir metas. [...] homenageou as mulheres como as primeiras educadoras na vida do ser humano, destacou que todas as profissões passam pelas mãos*

*dos educadores e que estes só vão mudar suas vidas através da educação. Falou ainda, da importância do curso de gestores para o fortalecimento e aprendizado em suas atividades na mobilização de suas ações”.*

**3º Momento:** Breve memória da 1ª Unidade Temática/Módulo:

**Objetivo:** Situar os novos participantes sobre os conteúdos trabalhados nessa unidade e relembrar com os demais esses conteúdos como forma de introdução aos temas do dia, principalmente no que se refere ao que queremos para a cidade onde vivemos.

**4º Momento:** Tema - “O Gestor Comunitário - Construtor de Relações Sócio-Comunitárias Participativas e Democráticas. (O QUE É SER LÍDER)”<sup>7</sup>. Formas/estilos de coordenação. Busca de relações democráticas. Reprodução do autoritarismo em nosso cotidiano. Busca de transformação como exercício diário. Somos como um povo oprimido querendo se libertar.

1ª Dinâmica: Distribuição de texto com um teste pessoal para cada um avaliar-se como líder, para ser feito individualmente pelos cursistas.

Transcrevemos relato de como foi essa atividade em um dos grupos de cursistas:

*“Perfil de liderança autoritária: acha-se mais importante, não ouve os demais, “eu sou”, “eu faço”, não constrói, dogmas (verdades inquestionáveis), fala porque tem poder, acha*

<sup>7</sup> Conteúdo e dinâmica descritos no ANEXO C. Os textos utilizados estão arquivados no NESSOP/UFSC.

*que está tudo pronto, determina as coisas, injusto, não analisa, se “adona”, centraliza tudo (informações e decisões), não distribui poder/tarefas, precisa de “soldadinhos tarefairos”, não acredita nos outros, é inseguro, paternalismo, medo, clientelismo, não acredita na mudança, sente-se ameaçado.*

***Perfil de liderança democrática:*** *é participativo, mobilizador, tem expressão de liberdade, discute, ouve, socializa as tarefas, o conhecimento, inclui diferenças, tem flexibilidade, preocupa-se com o outro.*

***Perfil de liderança liberal:*** *não delega, não exerce autoridade, não participa, não se doa, não se posiciona, anarquiza, neo-autoritário, transfere a responsabilidade, não planeja, não questiona fonte de ajuda”.*

**5º Momento:** Conteúdo - Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 - denominada “Estatuto da Cidade”. Este conteúdo foi ministrado por representantes do Fórum da Cidade que adotaram dinâmicas diferentes de trabalho em cada grupo, à escolha de cada educador.

Transcrevemos abaixo o resultado desse trabalho em um dos cinco grupos de cursistas, conforme relatório em arquivo no NESSOP, por considerar que os depoimentos contemplam também o realizado nos demais grupos:

*“[...] diz que o Estatuto é uma Lei Federal que já está sendo implantada nos municípios, e que é importante que nos apropriássemos do espírito da lei para aplicá-la na nossa área de atuação. Neste instante foi entregue aos cursistas a cartilha “Vamos Mudar Nossa Cidade”.*

*Dinâmica: O Que é Cidade? O palestrante [...] propõe uma reflexão: cada um pensar a cidade como a vê. Quais suas funções? A seguir o palestrante [...] sugere aos participantes a formação de três grupos. Utilizando uma mística de recortes em revistas e jornais os grupos elaboraram uma colagem contextualizando e conceituando a cidade.[...] o primeiro grupo apresentou-se o nome do grupo é “O que é cidade?”. O grupo achou que não se pode ver somente o belo na cidade, mas também o que falta: falta planejamento, faltam escolas; ocupação desorganizada (mangue), no dia- a- dia tem-se um visual lindo, mas por traz deste se esconde a miséria. Segundo o grupo, a educação é precária, pois não comporta as necessidades da população, há um grande número de jovens perdidos por falta de oportunidade de trabalho, a educação infantil não é contemplada. Nós queremos uma Cidade que seja harmoniosa, preserve áreas verdes, que oportunizasse a todos, tivesse um planejamento em sua urbanização e priorizasse a Educação. Já o grupo dois, com o nome “Panela de Pressão” [...] conceitua a cidade como uma panela de pressão que está pronta a explodir e os ingredientes são: problemas no trânsito faltam ciclovias para os ciclistas, problemas na educação, violência, vias expressas cheias, falta moradia popular, problemas sociais resolvidos muitas vezes, pela iniciativa das pessoas. O turismo é um dos causadores da destruição ambiental e que poder público faz uma política voltada aos grandes empresários. Exemplo disso é o transporte coletivo que tem seu sistema de transporte mal elaborado, pois de integrado não tem nada, ele é totalmente desintegrado. [...] O terceiro grupo [...] com o nome de “Ilha da Magia”. [...] fala que o grupo trabalhou a cara da Ilha da Magia. A ilha é um pólo turístico desde 1986. Restam poucas áreas verdes, com a ocupação desordenada. Problemas levantados: animais nas ruas, desmatamento, ocupação de dunas, trânsito caótico, desemprego por falta de mão de obra especializada, desenvolvimento urbano acelerado, dificuldade no transporte coletivo. Também existe o problema da influência da*

televisão sobre a migração da zona rural para a cidade que vêm em busca de novas oportunidades. As pessoas sobrevivem do turismo e do emprego público, pois há falta de um desenvolvimento no setor industrial e políticas de geração de emprego. Fala de alguns cursistas: “[...] acha que para que se possa atuar mais no Legislativo Municipal é preciso nos apropriar da cidade, é o que está faltando em nossa comunidade. [...] fala que a cidade é vista em desordem e precisa ser reordenada, com mais planejamento. [...] acha que a ilha possui limite de crescimento pois isto gera problemas de esgoto a céu aberto e poluição do mar, enfatizando o eco-turismo.

O palestrante [...] coloca que as cidades devem ter a solução, as pessoas construindo espaços urbanos e não somente a especulação imobiliária, e isto tem que partir da iniciativa e interesse das pessoas.

[...] diz que são feitas mudanças de zoneamento em função dos interesses particulares. Em 2003 foram 170 emendas apresentadas no legislativo, referentes às mudanças de zoneamento. É necessário maior envolvimento da sociedade civil em relação a essas questões no legislativo, para não “perder a batalha”.

[...] diz que a população possui instrumentos para combater os problemas, porém não se mobiliza.

O palestrante [...] diz que é através do voto que se pode mudar a situação, e através do Estatuto da Cidade vai somar o poder de intervenção da população, enfatizando que este curso tem o compromisso de multiplicar nossos meios e nosso poder através de nosso conhecimento.

[...] diz que é preciso encontrar mecanismos para a comunidade saber sobre as emendas do Legislativo.

[...] enfatiza mais uma vez que o Estatuto é a marca fundamental na construção da cidade, exemplificando que grandes interesses econômicos orientavam o Plano Diretor.



*[...] enfoca a importância da participação da população nas audiências públicas.*

*[...] diz que não adianta, pois acredita que não se consegue nada nessas audiências.*

*O palestrante [...] intervém, afirmando que a acomodação é pela falta de educação.*

*O palestrante [...] diz que é no Conselho da Cidade onde vão surgir os conflitos e que todos têm o direito e dever de exercer a cidadania.*

*[...] afirma que será uma tarefa árdua lidar com os Conselhos, como por exemplo, o Conselho da Saúde articular-se com o Conselho da Cidade.*

*[...] fala sobre a lei, de iniciativa popular. A participação popular através dos seguintes instrumentos:*

- 1º Audiências Públicas;*
- 2º Conferência das Cidades - Federal, Estadual e Municipal;*
- 3º Conselhos da Cidade;*
- 4º Lei de Iniciativa Popular;*
- 5º Plebiscito/Referendo;*
- 6º Gestão Orçamentária Participativa.*

*O palestrante[...] diz que estes mecanismos são a democracia direta, citando a Constituição Federal, no inciso 22º, que garante o direito á propriedade, fala da importância da função social da propriedade[...]. [...] fala de um turismo sustentável, que atraia emprego para o ano todo. Passa otimismo quando afirma que há tempo para mudanças”.*

**6º Momento:** Avaliação - No encerramento da 2ª Unidade Temática/Módulo optou-se pela avaliação verbal, por parte dos participantes do curso e transcrevemos a seguir a avaliação de um dos grupos de cursistas, que consta em relatório:

*“Avaliação verbal realizada com a participação dos cursistas:*

- *Grupo bom, união;*
- *Não trazer suas angústias pessoais, pois roubam tempo;*
- *Grupo procurar ser mais sintético nas colocações;*
- *Dinâmica trouxe a prática;*
- *São dois temas que precisam de mais tempo pra serem trabalhados;*
- *Exercício do ouvir;*
- *Casos pessoais, experiências são úteis;*
- *Relação teoria-prática;*
- *Boa qualidade do material fornecido;*
- *Horário de início da próxima reunião poderá ser às 8:00h (a ser confirmado);*
- *Em geral, todos os cursistas gostaram dos assuntos tratados no dia de hoje”.*

### **1º Seminário:**

No dia 29 de Maio de 2004 realizou-se o 1º Seminário (ANEXO F) previsto no projeto, com o qual objetivou-se:

- Fortalecer um espaço público de articulação de saberes e de experiências, para construir o trabalho em rede das organizações sócio-comunitárias do município de Florianópolis;
- Fortalecer a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias na representação democrático-participativa das organizações sócio-comunitárias do município de Florianópolis.

### **3ª Unidade Temática/Módulo:**

Os conteúdos ministrados nessa Unidade Temática foram:

- 1º - Gestão Democrática – Estatuto da Cidade (conclusão);
- 2º - Metodologia do Trabalho Sócio-Comunitário no contexto Associações de Moradores/Movimento Sócio-Comunitário;
- 3º - Conhecimento da Realidade Social;
- 4º - Avaliação.

**1º Momento:** Retomada do conteúdo Gestão Democrática – Estatuto da Cidade: Princípios e Instrumentos, cujo prosseguimento deu-se seguindo a dinâmica da Unidade anterior, até a sua conclusão, utilizando-se como material didático-pedagógico a cartilha “Vamos Mudar Nossas Cidades?”<sup>8</sup>, que foi distribuída aos participantes do curso.

**2º Momento:** Conteúdo - Metodologia do Trabalho Sócio-Comunitário no Contexto: Associações de Moradores/Movimento Sócio-Comunitário.

Estudo Dirigido: Leitura e apresentação em grupos do texto “Associação de Moradores”<sup>9</sup>, com o objetivo de contribuir para o debate, entre as lideranças sócio-comunitárias, sobre as entidades que representam, seus objetivos, as formas de gestão praticadas e a troca de experiências, levando-se em conta a realidade das suas comunidades, seguindo o roteiro:

---

<sup>8</sup> Cartilha arquivada no NESSOP/UFSC em pasta específica do Projeto Formação de Gestores Comunitários 2004.

<sup>9</sup> Idem.

## Roteiro para Estudo - Associação de Moradores

- 1 - A Associação está legalizada? Possui Estatuto? Tem Diretoria formada? Por quantas pessoas? Qual o cargo que ocupam? Reúnem-se sistematicamente? A Diretoria já fez algum planejamento?
- 2 - A Associação tem um cadastro de associados? Recolhem alguma contribuição?
- 3- Realizam Assembléias / Plenárias de quanto em quanto tempo? Como é feita a mobilização? Constitui grupos e/ou comissões de trabalho? (saúde, lazer, trabalho e renda, educação, habitação, saneamento, segurança etc.).
- 4- Que tipo de atividades já fizeram com a Comunidade?
- 5- A sua Associação já trabalha em parceria / articulação com outras associações ou grupos, Igrejas, Escolas, Conselhos de Direito, ONG's etc.?
- 6- Quais as principais dificuldades que enfrentam? Como estão resolvendo?

Após essa atividade, cada grupo expôs o que refletiu a respeito das Associações de Moradores de suas comunidades quanto a: atuação das lideranças; participação da comunidade; objetivos da Associação; formas de mobilização adotadas; como se dão as tomadas de decisões; enfrentamento de problemas etc.

**3º Momento:** Conteúdo – “Conhecimento da Realidade Social”<sup>10</sup> –Estudo Dirigido: Reunir os grupos de acordo com as comunidades que representam para desenvolver o conhecimento da realidade de cada uma, a partir do seguinte roteiro:

<sup>10</sup> Texto “Conhecimento da Realidade” - ANEXO C.

- 1º Passo:

## **O CONHECIMENTO DA REALIDADE**

(Roteiro para os grupos)

### **Fazer o inventário das:**

Condições geográficas e recursos naturais;

População – sua composição (nº de habitantes, sexo, idade, procedência, etnia, ocupação, escolaridade, moradia etc.);

Infra-estrutura urbana (transporte, comunicação, sistema viário, energia, saneamento básico etc.);

Economia local (pastoril, agrícola, comercial, industrial, artesanal etc.);

Dinâmica da vida comunitária, sua história, suas lideranças, suas relações político-partidárias, suas relações associativas: associações de pais e mestres (escolares), associações religiosas; assistenciais; clubes sociais; clubes de serviços; clubes de esportes; sindicatos; grupos diversos; associação de moradores; comissões comunitárias; Conselhos de Direito e outras entidades.

- 2º Passo:

A partir dos dados levantados sobre o conhecimento da realidade das suas comunidades, cada grupo elaborou formas de representação dessas realidades (recorte e colagens, desenhos, cartazes etc.)

- 3º Passo:

As comunidades foram apresentadas ao grande grupo, e abaixo constam alguns desses depoimentos, que se encontram registrados em relatório:

1. *“Comunidade: Praia do Forte - Fortaleza da Ponta Grossa, aproximadamente 180 casas e 320 pessoas. Antigamente se fazia rendas. Rua única – urbanizada e bonita. Comunidade vive de pesca e turismo. Tem colégio e creche (mantida pela Associação de Moradores e contando com 50 crianças). Comunidade pequena, pacífica, agora tem ônibus”.*
2. *“Comunidade: Canasvieiras - Loteamentos despejam esgoto no Rio Papaquara. Há 40% de saneamento na beira da praia. Falta de vagas no colégio, identificamos que este colégio atende também alunos que moram em Jurerê. Necessidade de unir para construir um colégio que atenda a todos, ou melhor, construir um colégio em Jurerê. Há 800 famílias sem redes de esgoto. Questão a ser trabalhada: prostituição. A construção prevista do Sapiens Park irá aumentar o assoreamento do rio. Ônibus caro na região. Problemas de calçamento. Má utilização de recursos para reformas”.*
3. *“Comunidade: João Paulo/Saco Grande I - contrastes: céu e mar maravilhosos, mangues, animais, reservas florestais – demolição para mudar a paisagem, construções. Uma única via pública – de entrada e saída. Sem tratamento de esgoto. Os 30 pescadores artesanais estão indo cada vez mais para o alto mar, devido à poluição. Foi aprovada Lei que obriga os prédios a terem 4 andares. Obra foi embargada por haver obtido a liberação para a construção sobre uma vertente de água. Questões: Drogas e assaltos, para prevenir, há seguranças particulares nos condomínios. Antigamente era conhecido como bairro das lavadeiras, tinha plantação de morangos e cajus. Tudo isso desapareceu”.*

4. *“Comunidade: Ratonos - A história diz que, geograficamente, a localidade possui forma semelhante a ratos. Outra, conta que havia fartura de ratões do banhado. É um coração verde da ilha atravessado por um rio. Há um projeto imobiliário para a região e o rio Ratonos vai ficar entre dois condomínios . Na comunidade há criação de gado, cavalos, cana-de-açúcar, apicultura etc. para a subsistência familiar. Fartura de igrejas. Tradição de plantação de café sombreado. Plantação de laranjas, sambaquis (monitorados pela UFSC), potencial turístico (áreas para trilhas). Os primeiros 3,5 km são de morros, por isso há pouca área rural. Não há mais engenhos de farinha ou cana-de-açúcar. Plantação de eucaliptos para aterrar regiões paludosas. Residem cerca de 5.000 pessoas e há 02 favelas. Alguma criminalidade. Não há delegacia de polícia. A Intendência deve ser escolhida pela comunidade”.*
5. *“Comunidade: Jurerê Internacional - Aparentemente uma maravilha, coisa de primeiro mundo. Não tem esgoto e sim semi-esgoto, não tem atendimento médico, não tem escola e a água não é boa para se beber. Houve uma Licitação para o esgoto, gostaríamos de ser incluídos nesta lista. Que o nosso bairro deixe de ser visto como um condomínio fechado e sim como um bairro. Existe uma propaganda enganosa sobre a qualidade de vida no nosso bairro, pois quando chove este fica alagado. Estou aqui para darmos as mãos, pois sozinhos não conseguimos nada, temos que lutar coletivamente e em rede”.*
6. *“Comunidade: Sol Nascente/Saco Grande – Há uma Rua Central, Escola, Centro de Saúde e Comércio. Área verde muito bonita, que está sendo destruída pela povoação desgovernada desta região”.*



7. *“Comunidade: Acari - Senti a necessidade de fundar uma associação, porque estavam invadindo as dunas. Quase todo dia se construía um barraco, a solução é cadastrar as famílias que já moram no local e não deixar construir mais barracos no local. Tem condomínios de luxo perto das dunas, mas ninguém pensa em tirá-los de lá. As crianças deste bairro não tem lazer, precisam de creche e a metade da rua não tem iluminação pública e pagam COSIP. Está sendo feito um trabalho de contenção das dunas, plantando vegetação nativa ao redor delas”.*
8. *“Comunidade: Ingleses do Rio Vermelho e Santinho - Várias construções já legalizadas. Para enxergar a praia dos Ingleses tem-se que ir até a praia, devido ao montante de construção existente. Venda de areia das dunas. Há a contaminação da água devido a estrutura do saneamento básico. A Sede do Tribunal de Justiça foi construído em cima das dunas. O Plano Diretor começou pelo Santinho, transformando a beira-mar em prédios de sete andares, adulterando a paisagem natural. Na região há um aquífero com a quarta melhor água do mundo, por isso temos que lutar e cuidar para manter esta qualidade”.*

**4º Momento:** Avaliação, por parte dos cursistas, utilizando a seguinte ficha individual:

**FICHA DE AVALIAÇÃO DA 3ª UNIDADE DO CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES  
COMUNITÁRIOS 2004 – 06/06/2004  
UFECO/NESSOP/UFSC**

Regional: \_\_\_\_\_

Local: Florianópolis / SC  
Caro (a) cursista,

Data : 06/06/2004

**Visando o aperfeiçoamento do curso, e a construção do conhecimento dentro da sua expectativa, agradecemos a sua colaboração, preenchendo esta ficha de avaliação:**

1. Como você avalia os conteúdos trabalhados neste 3º módulo, quanto à utilidade, na sua vida pessoal e sócio-comunitária?

R: Vida Pessoal: \_\_\_\_\_

---

R: Vida sócio-comunitária:

---

2. Segundo a sua percepção, a distribuição dos conteúdos dentro da carga horária, foi adequada ?

☐ Sim                      ☐ Parcialmente                      ☐ Não

Sugestões \_\_\_\_\_

---

3. Quanto à qualidade, o material didático utilizado foi :

☐ Ótimo      ☐ Bom      ☐ Regular      ☐ Péssimo

Sugestões \_\_\_\_\_

---

4. Como você avalia a atuação dos(as) professores(as) , durante o curso, quanto à comunicação, dinâmica, participação, relação professor(a) cursistas?

☐ Ótima      ☐ Boa      ☐ Regular      ☐ Péssima

Sugestões \_\_\_\_\_

---

As transcrições a seguir são de avaliações que foram selecionadas através de sorteio, e que pertencem a cursistas da Regional Norte I e II:

*“1) – Vida Pessoal: Acrescentam e instrumentalizam ações que até então estavam apenas no mentalmente planejado. Poliram minha auto-estima, o que me faz motivada; Um trabalho de muita importância. Comecei a participar através do meu marido [...] e estou gostando de participar; É uma forma de auto-avaliação. A gente consegue se ver como agente ou sujeito que pode se abrir para novas experiências e mudanças.*

*– Vida Sócio-Comunitária: De grande valia para o aprofundamento da consciência sócio-política; O curso nos ensina a ter uma organização em grupo e como participar ativamente; vai me enriquecendo todo conhecimento que estou aprendendo neste curso; As especificidades de cada comunidade estão sendo consideradas e a troca de experiências me traz mais força para seguir na militância comunitária”.*

*“2) Sim – impossível nos fazer limitar o tempo dos relatos; é delicioso ouvir; exercício enriquecedor. Sim. Sim”.*

*“3) Ótimo. Ótimo. Bom”.*

*“4) Ótima – estão de parabéns! Aguardamos ansiosos o próximo! Ótima. Ótima”.*

#### **4ª Unidade Temática/Módulo:**

Os conteúdos ministrados nessa unidade foram: “Metodologia do Trabalho Sócio-Comunitário” (continuação), através da seguinte sistemática:

- 1º - Definição Participativa de Prioridades;
- 2º - Metodologia e Elaboração de Projetos;
- 3º - Avaliação.

##### **1º Momento: “Definição Participativa de Prioridades”:**

- 1) Síntese das principais demandas da realidade das comunidades da Regional;
- 2) Eleitas essas demandas, os participantes escolherão com qual demanda gostariam de trabalhar, formando assim grupos de trabalho;
- 3) Exposição dialogada sobre o conteúdo “Metodologia do Projeto”, com a entrega aos participantes de um roteiro para elaboração de projetos.

Abaixo transcrevemos a síntese das principais demandas levantadas pelos cursistas de algumas comunidades das Regionais Continente I e II – e – Norte I e II:

##### **Continente I e II:**

##### ***“PRIORIDADES: CIDADE”***

- *“Implantação do Estatuto da Cidade que garanta a participação das comunidades organizadas;*
- *Implantação de um Plano Diretor Participativo e do Conselho de Habitação e Desenvolvimento Urbano que poderá articular os projetos das regiões e localidades;*
- *Saneamento básico e segurança;*

- *Fortalecimento do movimento Comunitário; construção da rede de Entidades Comunitárias;*
- *Inclusão Social – questão fundiária; habitação; urbanização da área excluída”.*

### **“REGIÃO DO CONTINENTE”**

- *“Ampliar as associações de bairro e formar redes (proposta UFECO);*
- *Tirar as crianças da rua;*
- *Droga – violência;*
- *Desemprego;*
- *Assistência médica;*
- *Escolas;*
- *Segurança;*
- *Lazer;*
- *Educação;*
- *Conhecimento;*
- *Assessoria”.*

### **“PRIORIDADES”**

#### **“LEVANTAMENTO JUNTO ÀS COMUNIDADES”**

##### **“VILA APARECIDA**

*Posto de Saúde – mais consultas;*

*Creche;*

*Ônibus – mais horários;*

*Saneamento – esgoto;*

*Água e luz;*

*Segurança;*

*Educação;*

*Criminalidade;*

*Prostituição infantil;*

*Venda de drogas – menor de idade;*

*Discriminação dos negros;*

*Trabalho*

*Assistência aos portadores de necessidades especiais;*

*Amamentação infantil”.*

*“ABRAÃO*

*Centro Comunitário;*

*Área de lazer;*

*Área de lazer para 3ª idade;*

*Maior assistência médica: Centro Médico e mais médicos;*

*Clinica dentária;*

*Segurança / combate à violência;*

*Posto Policial;*

*Correio;*

*Capela Mortuária;*

*Valorizar comércio local”.*

*“PC 3*

*Esgoto;*

*Água;*

*Luz;*

*Melhoria das casas;*

*Escritura das casas;*

*Segurança;*

*Lazer – Centro de Recreação;*

*Atendimento de saúde – deficiente;*

*Organização / Posto de Saúde;*

*Comércio local”.*

Transcrevemos a seguir os projetos elaborados na regional Continente I e II, a partir das prioridades acima apontadas:

### **1º PROJETO:**

#### ***“FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO E CURSOS DE FORMAÇÃO – CRIAÇÃO DE REDE”***

##### ***“OBJETIVO (o que se quer atingir?)***

- *Conquistar a comunidade local uni-la para ter forças para conseguir os seus objetivos e reivindicações;*
- *Articular a comunidade local através de reuniões, debates, em escolas, postos de saúde, Conselhos Comunitários e entidades religiosas;*
- *Fortalecer os movimentos comunitários através: do fortalecimento das Associações Comunitárias; da articulação das Entidades Comunitárias para a formação de “Rede” e dar o encaminhamento aos projetos comunitários.*

**JUSTIFICATIVA (para quê?)**

*Para que o movimento comunitário tenha poder de decisão e legitimidade. Para o encaminhamento de projetos locais, e em âmbito regional. Para - Poder Político.*

**METODOLOGIA (como fazer?)**

*Fazer reuniões regionais com as várias associações comunitárias. Fortalecer as associações locais, através de cursos de formação para lideranças com apoio da UFECO.*

**RECURSOS:**

**Humanos** – Gestores formados pelos cursos oferecidos pela UFECO / NESSOP, líder comunitário e jovens.

**Materiais** – Espaço físico para a realização do curso e reuniões regionais;  
Papel, cartolina, pincéis, material pedagógico.

**Financeiro** - Apoio logístico do comércio local.

**Coordenação** – Gestores Comunitários com apoio institucional UFECO / NESSOP”.

**2º PROJETO:****“SAÚDE, UM DIREITO DE TODOS”.****“OBJETIVOS: (o que se quer atingir?)**

- *Melhoria do atendimento pelo Posto de Saúde;*
- *Ampliação do nº de consultas;*
- *Agilização na marcação de exames;*
- *Diversificação das especializações;*
- *Atendimento ao público até às 22:00 horas;*



- *Atendimento domiciliar;*
- *Ambulância para transportar pacientes clinicamente considerados em estado de risco;*
- *Fornecimento de remédios do receituário médico.*

**JUSTIFICATIVA:** *(porquê?)*

*Melhorar nossa qualidade de vida.*

*Exercer nosso direito de cidadania.*

**METODOLOGIA:** *(como fazer?)*

*Conscientização da população sobre a existência do Conselho Local de Saúde no bairro.*

*Participar do Conselho Local de saúde.*

*Buscar parcerias com as Associações de Moradores.*

**RECURSOS:**

- *Humanos e materiais da comunidade;*
- *Secretaria de Saúde;*
- *Prefeitura Municipal;*
- *Secretaria regional do Continente”.*

### 3º PROJETO

#### **“QUESTÃO FUNDIÁRIA - PC 3”**

**“OBJETIVOS:** *(o que se quer?)*

1. *Urbanização, legalização das terras, água, luz, esgoto;*
2. *Direito de construir as casas; Centro Comunitário e área de lazer; cursos profissionalizantes.*

**JUSTIFICATIVA:** *(porque?)*

1. *As casas estão caindo e pondo em risco a segurança;*
2. *Falta energia elétrica; água encanada; o esgoto está a céu aberto.*
3. *Para proporcionar melhor qualidade de vida.*

**METODOLOGIA:** *(como fazer)*

- *Buscar auxílio jurídico, municipal, estadual e federal: mobilizar UFECO, SESUSC, NESSOP, FÓRUM DA CIDADE;*
- *Mobilizar as pessoas que querem tratar da questão fundiária através de reuniões e encontros festivos.*

**RECURSOS:**

**Humanos** – *As pessoas que querem legalizar a terra.*

**Financeiros** – *recursos adquiridos pela comunidade através de eventos, bingos, festas”...*

Transcrição das prioridades eleitas pelos cursistas da **Regional Norte I e II**, para elaboração dos projetos:

- *“Diagnóstico das Comunidades – Ratores – Sambaqui – Loteamento João Gonzaga da Costa;*
- *Cozinha Comunitária – Vila do Arvoredo;*
- *Construção de Creches – Canasvieiras;*
- *Articulação das Entidades Sócio-Comunitárias – João Paulo e Saco Grande;*

- *Despoluição da Lagoa do Jacaré –Ingleses;*
- *Fiscal Cidadão – Ingleses”.*

## **2º Metodologia:**

**Elaboração de Projetos** – Aula expositiva/participativa com base no seguinte roteiro:

### **“SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS”**

**“1. CAPA:** Deve conter o nome da entidade responsável pelo projeto, o nome do projeto, o nome da pessoa responsável (coordenador).

**2. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA:** Apresenta o projeto de forma geral, trazendo dados da realidade que deve ser alterada. Porque fazer este projeto? Explica os problemas enfrentados, os aspectos que devem ser transformados. É importante trazer dados de pesquisas, levantamentos sócio-econômicos, número de pessoas atingidas pelo problema. Neste item chama-se a atenção das questões que serão abordadas pela ação a ser realizada.

**3. OBJETIVOS:** O que se pretende alcançar, onde queremos chegar. Para que fazer este projeto.

**4. PÚBLICO ALVO (abrangência):** Para quem se destina este projeto. Qual a área de abrangência na comunidade.

**5. METODOLOGIA/CRONOGRAMA:** Como vamos fazer este projeto? Descrever as etapas do trabalho a ser realizado e o período em que vão ser realizadas.

**6. RESULTADOS ESPERADOS:** Demonstrar as transformações ou mudanças esperadas com a realização do projeto de uma forma mais concreta (metas).

**7. RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS:** *Demonstrar a necessidade de pessoas para realizar o projeto: voluntários, técnicos, bem como a necessidade de algum serviço especializado (serviços de fotocópias, digitação, professores etc.)*

**8. RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS:** *Enumerar os recursos com o valor correspondente.*

**8.1 - Equipamentos:** *Maquinários, bens móveis, ferramentas que o projeto necessita;*

**8.2 - Bens de consumo:** *Recursos de consumo: material de expediente, alimentação, gasolina, etc.*

**9. ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO:**

RECUROS NECESSÁRIOS	CUSTO (RS)
<i>Recursos Humanos e serviços</i>	
<i>Equipamentos</i>	
<i>Material de consumo</i>	
<b>TOTAL</b>	

**10. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO**

*Nome, endereço, telefones, e-mail\*.*

*\* Roteiro elaborado pela Assistente Social Simone Matos Machado – Curso Formação de Gestores Comunitários 2004.*

**3ª Metodologia:** Avaliação – individual através do preenchimento da seguinte ficha:

**FICHA DE AVALIAÇÃO DA 4ª UNIDADE DO CURSO FORMAÇÃO DE  
GESTORES COMUNITÁRIOS 2004 – 04/07/2004  
UFECO/NESSOP/UFSC**

Regional: \_\_\_\_\_

Local: Florianópolis / SC

Data : 04/07/2004

Caro (a) cursista,

**Visando o aperfeiçoamento do curso, e a construção do conhecimento dentro da sua expectativa, agradecemos a sua colaboração, preenchendo esta ficha de avaliação :**

1. Você pôde perceber mudanças na sua atuação sócio-comunitária, tendo como base os conteúdos trabalhados no curso Formação de Gestores Comunitários até o presente momento? Quais?

R: \_\_\_\_\_

2. Segundo a sua percepção, a distribuição dos conteúdos do 4º Módulo foi adequada dentro da carga horária?

( ) Sim                      ( ) Parcialmente                      ( ) Não

Sugestões: \_\_\_\_\_

3. Quanto à qualidade, o material didático utilizado foi :

( ) Ótimo      ( ) Bom      ( ) Regular      ( ) Péssimo

Sugestões \_\_\_\_\_

4. Como você avalia a atuação dos(as) professores(as) , durante o curso, quanto à comunicação, dinâmica, participação, relação professor(a) cursistas?

( ) Ótima      ( ) Boa      ( ) Regular      ( ) Péssima

Sugestões: \_\_\_\_\_

1. Quanto à infra-estrutura e alimentação, você considera que foi:

( ) Ótima      ( ) Boa      ( ) Regular      ( ) Péssima

Sugestões: \_\_\_\_\_

2. Outras sugestões: \_\_\_\_\_

Das avaliações realizadas em uma das Regionais, transcrevemos as seguintes respostas de três cursistas:

Pergunta nº 1: *“Sim. Fico mais atenta à fala dos outros, e na dinâmica de cada encontro comunitário, é um permanente exercício de respeito ao tempo de cada um, e se percebe o que deve ser melhorado, porém as mudanças na nossa atuação no grupo precisam ser ajustadas ao ritmo de todos”;*

*“Considero-me com uma visão ampliada de como executar as diversas situações da comunidade e sinto-me muito melhor preparado”;*

*“Sim. Desde caminhos até elaborações dos projetos. Pois aprender a canalizar energia e empregar conhecimento também pode facilitar e qualificar uma vida”.*

Pergunta nº 2: Os três cursistas responderam: *“Sim”*.

Pergunta nº 3: Os três cursistas responderam: *“Ótimo”*.

Pergunta nº 4: Os três cursistas responderam: *“Ótima”*.

Pergunta nº 5: Os três cursistas responderam: *“Ótima”*. Sugestões: *“Tivemos a graça de ter uma pessoa se disponibilizando a preparar os alimentos”*.

Pergunta nº 6: *“Que a pessoa responsável pela preparação dos alimentos, nos próximos cursos, faça parte do planejamento dos materiais necessários para a preparação das refeições”;* *“Fica o incentivo a persistirem no empenho por nos orientar a trilhar um caminho mais suave”*.

### 5ª Unidade Temática/Módulo:

Os objetivos dessa unidade foram: 1) oportunizar que cada grupo apresentasse os projetos elaborados; 2) concluir o curso Formação de Gestores Comunitários 2004.

**1º Momento:** Metodologia do Trabalho Sócio-Comunitário (conclusão) - Apresentação dos Projetos Elaborados: Cada grupo de cursistas apresentou os projetos (arquivo/NESSOP), elaborados a partir da definição de prioridades, ocorrida na 4ª Unidade/Módulo.

**2º Momento:** Mobilização para o 2º Seminário e para a cerimônia de Formatura, com a entrega dos seguintes “mosquitinhos”:

#### **ATENÇÃO CAROS E CARAS CURSISTAS!**

✂ Vamos marcar na nossa agenda esta data especial!

#### **2º SEMINÁRIO DO CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS 2004 – UFECO / NESSOP / UFSC**

**DATA:** 07 de Agosto de 2004 ✓

**HORÁRIO:** 14:30 às 18:30 Horas ✓

**LOCAL:** AUDITÓRIO da Escola Técnica Federal de Santa Catarina - CEFET/SC - Av. Mauro Ramos – Centro – Fpolis. ✓

#### **ATENÇÃO! FORMATURA!**

#### **CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS 2004**

**DATA:** 14 DE AGOSTO DE 2004

**HORÁRIO:** 15:00 HORAS

**LOCAL:** AUDITÓRIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC – CAMPUS UNIVERSITÁRIO - BAIRRO TRINDADE

*Você é o motivo dessa festa!  
Compareça!*



**3º Momento:** Dinâmica de Encerramento: “Formatura”, realizada com a participação de todos os cursistas.

**Dinâmica: “Formatura”.**

**Objetivo:** propiciar trocas que consolidem os vínculos estabelecidos no transcorrer do curso.

**Material:** Nome dos participantes para sorteio, cartões coloridos tipo “de/para”, sacolas de papel tamanho médio para presente, material para enfeitar as sacolas de presente (fitas, flores secas, papel crepom, etc.) tintas coloridas, pincéis atômicos, colas, tesouras, CD com uma música suave tocando enquanto o grupo trabalha.

**Tempo de Exercício:** 1 hora.

**Desenvolvimento:** a) Colocar o material de montagem das sacolas de presente no meio da sala. b) Cada participante deve sortear o nome de um integrante do grupo para o qual personalizará uma sacola com a marca que a pessoa sorteada deixou para o grupo até então. c) Após confeccionar a sacola, solicitar que cada participante a entregue para a pessoa sorteada explicando o porquê da marca confeccionada. d) Distribuir cartões coloridos “de/para”. e) Solicitar que cada integrante do grupo escolha uma característica que mais sobressaiu em cada um dos participantes durante o curso e escreva nos cartões coloridos. f) Pedir ao grupo para sentar em círculo. g) Cada um passará sua sacola, onde serão colocados os cartões. h) Quando de posse de sua sacola, todos lêem os seus cartões. i) Oportunizar tempo para comentários individuais sobre os feed back recebidos.

Após esta dinâmica houve o encerramento do curso em cada Regional, onde os grupos foram mobilizados a participarem do 2º Seminário no dia 07/08/2004.

## **2º Seminário:**

Realizou-se o 2º Seminário (ANEXO G), previsto no projeto cujos temas, objetivos e metodologia foram:

### **TEMAS:**

- 1. Atuação em Rede das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Município de Florianópolis;**
- 2. Continuidade do Processo de Formação.**

### **OBJETIVOS:**

- Realizar no coletivo, a definição e encaminhamentos de relações em rede das Associações de Moradores e dos Conselhos Comunitários do município de Florianópolis;
- Identificar e encaminhar as possibilidades e limites de uma política de formação continuada do movimento sócio-comunitário.

### **METODOLOGIA DOS TRABALHOS EM GRUPO:**

No debate, em pequenos grupos, serão formuladas proposições, definidas prioridades, tarefas, cronogramas e os sujeitos responsáveis ou comissões executivas. Em plenária, cada grupo apresentará seu trabalho. No debate, serão definidas as prioridades e seus respectivos encaminhamentos.

Nesse 2º Seminário também foi entregue aos participantes, uma relação (disponível no NESSOP) com os dados para localização de todos os cursistas, Coordenadores Regionais, Comissões Locais e Educadores/Apoios Pedagógicos, como instrumento de suporte à Rede e a apoios que se fizerem necessários, facilitando a comunicação entre os componentes do grupo.

### 2.3.2 Desafios e Resultados

Esta trajetória permitiu-nos identificar alguns desafios e resultados:

Durante o período de elaboração, implementação/implantação e realização do projeto Formação de Gestores Comunitários 2004, deparamo-nos com dificultadores de diversas naturezas, tais como: questões relativas aos recursos financeiros disponíveis; concretização de parcerias; disponibilidade pessoal de educadores e apoios pedagógicos; disponibilização de espaços físicos para reuniões, seminários, realização das Unidades Temáticas, e equipamentos didático-pedagógicos.

Trataremos dessas questões neste trabalho com três objetivos distintos: primeiro, no sentido da reflexão sobre as dificuldades enfrentadas e soluções encontradas (ou não); segundo, com a intenção de vizibilizar para o movimento sócio-comunitário como ocorreram essas situações e como elas foram sendo solucionadas no decorrer do processo; e terceiro, sensibilizar a sociedade civil, as instituições/organizações e os profissionais de Serviço Social e outros que, ao se lançarem em um projeto ambicioso como este o foi, possam levar em conta as dificuldades que encontramos e se antecipem a elas, ainda na fase de planejamento inicial de futuros projetos.

As análises que aqui pretendemos realizar terão como base alguns referenciais teóricos utilizados em nosso processo de formação profissional, e reflexões sobre a prática vivenciada na relação com o projeto onde realizamos nosso estágio curricular obrigatório.

Levando-se em conta o projeto, da forma como foi concebido, verificam-se os dimensionamentos de recursos necessários para a sua viabilização conforme segue:

- **Recursos Humanos:** na página 1 do projeto está previsto um grupo de 4 (quatro) alunas envolvidas, mais 10 (dez) alunos(as) a serem mobilizados (as) em Fevereiro de 2004, com o início das aulas, no curso de Serviço Social da UFSC. O objetivo era incluir 2 (dois/duas) alunos (as) em cada uma das 5 (cinco) Regionais, como colaboradores das Comissões Locais para acompanhá-las e dar-lhes o apoio necessário no desempenho de suas atribuições, previstas no projeto à página nº 5, além de participarem da Comissão Pedagógica, principalmente com o objetivo de documentar o processo de formação em vídeo e relatório, cada uma das Regionais.

À página 10 do projeto, há a previsão de 03 (três) alunos(as) bolsistas, cujas bolsas se pretendia obter candidatando-se no Edital de Bolsas de Extensão da UFSC de 2004. Salientamos que esse grupo substituiria, em número, o de quatro alunas previsto na página 1.

Com esses dados pode-se concluir que a previsão era de um grupo com 13 (treze) alunos (as) envolvidos na operacionalização do projeto, desde o período de implementação até sua finalização.

O que de fato ocorreu com relação a essa estimativa, é que 1 (uma) bolsa de extensão foi concedida para o projeto, resultando em uma aluna estagiária, contratada para exercer as funções operacionais, de apoio à gestão e, concomitante, realizar seu projeto de intervenção no estágio curricular obrigatório, o que acarretou uma sobrecarga de atividades, dificultando sua atuação. Para suprir parte dessa deficiência, a coordenadora do projeto Profª Iliane Kohler buscou apoio junto às monitorias do Departamento de Serviço Social, para o trabalho de digitação e compilação das informações/resultados

das atividades de sala de aula dos grupos de 4 (quatro) Regionais, o que facilitou nosso trabalho a partir de Maio/2004;

Quanto ao grupo de alunos (as) apoiadores (as), tivemos inicialmente a inscrição de 12 (doze) pessoas, porém, por razões das mais diversas ordens (pessoais, de disponibilidade, falta de bolsa remunerada etc.), apenas 6 (seis) alunas prosseguiram com as atividades até o final do projeto, sendo que 4 (quatro) acompanharam o grupo da Regional Maciço Morro da Cruz/Agrônômica e Bacia do Itacorubi, e 2 (duas) acompanharam o grupo da Regional Norte I e II. As demais Regionais, que não tiveram esse apoio, foram absorvendo as atribuições desses alunos, desenvolvendo-as, porém, com certo grau de dificuldade.

**Educadores:** Havia a expectativa de formar-se uma equipe com um número de educadores suficiente para ministrarem os conteúdos em todas as 5 (cinco) Regionais, de forma diversificada. Dos possíveis nomes de professores indicados e/ou conhecidos para essa atividade, muitos não tiveram disponibilidade pessoal para participarem do curso. Esse dificultador foi sendo contornado, à medida que as Unidades Temáticas iam acontecendo, com o empenho e compreensão das Coordenações Pedagógicas e outros profissionais que lhe deram apoio, até a conclusão do curso. Havia a previsão inicial de pagamento de honorários aos educadores, referente às horas/aula ministradas, no valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais h/a). Face às adversidades para a conquista dos recursos financeiros, esses educadores realizaram seu trabalho gratuitamente.

- **Apoios:** Em todas as Regionais, pôde-se contar com o imprescindível apoio das Comissões Locais, que desempenharam suas atribuições, de forma a dar todo

apoio logístico aos grupos de cursistas e educadores, para que as atividades seguissem o planejamento estabelecido. Igualmente esses sujeitos sociais envolvidos nessa atividade, o fizeram gratuitamente, não percebendo nenhuma remuneração pelo trabalho realizado.

- **Recursos Financeiros:** O projeto teve o recurso financeiro disponibilizado pelo Proextensão, e algumas parcerias foram firmadas até o início do curso, através de subvenção dos gabinetes de alguns parlamentares (já citados anteriormente), e havia ainda a expectativa da concretização de mais parcerias, no decorrer do projeto. Uma dessas parcerias somente aconteceu após a finalização do curso, motivo que acarretou sérios dificultadores à Comissão Executiva, para dar continuidade às atividades programadas e assumidas perante o grupo de cursistas e entidades por eles representadas.

O fato de o curso iniciar com um grupo de 100 (cem) cursistas e em locais diferentes, ao mesmo tempo, acarretou a necessidade de se mobilizar recursos que dessem conta de cobrir o montante investido em material didático, aluguel de espaço físico e equipamentos e, principalmente, a alimentação servida aos grupos. Registramos que, a continuidade e conclusão do curso só foram possíveis, graças ao empenho da Comissão Executiva, dos Coordenadores Regionais, Comissões Locais e Comissão Pedagógica, que não mediram esforços no sentido de buscar novos parceiros em suas regiões/comunidades, e os Cursistas que deram uma especial demonstração de solidariedade e cooperação, contribuindo com auxílio financeiro e doação de ingredientes/alimentos, a partir da 3ª Unidade Temática/Módulo. Foram esses espíritos participativos, cooperativos, solidários e o desejo de dar continuidade ao curso, que fez com que, mesmo em condições adversas, persistíssemos na

busca de atingir os objetivos propostos e concluíssemos todas as etapas do projeto.

- **Recursos Financeiros/Cronograma de Desembolsos:**

PROEXTENSÃO/UFSC: liberação total na data da aprovação do projeto.	R\$ 4.000,00
Mandatos Parlamentares (3) - Recursos de Subvenção Social: liberação em parcelas mensais e em material didático (5).	R\$ 3.000,00
Centro de Assessoria à Autogestão Popular – CAAP: liberação em duas parcelas.	R\$ 200,00
Eletrosul: recurso disponibilizado ao final do curso.	R\$ 5.000,00
Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF: descontos concedidos sobre os valores das diárias da sala de aula, e liberação da cobrança de taxa de ocupação de cozinha/gás/louças e talheres.	
Departamento de Serviço Social - DSS/UFSC: liberação para pagamento de alimentação.	R\$ 150,00
Divisão de Capacitação de Pessoal – DVCP (CELESC): descontos concedidos sobre os valores das diárias de ocupação dos alojamentos, da sala de aula, e dispensa de cobrança da taxa dos equipamentos utilizados.	
<b>TOTAL DE RECURSOS LIBERADOS.....</b>	<b>R\$ 12.350,00</b>

- **Espaços Físicos:** Indistintamente, todos os membros das Comissões constituídas para a gestão desse projeto, deram significativas contribuições no sentido de identificar, visitar os locais, fazer os contatos necessários, negociar



com as instituições a disponibilidade, a redução dos custos e/ou a sua gratuidade, dos locais (já mencionados anteriormente), onde foram realizadas as 5 (cinco) Unidades Temáticas/Módulos, os 2 (dois) Seminários e a Cerimônia de Formatura, planejados para o projeto Formação de Gestores Comunitários 2004.

- **Transporte/Deslocamento dos Cursistas e Apoios Locais:** Foram utilizadas diversas estratégias para que as pessoas envolvidas com o curso pudessem deslocar-se de suas residências, de seus bairros/comunidades até os locais onde se realizaram as atividades programadas. Destaque-se que, além da utilização de transporte coletivo, os grupos foram se organizando em suas regiões no sentido de oferecerem carona para auxiliarem na locomoção dos colegas e apoios. Todas as despesas com esses deslocamentos correram por conta dos participantes do projeto.
- **Mobilização:** Tanto no período de inscrição/seleção dos cursistas, até as últimas atividades realizadas, a mobilização deu-se com a participação fundamental dos Coordenadores Regionais da UFECO, Comissões Locais e Comissão Executiva, o que ocorreu através de telefonemas, e-mail, recados etc., que ocorreram sistematicamente na semana que antecedia os eventos, o que julgamos ter sido uma das razões pela considerável frequência dos cursistas e as raras ausências/desistências, que sempre foram justificadas, culminando com 84 (oitenta e quatro) cursistas formados.

Avaliamos, com base ao acima exposto que, na fase de implementação do projeto, houve inadequado dimensionamento, no sentido da formalização e incorporação de recursos que viabilizassem a realização de todas as atividades planejadas, acarretando à

Comissão Executiva e Comissões Locais, a conseqüente necessidade de buscar esses recursos, que não estavam garantidos inicialmente.

Assim nos colocamos, em face de situações de adversidades enfrentadas, como por exemplo, a não liberação dos recursos pleiteados junto à ELETROSUL, parceira do projeto, no início do processo, para garantir 5 (cinco) bolsas de estágio remunerado a estudantes do curso de Serviço Social no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, cada uma, durante os 5 (cinco) meses de realização das Unidades Temáticas/Módulos, totalizando R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que vieram a ser disponibilizados somente ao final do projeto e que se destinaram ao pagamento de despesas realizadas no decorrer do mesmo.

Vale destacar, que a experiência desenvolvida acumulou conteúdos por demais significativos no campo da cooperação, da mobilização solidária, da disponibilidade de se inventar e reinventar um processo de trabalho que, credibilizou sempre, um princípio fundamental do movimento sócio-comunitário: o fazer no coletivo, a superação do individualismo e a não mercantilização das relações sócio-políticas do Ser-gestor-comunitário.

Acrescentamos em nossa reflexão, que percebemos a preocupação com o ensino da prática em suas dimensões teórico, ético-política e técnica, durante a realização do nosso Estágio Curricular Obrigatório, expressa pela profissional supervisora de campo e outros Assistentes Sociais envolvidos com o projeto de extensão, durante reuniões de planejamento pedagógico e avaliação. Isso vem nos confirmar o que coloca Iamamoto (2003, p. 268 - 271):

O estágio é um dos espaços privilegiados de contato direto dos acadêmicos com o cotidiano institucional no mercado de trabalho. Como as experiências de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais e outros profissionais afins. [...] o “ensino da prática”, ainda que tendo o estágio como base, envolve a *tríplice dimensão de ensino, pesquisa e extensão* [...] A extensão é um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação

transformadora entre a universidade e a sociedade”. Concretiza-se em um conjunto de atividades que constrói *um vínculo orgânico entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diversos níveis*.

Nesse sentido, a respeito do conhecimento, das vivências, da subjetividade e da experiência prática em um processo reflexivo, apontamos para aquilo que coloca Gómez (apud BONDER, 2004, p. 80):

*O conhecimento-na-ação só é pertinente se for flexível e se apoiar na reflexão na e sobre a ação. Trata-se de partir da prática para desencadear uma reflexão séria sobre o conjunto das questões em pauta, desde as rotinas técnicas, passando pelas teorias e pelos valores. A prática é mais um processo de investigação do que um contexto de aplicação. Um processo de investigação na ação, mediante o qual o profissional submerge do mundo complexo do planejamento para compreender de forma crítica e vital, implicando-se afetiva e cognitivamente nas interações da situação real, questionando as suas próprias crenças e explicações, propondo e experimentando alternativas, participando na reconstrução permanente da realidade daquele grupo ou comunidade local. [...] Enquanto processo de desenho e intervenção sobre a realidade, a prática é uma atividade criativa, que não pode considerar-se exclusivamente uma atividade técnica de aplicação de produções externas. [...]*

A prática vivenciada, de caráter sócio-educativo no curso Formação de Gestores Comunitários, nos possibilitou intenso convívio com as mais diversas situações, tanto nas questões relativas à gestão do projeto, através da participação efetiva na Comissão Executiva Geral e apoios às Comissões Locais, como naquelas surgidas, através do contato direto e indireto, com os gestores sócio-comunitários cursistas, ocorridas pela via da Coordenação Pedagógica da Regional Norte I e II, situações essas, que nos desafiaram a buscar soluções nos mais diversos âmbitos do projeto.

Junto à Comissão Pedagógica, tivemos a oportunidade de participar de todos os processos de elaboração das Unidades Temáticas/Módulos, materiais didático-pedagógicos, aplicação e reflexão dos conteúdos ministrados e sobre os resultados obtidos

junto aos grupos de cursistas, com vistas a atender as especificidades e a pluralidade de cada um, em direção ao alcance dos objetivos traçados no projeto.

Nessa relação, a oportunidade apresentou-se como forma de aplicação dos conteúdos teórico-metodológicos adquiridos na formação, levando-nos a experienciar o exercício profissional dentro dos princípios definidos no Código de Ética do Assistente Social e das atribuições estabelecidas na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão, especialmente no que se refere à assessoria e apoio prestados aos movimentos sociais que, no caso específico do projeto desenvolvido, destinou-se ao movimento sócio comunitário.

A dinâmica do processo de formação/qualificação voltada para o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento de atitudes democrático-participativas de gestores /sujeitos sociais, com vistas a uma atuação comprometida com os anseios da comunidade, requer a utilização de metodologias didático-pedagógicas que proporcionem o exercício dessas habilidades e atitudes.

No planejamento e elaboração de cada Unidade Temática/Módulo, do curso Formação de Gestores Comunitários, buscou-se a inclusão de metodologias e dinâmicas específicas que priorizassem o trabalho participativo e em grupos, com vistas a cobrir o campo do ensino-aprendizagem voltado à gestão sócio-comunitária participativa.

A proposta do curso apontou justamente no sentido de instrumentalizar o gestor sócio-comunitário, através do exercício da participação, e, nessa direção, ao falar de planejamento participativo, Gandin (apud BONDER, 2004, p. 75) coloca que:

[...] O planejamento participativo desenvolveu um conjunto de conceitos, de modelos, de processo, de instrumentos e técnicas para dar importância ao crescimento (coletivo e do pessoal) e, neste crescimento, construir o referencial, avaliar a prática, propor e realizar uma nova prática. [...] a construção coletiva necessita de processos rigorosos que incluem trabalho individual, trabalho de pequenos grupos e plenários para reencaminhamentos. Há, no planejamento participativo, um conjunto de técnicas e de instrumentos para que se chegue ao que é o pensamento coletivo e para evitar discussões polarizadas e formação de grupos que se digladiam.

A construção das Unidades Temáticas do curso foi um exercício contínuo destes referenciais teóricos à medida que isso ocorreu com a participação democrática de educadores e educandos, coordenação executiva, coordenação pedagógica e coordenações locais.

Essa metodologia adotada objetivou propiciar ao grupo como um todo, a reflexão e construção no coletivo, ou seja, naquilo que coloca Paulo Freire (1977, p. 24), “[...] aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela”.

Na perspectiva dessa prática, podemos afirmar que ela ocorreu de forma a reforçar o pensamento de Bonder (2004, p. 75):

A problematização da prática é necessária para o início do processo de reflexão do assistente social. Os assistentes sociais são profissionais que devem desempenhar um papel ativo na formulação dos propósitos e objetivos do seu trabalho, bem como dos meios para atingi-lo. [...] significa que o processo de compreensão e melhoria da sua intervenção profissional deve começar pela reflexão sobre a sua própria experiência e que o tipo de saber inteiramente tirado da experiência dos outros é pobre e ilusório.

Complementando o que até aqui referenciamos, concordamos com Cardoso; Maciel (2000, p. 142 - 144), quando colocam que:

É incontestável a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura, como diria Gramsci (1976). [...] Esta função, contida no projeto ético-político-profissional, concretiza-se através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e

manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e do avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica.

Sobre essa afirmativa, queremos aqui transcrever, enquanto forma ilustrativa, algumas falas de Educadores e Coordenadores Regionais e Apoios Pedagógicos, em 07/06/2004 durante a reunião de avaliação da 3ª Unidade Temática do curso Formação de Gestores Comunitários, sobre a sua percepção do ocorrido em sala de aula até então:

Coordenador A: *“Quem estava alheio ou não concordava com o rumo do curso, foi mudando de opinião, se entrosaram e participaram ativamente; há o consenso na ideologia para se ter um Plano Diretor Integrado, saindo da visão local para o global da cidade, formulando críticas às lideranças anteriores que se opunham às ações integradas das Associações Comunitárias em prol da qualidade de vida local e da cidade como um todo; aparece no grupo um sentimento de aceitação, afetividade e acolhimento do outro: solidariedade”;*

Apoio Pedagógico B: *“Percebeu-se que o conteúdo trabalhado entrou na linguagem do grupo durante as atividades sobre o conhecimento da realidade; durante a apresentação os cursistas já reconheceram as outras comunidades e interessaram-se pelas questões de todos, ficando claro que existe uma cidade de aparência e a cidade real; os membros do grupo se descobrem como apoios em suas lutas. O grupo toma consciência e sensibiliza-se com as desigualdades/semelhanças e com as ocupações desordenadas e os conseqüentes prejuízos ambientais, da qualidade de vida, e sobre as alterações no zoneamento da região. Nesse 3º Módulo verifica-se um gradativo avanço na compreensão de uma política comunitária e há sinais de que os cursistas reconhecem a organização comunitária como uma forma de poder local”.*



Educadora C: *“Percebe-se o fortalecimento daquele grupo, da sua atuação na comunidade, possibilitando o debate e a tomada de consciência; mostram-se fortes, com uma energia solidária, e com um bom conhecimento geográfico, político e ambiental”.*

A essas avaliações, somamos os seguintes alcançados pelo projeto:

- ✓ Formação de 84 gestores;
- ✓ Projetos elaborados pelos grupos das 5 (cinco) Regionais que se encontram com a Comissão dos Cursistas, para que possam ser viabilizados, dos quais destacamos:
  - ❑ Criação do Centro Cultural “Colorindo a Vida” - Maciço Morro da Cruz;
  - ❑ Criação do Parque Mirante Sul - primeiras propostas;
  - ❑ Articulação das Associações de Moradores da Região Norte;
  - ❑ Projeto de Recuperação Ambiental da Lagoa do Jacaré e Entorno;
  - ❑ Cozinha Comunitária e Oficina de Arte Culinária – Vila do Arvoredo;
  - ❑ Reciclando a Lagoa;
  - ❑ Planejamento e Controle da População Animal;
  - ❑ Implantação do 2º Grau Noturno na Fazenda do Rio Tavares;
  - ❑ Oficinas de Educação em Saúde;
  - ❑ Questão Fundiária PC 3.
- ✓ Consolidação da proposta de formulação de uma política permanente de formação sócio-política, na relação UFSC/NESSOP através da assessoria à continuidade de cursos locais ministrados por alguns cursistas formados e, um curso de longa duração na UFSC;
- ✓ Construção da REDE das entidades sócio-comunitárias do município de Florianópolis/SC.



- ✓ Apropriação dos conteúdos e desenvolvimento de habilidades que expressam um sujeito social e político com auto-estima ampliada e compreensão de ser sujeito, fundamental na formulação de reivindicações e exigências junto às políticas públicas;
- ✓ Maior clareza no reconhecimento do direito a ter direito, do empoderamento do movimento sócio-comunitário nas suas relações internas e externas, das suas atribuições na ampliação e consolidação da cidadania;
- ✓ Autocrítica quanto aos necessários avanços à superação de ações exclusivamente localistas, clientelistas e centralizadoras que permeiam a cultura política local/nacional;
- ✓ Reconhecimento da importância de assessorias profissionais comprometidas com a agenda de lutas do movimento social/comunitário local/nacional. Nesta direção, a UFSC/DSS/NESSOP seguem tendo como demanda da UFECO, a continuidade para 2005, das ações de assessoria na formação sócio-política continuada.

Houve, como já colocamos anteriormente, o registro em fotografia e vídeo das atividades do curso e neste trabalho constam alguns dos registros fotográficos, no (ANEXO H).

• **Formatura do Grupo de Cursistas do Projeto “Formação de Gestores Comunitários 2004”**

Enquanto resultado objetivo do projeto realizou-se a cerimônia de formatura dos 84 (oitenta e quatro) cursistas que concluíram todas as etapas da formação. A cerimônia ocorreu, como o planejado, e com o apoio da Comissão de Formatura,

constituída por 2 (dois) cursistas representantes de cada Regional que, em conjunto com as demais comissões, organizaram todas as atividades para esse momento tão especial para todos os envolvidos com o curso, cujo planejamento participativo foi mais um exercício de gestão que credibiliza o fazer no coletivo.

A cerimônia ocorreu no dia 14 de Agosto de 2004, às 15:00 hs, no Auditório da Reitoria da UFSC, no Campus Universitário – Trindade, Florianópolis/SC, e contou com a participação de aproximadamente 350 (trezentas e cinquenta) pessoas: formandos, familiares/amigos, membros de todas as comissões constituídas no projeto, representante do Departamento de Serviço Social - DSS/UFSC, lideranças sócio-comunitárias, representantes das instituições parceiras do projeto etc.

No papel de Oradora da Turma, a cursista Semíramis Celeste B. Pintado, proferiu o seguinte discurso:

*“Boa tarde a todos e a todas!*

*A princípio parecia fácil ser oradora desta formatura, na verdade pra mim, realmente fácil e a letra da musica do JQUEST, onde a letra diz: "fácil extremamente fácil pra você e eu e todo mundo cantar junto", e pra cantarmos juntos uma melodia, precisa haver sincronicidade na relação do eu com o tu, para que sejamos nós, acredito que sejamos nós, acredito que esteja o caso dos Gestores Comunitários. Quando caminhamos juntos, lado a lado e nesta caminhada trocamos idéias, que somadas se tornarem em ação, com certeza encontraremos o resultado ideal que é a justiça social. Espero, que quando chegar outubro, e já tivermos eleito nossos representantes municipais, nos encontraremos novamente para que esta grande rede, que já está formada, permaneça firme e coesa, que tenhamos uma formação contínua dentro deste curso, proporcionando*

*transformações significativas, e que todos os nossos desafios sejam solucionados, construindo uma nova realidade, onde os interesses de poucos jamais possam prevalecer sobre o direito de muitos . Conclamo a todos e a todas cursistas para que, transformemos este aprendizado em luta junto da comunidade, cobrando do poder publico ações voltadas para o bem comum. Somos hoje, entidades legitimamente constituídas, e temos o poder para fazer valer todos os direitos, os quais nem toda comunidade sabe que possui. A integração entre a Universidade Federal de Santa Catarina, junto à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO, é fundamental para que todos possam construir juntos uma comunidade mais conseqüente e digna. Todos sabemos o quanto pode o poder de um povo, pode transformar este velho mundo, em um novo mundo".*

Em seguida procedeu-se a entrega dos certificados e de um “kit cidadania”, a cada cursista, o qual continha um exemplar da Constituição Federal de 1988, o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Estatuto da Cidade, os Direitos da Mulher e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata, compondo importantíssimo material de suporte à ações cidadãs garantidoras de direitos

Após o encerramento da cerimônia, os presentes puderam participar de um coquetel de confraternização, no hall do Auditório da Reitoria, demonstração concreta da organização, cooperação, solidariedade e dos vínculos afetivos entre os sujeitos sociais envolvidos no projeto.

Consideramos que os resultados acima apresentados objetivamente, mais aqueles percebidos de forma subjetiva no grupo participante do curso, através da elevação de sua

auto-estima, ampliação da cidadania e maiores possibilidades de conquista de melhor qualidade de vida pessoal e sócio-comunitária, nos confirmam que alcançamos os objetivos almejados no momento de formulação do projeto.

Os percalços enfrentados nessa caminhada constituíram-se em exercícios contínuos de persistência, criatividade e aprendizado no coletivo, que nos fortalecem e incentivam na busca incessante de garantir direitos, ampliar a democracia e a cidadania, no sentido de uma sociedade mais humanizada e mais justa, valorizando e reconhecendo a necessária intervenção do Serviço Social junto à sociedade civil organizada.

E foi, através da poesia que segue, de autoria do líder comunitário Sr. Teodoro José da Silva que obtivemos uma bela tradução dos resultados e desafios deste projeto:

### ***Poesia Dedicada aos Cursistas***

*Teodoro José da Silva*

*Meus queridos companheiros,  
chegamos ao final da jornada,  
Aprendemos por inteiro  
toda a doutrina ensinada.*

*Isso é só o começo  
de uma estrada a trilhar,  
mesmo enfrentando tropeços,  
nunca mais vamos parar.*

*O povo está esperando  
por um caminho de luz,  
e nós na frente andando  
na estrada que conduz,  
só a vitória interessa  
pois a luta nos seduz.*

*Não estamos aqui sem razão,  
pois temos um objetivo,  
queremos que nesta nação  
não tenha um povo cativo,  
estamos aqui para lutar,  
fiquemos alertas, ativos!*

*Esta luta continua  
e nós vamos conseguir,  
porque não é só minha,  
ela é nossa, ela é tua,  
é a vitória que queremos,  
nós iremos perseguir.*

*As promessas de campanha  
nós precisamos escutar,  
pois se hoje o povo apanha,  
isso vai ter que mudar.*

*Deixemos de ser servil,  
passemos a exigir,  
que as mudanças no Brasil,  
eles tenham que assumir.*

*Não votemos por dinheiro,  
nosso voto não tem preço,  
pois um favor passageiro,  
não vai ser o que careço.  
Olhemos então pra frente  
com um olhar de futuro,  
vamos votar diferente  
como um povo maduro,  
o processo é sempre lento,  
nós precisamos lutar,  
que fiquemos sempre atentos,  
e aprendamos a cobrar.*

*Nós somos um povo audaz  
sabemos o que queremos  
e não voltamos atrás  
não importa se morremos,  
e por nossa liberdade  
lutemos, lutemos, lutemos!*

*O povo desta cidade  
precisa compreender,  
que maior felicidade  
nós só podemos ter,  
se acabarmos com a fome  
e todos souberem ler.*

*Meus amigos e companheiros,  
assim diz o presidente,  
eu também os trato assim  
e não vai ser diferente.  
que possamos nos unir  
e viver tal qual parentes.*

*Não somos mais uns estranhos  
agora nos conhecemos  
e devemos dar as mãos,  
então nos abracemos  
nos tratemos como irmãos  
pois, só assim venceremos.*

*Agradeço aqui, agora  
o nosso corpo docente,  
que nunca mediu esforço  
para ensinar esta gente,*



*e se antes nós não víamos*

*agora é diferente.*

*Quero agradecer a todos*

*que para nós contribuíram,*

*essa ajuda foi de rodo*

*até de sobra, todos viram,*

*e felizes, satisfeitos,*

*do curso todos saíram.*

*Agora vamos em paz*

*para nossas casas voltar,*

*levando na consciência*

*que precisamos lutar,*

*e a vitória que queremos*

*nós iremos alcançar.*

*Viva o Brasil!*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscamos trazer nossa experiência junto ao NESSOP, no curso Formação de Gestores Comunitários 2004, onde realizamos nosso Estágio Curricular Obrigatório, oportunidade em que vivenciamos intensamente todas as etapas desse projeto desde a sua concepção.

Realizamos aqui uma contextualização sócio-histórica dos movimentos sociais, como referência às lutas e conquistas da sociedade civil organizada, para que pudéssemos melhor compreender nosso contexto contemporâneo de embates na busca de cidadania, democracia e garantia de direitos cidadãos, especialmente no âmbito das organizações sócio-comunitárias. Nosso objetivo com esse estudo, foi o de realizarmos um olhar histórico, para atualizarmos e presentificarmos a busca por um saber-fazer direcionado à qualificação das atuais lutas e proposições, formuladas por uma das importantes expressões da sociedade civil local/nacional que são as Associações de Moradores e os Conselhos Comunitários.

Nossa preocupação maior foi sistematizar o curso Formação de Gestores Comunitários realizado em 2004, em suas 5 (cinco) Unidades Temáticas e 2 (dois) Seminários, como forma de contribuir didaticamente para com futuros projetos, destinados à qualificação de sujeitos sociais envolvidos com a realidade da vida sócio-comunitária e suas relações interindividuais/coletivas.

Relatar os desafios postos aos profissionais de Serviço Social frente a essa demanda da sociedade civil organizada, teve como objetivo a reflexão da prática do Assistente Social e seu necessário enraizamento junto a tão importante segmento da população.

Para a contribuição e o desenvolvimento da análise, realizamos pesquisa de referenciais teóricos que subsidiam, entre outros, a temática da vida associativa, na relação sócio-institucional Universidade Pública e Sociedade Civil Organizada.

Todo esse processo pelo qual passamos, mostra-nos que as atuais demandas que chegam aos profissionais que atuam junto ao movimento social, exigem que busquemos, cada vez mais, o desenvolvimento de novas competências, como por exemplo, nas áreas do conhecimento sobre o Meio Ambiente, no campo da Administração/Organizações Sociais, dos recursos disponíveis na área da Informática, sobre criação/organização/administração de Associações de Moradores e ONGs, entre outras, para fazer frente às rápidas transformações que atualmente ocorrem nas relações sociais do mundo moderno.

Entendemos que o profissional de Serviço Social, ao elaborar alternativas na busca de parcerias com o Estado e a Sociedade Civil, precisa ter como finalidade efetivar um trabalho direcionado a sujeitos sociais, categoria essencial na busca concreta por cidadania.

No contexto da realidade sócio-comunitária do município de Florianópolis/SC, percebemos que as ações interventivas do Serviço Social, que já se mostram significativas através da atuação do NESSOP/UFSC, apresentam grandes possibilidades de avanços na parceria com a UFECO e, através da concretização das relações de trabalho em rede, proposição dos cursistas participantes da formação sócio-política e metodológica em 2004.

Nesse sentido, com o intuito de contribuir para a ampliação do trabalho, sugerimos algumas medidas que possam vir a melhorar sua execução e facilitar a continuidade do processo de formação sócio-política, pelas instituições promotoras e nele envolvidas, quais sejam:

- ✓ Para futuros projetos de extensão universitária no âmbito da UFSC, estabelecer uma articulação entre os diversos cursos de graduação, que sejam de áreas afins ao projeto, a exemplo do Serviço Social, da Psicologia, da Pedagogia, da Antropologia, da Sociologia, da Geografia, do Jornalismo etc., com vistas à complementaridade dos conteúdos ministrados, cobrindo diversas áreas do conhecimento e para a operacionalização/produção da documentação do material didático-pedagógico através de cadernos/folders/vídeos/informativos etc.;
- ✓ Que os recursos disponibilizados pelo Proextensão, para os projetos aprovados, sejam dimensionados de forma compatível com os orçamentos dos seus custos reais;
- ✓ Que o Programa de Bolsas de Extensão possa atender às necessidades de recursos humanos/estagiários, no número dimensionado nos projetos aprovados;
- ✓ Aos gestores dos projetos, buscarem estabelecer as parcerias e garantirem os recursos necessários na etapa de implementação desses projetos;
- ✓ Especialmente ao Curso de Serviço Social da UFSC, articular a participação nesses projetos, de forma institucional, dos (as) alunos (as) das disciplinas de Seminários Temáticos e Atividades Complementares – DSS 5706, e Processo de Trabalho em Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito – DSS 5106, demais Núcleos de Estudo e Pesquisa, com vistas à formação/capacitação profissional dos futuros Assistente Sociais, na área dos movimentos sociais e sócio-comunitários;

- ✓ Com relação à UFECO, garantir a realização das oficinas de gestão do projeto para as Coordenações Regionais, facilitadoras da condução do processo como um todo;
- ✓ Estabelecimento de parcerias junto à Sociedade Civil organizada e cidadã, que possam viabilizar uma política permanente de formação;
- ✓ Manter e fortalecer a relação com o Fórum da Cidade, importante apoio no processo de formação sócio-política de gestores comunitários, no município de Florianópolis/SC.

Consideramos que as reflexões e proposições aqui colocadas possam ser consideradas insuficientes, diante da grandeza e complexidade do curso Formação de Gestores Comunitários 2004, e do nosso esforço, dedicação e envolvimento em todos os momentos de sua realização.

É motivo de nossa apreensão, no momento de finalizar este trabalho, que tenhamos conseguido transmitir a importância da intervenção do Serviço Social junto ao movimento sócio-comunitário, na perspectiva ético-política da profissão de Assistente Social.

Almejamos que a UFECO e as entidades de origem dos cursistas lutem e encontrem espaço na universidade pública, para avanços na formação que propõem seguir – universidade aberta, e que cursistas e UFECO, em conjunto, não percam de vista a necessária relação local/global para não reproduzirem equívocos históricos iguais àqueles que resultaram em fragmentação, avanço do projeto neoliberal de fragilização do sentido de público e da não ampliação dos direitos sociais.

Nesse sentido, há a necessidade de construirmos uma sociedade civil democrática, como afirma Nogueira, (apud COUTINHO, 2003, p.219) cuja *“potência da ação democrática, mais ou menos radical, na luta por direitos e na plena constituição de uma autêntica esfera pública, quer, dizer, uma esfera pública não integrada ao estatal (não-estatal) e assentada no livre associativismo dos cidadãos”*.

Segundo essa concepção, o autor ainda nos traz que a Sociedade Civil deve aparecer *“como um espaço onde são construídos projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades na direção de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas”* (Idem, p. 224).

Concluimos que é na direção dessa sociedade que desejamos cada vez mais justa, equânime e humanizada, que o trabalho do Assistente Social precisa estar sempre focado, realizando assim sua missão.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social – intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BONDER, Cíntia. **O assistente social e o planejamento participativo**. Serviço Social & Sociedade, n. 78, São Paulo: Cortez, ano XXV, jul. 2004.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição Administrativa, Brasília: Senado Federal, 2004.

\_\_\_\_\_, Estatuto da Cidade (2002). **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. **Mobilização social e práticas educativas**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Módulo 4. Brasília: CFESS – ABEPSS- CEAD / NED – UnB, 2000.

CASTRO, Zulamar Maria Bittencourt e. **Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960 – 1980)**. Revista Katálysis, Florianópolis: n.1, p. 13-30, 1997.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 2ª Região/MA. **Coletânea de Leis**, 2001.

COSTA, Teresa Hilda Bezerra Souza; LIMA, Rochelly Euzébio de. **Questão Urbana e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, n. 79, São Paulo: Cortez, ano XXV, Especial, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina (org). **Os anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_, (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DE MARCO, Patrícia Souza. **Orçamento Participativo: locus do fazer político-pedagógico**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Módulo 4. Brasília: CFESS – ABEPSS- CEAD / NED – UnB, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Módulo 2. Brasília: CFESS – ABEPSS- CEAD / NED – UnB, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Subjetividade e democracia na organização da UFEÇO**. Revista Katálisis, Florianópolis: n.1, p. 59 – 73, 1997.

MÜLLER, Kathia T. **Organização de Moradores numa perspectiva de necessidades radicais**. Revista Katálisis, Florianópolis: n.1, p. 38 – 52, 1997.

REDE EICOS. **Participação Social e Agenda 21** - desenvolvimento e sustentabilidade. Disponível em: <[www.eicos.psychology.ufrj.br](http://www.eicos.psychology.ufrj.br)>. Acesso em 05 set. 2004, 10:30:15.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos Sociais em tempos de Democracia e Globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Originalmente apresentada como tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. CD-ROM, 2004.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (Ogs.). **Associativismo Civil em Santa Catarina – Trajetórias e Tendências**. Florianópolis: Editora Insular Ltda., 2004.

SPRICIGO, Cristiane. **O Serviço Social e um projeto sócio-político de formação: Uma experiência com a FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina**. Originalmente apresentada como monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Missão**. Disponível em: <<http://www.ufsc.br/paginas/subpaginas/missao.htm>>. Acesso em 10 ago. 2004, 22:45:20.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Módulo 4. Brasília: CFESS – ABEPSS- CEAD / NED – UnB, 2000.

**ANEXOS**

**ANEXO A**

# **União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO**

Utilidade Pública: Lei Municipal n. 3.399/90, Lei Estadual n. 9.622/94 – CNPJ 79.886.826/0001-50

Filiada à Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina - FAMESC

## **ESTATUTO**

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO.**

Art. 1º A União Florianopolitana das Entidades Comunitárias – UFECO, pessoa jurídica de direito privado, de caráter associativo, sem fins lucrativos, com sede e foro em Florianópolis/SC, fundada em 14 de fevereiro de 1987, com prazo de duração indeterminado, é órgão de representação das entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros do município de Florianópolis.

### **CAPÍTULO II**

#### **PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

Art. 2º São princípios da UFECO:

I – autonomia e independência com relação a credos religiosos, a partidos políticos, ao poder público e a organizações privadas;

II – a democracia como regra básica de funcionamento;

III – liberdade na defesa de idéias ou propostas e unidade na execução das decisões da Entidade;

IV – lutar contra todas as formas de discriminação, dominação, alienação e desrespeito aos direitos humanos e sociais;

V – promover a organização dos moradores a partir de suas reivindicações e interesses, estimulando a participação dos interessados.

Art. 3º A UFECO tem como finalidade principal lutar pelas reivindicações da população, reunindo e congregando as entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros e outros núcleos habitacionais do município de Florianópolis, motivando-as a participar da conquista de melhores condições de vida, e como finalidades específicas:

I – lutar pelas reivindicações das filiadas, democraticamente aprovadas;

II – representar as entidades filiadas junto ao Poder Público e, junto às pessoas jurídicas de direito privado sempre que solicitado;

III – promover o fortalecimento da organização do movimento comunitário em Florianópolis, a conscientização e mobilização da população;

IV – apoiar as entidades filiadas nas suas necessidades e na realização de seus projetos;

V – promover atividades e pesquisas que contribuam para melhor conhecimento da realidade;

VI – conhecer e estimular formas solidárias de produção, que valorizem as potencialidades locais;

VII – promover a defesa da cultura popular, do meio ambiente, dos direitos dos consumidores e dos direitos urbanos, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais;

VIII – buscar a democratização do Poder Público, a elaboração e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população;

IX – articular com outras entidades comunitárias e movimentos populares a unificação das lutas;

X – celebrar convênios e contratos com entidades públicas e privadas visando à consecução dos objetivos da UFECO.

Art. 4º É vedado à UFECO praticar atividade político-partidária e acolher proselitismo.

### CAPÍTULO III

#### FILIADAS

Art. 5º Pode filiar-se à UFECO a entidade comunitária representativa dos moradores de bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis, legalmente constituída como pessoa jurídica e em pleno gozo de seus direitos legais há mais de 90 (noventa) dias.

Art. 6º A qualidade de filiada é adquirida mediante a entrega à Secretaria Geral de requerimento acompanhado dos documentos necessários (estatutos, registro do estatuto em cartório há mais de 90 dias, CNPJ/MF, ata da eleição da Diretoria com mandato em vigor e endereço para correspondência) e aprovação pela Diretoria Executiva que para isso analisará os objetivos e a constituição da entidade;

§ 1º A Diretoria deliberará sobre as novas filiadas na reunião subsequente ao recebimento do requerimento.

§ 2º No caso de filiação até 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral deverá fazê-lo em 10 (dez) dias.

§ 3º Havendo irregularidade nos documentos apresentados para filiação, a interessada, para exercer o voto nas eleições, terá de suprir a lacuna até 17 (dezesete) dias antes do pleito.

Art. 7º As filiadas classificam-se em:

I – Fundadoras: todas as entidades comunitárias que participaram do 1º Congresso de Entidades Comunitárias de Florianópolis, realizado em 14 (quatorze) de fevereiro de 1987;

II – Efetivas: todas as entidades comunitárias que se filiaram nos termos do Estatuto.

Art. 8º As filiadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 9º São direitos da filiada:

I – participar das atividades desenvolvidas pela UFECO;

II – ter seus representantes nas instâncias superiores, com direito de votar e ser votados;

III – propor aos diversos órgãos da UFECO, medidas que julgue de interesse comunitário;

IV – recorrer das decisões às instâncias superiores;

V – ter acesso às atas e contas da UFECO, desde que requerido por escrito;

VI – requerer a convocação extraordinária da Assembléia Geral da UFECO, conforme o § 2º do art. 17 deste Estatuto;

VII – desfiliar-se.

Parágrafo único. Não havendo decisão diversa da Assembléia Geral, ficam suspensos os direitos da entidade em débito com suas obrigações.

Art. 10. São deveres da filiada:

I – respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, bem como não prejudicar, direta ou indiretamente, os princípios e finalidades da UFECO;

II – respeitar os membros da Entidade, colaborando quando solicitado;

III – comparecer, por seus representantes, às reuniões da Entidade;

IV – contribuir para que sejam desempenhados, com dedicação e honestidade, os cargos para os quais seus representantes forem eleitos;

V – satisfazer pontualmente as obrigações financeiras para com a UFECO;

VI – comunicar as alterações na composição de seus órgãos dirigentes e as mudanças de endereço.

Art. 11. Perde a condição de filiada a entidade que:

I – deixar de realizar eleições democráticas de seus órgãos dirigentes;

II – não participar de atividade da UFECO durante 5 (cinco) anos consecutivos;

III – não pagar a contribuição financeira à UFECO por dois anos ou mais.

Parágrafo único. Quando uma filiada encontra-se sem diretoria eleita, o direito de voto em assembléia ou eleição da UFECO poderá ser exercido por meio de delegados eleitos pela assembléia geral da filiada, registrada em ata com assinatura dos presentes. Da convocação desta assembléia a Diretoria da UFECO deverá ser comunicada em tempo hábil para que possa acompanhar sua realização.

Art. 12. A filiada que deixar de pertencer ao quadro de sócios não poderá reclamar restituição de qualquer contribuição que tenha feito.

## CAPÍTULO IV

### ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 13. São órgãos da UFECO:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal;

IV – Comissões de Trabalho.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da UFECO.

Art. 14. Nas reuniões das instâncias da UFECO, é assegurado o direito à palavra a associado de filiada, podendo para tanto ser solicitado o credenciamento como representante.

Art. 15. Das decisões tomadas pelas instâncias da UFECO cabe recurso à instância superior, sem prejuízo das mobilizações pelas reivindicações.

Parágrafo único. Os recursos das decisões das Comissões de Trabalho serão dirigidas diretamente à Diretoria e os das decisões da Diretoria e do Conselho Fiscal à Assembléia Geral.

## SEÇÃO I

### ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16. A Assembléia Geral é órgão soberano e instância máxima da UFECO.

Parágrafo único. Nas votações da Assembléia Geral cada filiada será representada por 3 (três) pessoas-votos;

Art. 17. As Assembléias Gerais serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril de cada ano.

§ 2º A Assembléia Geral extraordinária poderá ser convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto das entidades filiadas.

Art. 18. A Assembléia Geral deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, por meio da publicação de edital, indicando local, horário e pauta, no Diário Oficial do Estado e comunicação direta com as filiadas, por ofício.

Art. 19. A mesa coordenadora da Assembléia Geral será composta pelo Presidente da UFECO e dois secretários.

Parágrafo único. A Assembléia Geral convocada por um quinto das filiadas será coordenada por pessoas escolhidas pelas convocantes.

Art. 20. A Assembléia Geral funcionará em primeira convocação com a presença de metade mais uma das filiadas, e em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes.

Art. 21. Compete à Assembléia Geral:

- I – eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
- II – debater amplamente os problemas comunitários, sem limitação de espécie alguma, observadas as regras estatutárias e as leis vigentes;
- III – propor soluções para os problemas comunitários junto ao Poder Público;
- IV – apresentar moções, votos de louvor e de repúdio;
- V – escolher ou coordenar a escolha de representantes das entidades comunitárias para integrar os Conselhos de Direito;
- VI – decidir sobre contribuições financeiras das filiadas;
- VII – aprovar as contas da Entidade;
- VIII – destituir dirigentes;
- IX – apreciar em grau de recurso e em última instância os casos que lhe forem submetidos;
- X – reformar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos VII e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em segunda convocação, com menos de um terço das filiadas (parágrafo único do art. 59 do Código Civil).

## SEÇÃO II

### DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22. A Diretoria Executiva da UFECO compõe-se de:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretário Geral;
- IV – 2º Secretário;
- V – Tesoureiro;
- VI – 2º Tesoureiro;
- VII – Diretor de Comunicação;
- VIII – Diretor de Cultura e de Lazer;
- IX – Coordenador Continente I;
- X – Coordenador Continente II;
- XI – Coordenador Maciço;
- XII – Coordenador Bacia Itacorubi;
- XIII – Coordenador Ilha Leste;
- XIV – Coordenador Norte I;
- XV – Coordenador Norte II;
- XVI – Coordenador Sul I;
- XVII – Coordenador Sul II.



Art. 23. Compete à Diretoria Executiva:

- I – executar as deliberações da Assembléia Geral;
- II – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, por ação coletiva e individual de cada diretor;
- III – reunir-se mensalmente e sempre que convocada;
- IV – prover as necessidades da Entidade;
- V – gerir as finanças e administrar o patrimônio, prestando contas anualmente e ao final do mandato;
- VI – elaborar e propor planos de ação;
- VII – organizar anualmente a Assembléia Geral, a fim de estudar e debater os problemas sócio-comunitários dos bairros e núcleos habitacionais do município de Florianópolis e assuntos de interesse;
- VIII – criar Comissões de Trabalho necessárias ao cumprimento das finalidades da UFECO, definindo seus objetivos, prazos de funcionamento e estrutura;
- IX – aprovar contratos e convênios.

Parágrafo único. Obrigações financeiras superiores a valor equivalente a cinco vezes o salário mínimo vigente só poderão ser assumidas se aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 24. Compete ao Presidente:

- I – representar a Entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral na conformidade deste Estatuto, exceto no caso de convocação por um quinto das filiadas;
- III – encaminhar os casos de urgência, submetendo-os à deliberação da Diretoria;
- IV – assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores monetários;
- V – superintender as atividades da Diretoria e das Comissões de Trabalho;
- VI – observar fielmente este Estatuto e as deliberações da Entidade.

Art. 25. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 26. Ao Secretário Geral compete:

- I – responsabilizar-se pelo livro de atas e demais documentos da secretaria;
- II – lavrar as atas, na ausência de outro encaminhamento para esse fim;
- III – coordenar as atividades da secretaria.

Art. 27. Ao Tesoureiro compete:

- I – elaborar e propor políticas de arrecadação financeira para a UFECO;
- II – responsabilizar-se pelo patrimônio da Entidade;
- III – assinar com o Presidente os cheques e demais papéis relativos à movimentação de valores monetários;
- IV – controlar a arrecadação das contribuições para a Entidade;
- V – manter o livro caixa;
- VI – elaborar o balanço anual e os movimentos patrimoniais;
- VII – repassar e acompanhar a aplicação dos recursos a serem usados pelas Comissões de Trabalho.

Art. 28. Ao 2º Secretário e ao 2º Tesoureiro compete auxiliar respectivamente o Secretário Geral e o Tesoureiro, bem como substituí-los nos impedimentos e vacâncias.

Art. 29. Ao Diretor de Comunicação compete elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de comunicação da UFECO.

Art. 30. Compete ao Diretor de Cultura e de Lazer:

- I – elaborar e propor políticas para a área de cultura, formação, lazer e esportes;
- II – responsabilizar-se pela organização dos eventos e projetos da Entidade na área;

III – difundir no meio comunitário práticas que levem aos objetivos definidos para a área.

Art. 31. Compete aos Coordenadores:

I – trazer para a Diretoria e representar, dentro dos limites das resoluções da UFECO, as proposições das filiadas da sua região;

II – informar as filiadas da sua região sobre as decisões e atividades da UFECO;

III – responsabilizar-se pela iniciativa no diagnóstico do quadro local e no encaminhamento de soluções em conformidade com as decisões da UFECO;

IV – incentivar as entidades locais e fortalecer a organização comunitária regional.

### SEÇÃO III

#### CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral, para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal não poderão integrar a Diretoria Executiva.

Art. 33. É atribuição do Conselho Fiscal:

I – analisar e emitir parecer sobre as prestações de contas da UFECO;

II – apurar irregularidades que esteja observando no trabalho da Diretoria e das Comissões.

### SEÇÃO IV

#### COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 34. As Comissões de Trabalho serão integradas por associados das filiadas, com o fim específico de elaborar proposta ou implementar resolução da UFECO.

Art. 35 – As Comissões de Trabalho serão eleitas pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, que definirão suas atribuições, período de atuação e organização interna.

### CAPÍTULO IX

#### ELEIÇÕES

Art. 36. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral no mês de setembro dos anos ímpares, para um mandato de dois anos.

Art. 37. Terá direito a voto a entidade que requerer sua filiação ou atualizar seu cadastro junto à UFECO até 30 dias antes da data da eleição.

Art. 38. A Assembléia Geral ou a Diretoria decidirá sobre o processo eleitoral e publicará, com 30 dias de antecedência, o edital de convocação.

§ 1º A reunião da instância referida no *caput* deste artigo aprovará o Regimento e a Comissão Eleitoral, esta composta por cinco pessoas.

§ 2º Membros das chapas concorrentes não poderão integrar a Comissão Eleitoral;

§ 3º A comunicação direta com as filiadas (art. 19) obedecerá ao prazo de 20 dias anteriores à data das eleições.

Art. 39. Só pode candidatar-se pessoa associada a entidade comunitária filiada à UFECO.

Art. 40. Admitir-se-á apenas uma reeleição para o mesmo cargo, no mandato subsequente, e apenas metade dos membros da Diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 41. O integrante da Diretoria e do Conselho Fiscal da UFECO que se candidatar a cargo público eletivo no poder legislativo deverá afastar-se do cargo da Entidade no período entre o registro da candidatura e a proclamação do resultado do pleito, e no caso de ser eleito o afastamento perdurará até o final do mandato.

Parágrafo único. Também ficará afastado da Diretoria o nomeado para cargo comissionado de gerência no poder executivo.

Art. 42. As candidaturas aos cargos da Diretoria serão apresentadas em forma de chapa, contendo os nomes e os respectivos cargos, em requerimento assinado por membro representante do grupo e responsável pelas informações contidas no documento.

Art. 43. A candidatura de liderança comunitária ao Conselho Fiscal será individual, cabendo a cada eleitor direito de voto em até 3 (três) candidatos, ficando eleitos os 3 (três) mais votados e suplentes os seguintes.

Art. 44. São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – até 14 dias antes do pleito, confeccionar e fornecer às filiadas que solicitarem listagem das aptas a exercer o direito de voto nas eleições;

II – receber, até 14 dias antes do pleito, a inscrição de chapa, atribuindo-lhe número seqüencial na ordem cronológica de inscrição, e de candidatura ao Conselho Fiscal;

III – até 13 dias antes do pleito, dar publicidade aos requerimentos de inscrição recebidos;

IV – nomear os mesários de votação e apuração, que deverão realizar seu trabalho de forma isenta e eficiente;

V – admitir e credenciar fiscais das chapas;

VI – coordenar o processo eleitoral e decidir os casos omissos.

Art. 45. A impugnação de chapa ou candidatura será requerida, com os fundamentos, à Comissão Eleitoral até 72 horas após o encerramento das inscrições de chapas.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deliberará em igual prazo e dará publicidade à decisão.

Art. 46. Cédula única de votação apresentará todas as candidaturas.

Art. 47. A Assembléia Geral eleitoral poderá ser aberta pelo Presidente da UFECO na forma deste estatuto, cabendo a coordenação do processo eleitoral à Comissão Eleitoral.

Art. 48. Declarar-se-á eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo os eleitos empossados em no máximo 30 dias.

Art. 49. Na vacância de cargo de Coordenador, o voto de dois terços das filiadas da região em questão elegerá um outro para concluir o mandato.

Art. 50. No caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, assumirá o Presidente do Conselho Fiscal que em 30 dias convocará a Assembléia Geral para deliberar sobre o período restante do mandato.

Art. 51. Na vacância de cargo de diretor, exceto o de Presidente, Vice-Presidente e Coordenador, até dois por mandato, será eleito um novo titular pela Diretoria, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Art. 52. Não poderá candidatar-se a qualquer cargo na UFECO:

I – aquele que descumprir o presente Estatuto;

II – o declarado culpado por ato lesivo à UFECO, a filiada ou ao patrimônio público, praticado no exercício de cargo da Entidade ou de filiada, mesmo que tal condenação seja oriunda da esfera administrativa.

Parágrafo único. O abrangido pelo inciso II deste artigo perde o direito de votar enquanto não sanada a irregularidade ou paga a pena.

Art. 53. Todos os documentos relativos ao processo eleitoral serão reunidos em autos que ficarão sob a guarda da Comissão Eleitoral e permitido o acesso das chapas e entidades filiadas.

## CAPÍTULO X

### PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 54. O patrimônio da UFECO é constituído de:

- I – bens móveis e imóveis adquiridos por compra ou doação e seus rendimentos;
- II – contribuições das filiadas;
- III – contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas, ou de promoções;
- IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V – títulos diversos;
- VI – subvenções oficiais.

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. Na UFECO, os votos serão exercidos pessoalmente, correspondendo apenas um a cada pessoa.

Parágrafo único. A representação de diferentes entidades filiadas não poderá recair sobre a mesma pessoa.

Art. 56. As deliberações das instâncias da UFECO serão tomadas pela maioria dos presentes e lavradas em ata.

Art. 57. A Assembléia Geral pode conhecer sobre assuntos de competência da Diretoria e deliberar sobre eles.

Art. 58. O exercício de função de dirigente da UFECO não será remunerado.

Art. 59. No caso de desrespeito ao presente Estatuto, a Diretoria poderá aplicar pena de crítica pública, por meio de decisão fundamentada e escrita, assegurado o direito de defesa à entidade infratora.

Art. 60. À filiada que infringir o presente Estatuto será aplicada pena de exclusão por decisão da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, respeitado o direito de defesa.

Art. 61. Por decisão da Assembléia Geral, o dirigente da UFECO que cometer irregularidade poderá ser destituído do cargo que exerce ou da condição de representante.

§ 1º A decisão prevista no *caput* deste artigo deverá ser antecedida de processo iniciado por requerimento assinado por no mínimo 3 (três) dirigentes ou filiadas.

§ 2º O processo previsto no parágrafo anterior será conduzido por uma comissão apuradora que assegurará o direito de defesa ao acusado.

Art. 62. Perderá o cargo quem não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem justificativa formal aceita pelo órgão do qual faz parte.

Parágrafo único. A referida justificativa deverá ser formalizada por meio de comunicação escrita ou registro em ata.

Art. 63. A UFECO só poderá ser dissolvida quando se tornar impossível o prosseguimento de suas atividades, por decisão de Assembléia convocada para esse fim, com a presença de 50% (cinquenta por cento) das filiadas e com 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

Parágrafo único. A mesma Assembléia Geral decidirá sobre a destinação do patrimônio, que deverá ser repassado a entidade do Município com finalidades semelhantes às da UFECO.

Art. 64. A eleição da próxima Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada em 08/11/2003, deixando de se aplicar neste ano o artigo 36 acima.

Art. 65. O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Florianópolis, 23 de agosto de 2003.

Albertina da Silva Souza  
Presidente

Modesto Azevedo  
Secretário

Dr. Nadir Cardoso dos Santos  
OAB/SC 13289

**Registrado em 04/09/2003, sob n. 8559 às folhas 167 do Livro A-41 do Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, de Florianópolis/SC.**

**ANEXO B**

**UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS / UFECO**

Florianópolis, 17 de setembro de 2003

OFÍCIO 2003

AO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR

Vimos através deste solicitar ao Núcleo de Serviço Social – NESSOP, a continuidade do Curso de Gestores Comunitários para o próximo ano, porém com a possibilidade de trabalhar Regionalizado.

  
Albertina da Silva de Souza

Presidente



**ANEXO C**

**OFICINA PEDAGÓGICA  
CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS 2004**

**COORDENAÇÃO OFICINA: ASSISTENTE SOCIAL - SIMONE MATOS MACHADO**

(Conteúdo que será ministrado no 2º Módulo do Curso Formação de Gestores Comunitários – 2004, após a mística: Dia do Trabalhador).

- Como é a ação das pessoas que se destacam, que tem participação, iniciativa maior no grupo?
- Como estamos atuando como líderes?
- Que outros nomes damos às pessoas que se destacam no cotidiano da comunidade? (ex: pai, padre, pastor, diretor, professor, líder...).

Introdução: A formação familiar que temos, a forma como foi construída a nossa história, a história do Brasil, as Instituições, Igreja, Escola, Família (AUTORITÁRIO).

Resgate a partir das discussões do grupo sobre os tipos de lideranças:

**1. Como é o Líder Autoritário?**

- impõe sua vontade;
- sedução;
- “Eu” forte – ego;
- controlador;
- detém informações;
- individualista;
- populista;
- não permite que o outro se expresse;
- inseguro – está sempre certo;
- gera conflitos – medo de perder;
- gera submissão...

**1.1 Como se sentem as pessoas que estão no grupo do Autoritário?**

- gera dependência;
- massifica;
- grupo frustrado;
- gera medo;
- não aceita avaliação/crítica;
- ações rápidas;
- praticidade(tarefa)
- não constrói projetos;
- fococa;
- centraliza;
- não constrói auto-estima;
- não divide tarefas...
- ações rápidas;
- não acredita no outro;
- ênfase na fococa...

## **2. Como é o Líder Democrático?**

- respeita e acredita no outro;
- socializa informações;
- projeto coletivo;
- emancipa o outro / o grupo;
- distribui/descentraliza;
- não tem medo da avaliação;
- acredita e é aberto à mudança;
- coerência;
- CO – ORDENA;
- assume o papel de líder com autoridade;
- exerce a autoridade;
- registro/documentos/prestação de contas;
- ATAS – registra o poder de decisão no cotidiano do grupo;
- favorece o pensar coletivo do grupo em sua relação local /global;
- participação;
- ênfase no debate...

### **2.1 Como se sentem as pessoas no grupo do Democrático?**

**Explorar com o grupo...**

## **3. Como é o Líder Liberal?**

- falso democrático;
- não se compromete com o resultado;
- não tem projeto;
- sem rumo;
- bajulador;
- autoritário;
- o grupo fica à mercê das lideranças que surgem;
- sedutor;
- falta co-ordenação;
- não trata o conflito;
- não tem autoridade reconhecida pelo grupo...

### **3.1 Como se sentem as pessoas que estão no grupo do Liberal?**

**Explorar com o grupo...**

Após a dinâmica acima, trabalhar os 3 tipos de líderes através de dramatização – dar uma tarefa para os 3 grupos e sortear a característica que cada grupo vai dramatizar: Autoritário; Democrático e Liberal.

**Sugestão da Coordenadora para trabalhar o conteúdo deste módulo:**

- 1º – aplicar o TESTE PESSOAL PARA SE AVALIAR COMO ANIMADOR;
- 2º - Modelo de Lideranças (conteúdo acima);
- 3º- Dramatização;
- 4º – Dinâmica do “Nó”.

## **FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS 2004 - UFECON/NESSOP**

**OFICINA PEDAGÓGICA 17/05/2004**

**COORDENAÇÃO: PROFª ZULAMAR MARIA B. E CASTRO**  
**IIIº, IVº E Vº MÓDULOS DO CURSO FORMAÇÃO DE GESTORES**  
**COMUNITÁRIOS – 2004.**

1. O Movimento Comunitário;
2. A Associação de Moradores – atores do Movimento Comunitário;
3. A União Municipal das Entidades Comunitárias – construção de redes – regional e municipal;
4. Componentes Metodológicos e Dinâmicos do Trabalho Comunitário:
  - O estudo e definição de prioridades e projetos da Comunidade local – um processo de planejamento participativo a partir das bases locais;
  - O estudo e definição de prioridades da região e município na direção da cidade que queremos.

### **MOVIMENTO COMUNITÁRIO**

\* O que é o Movimento Comunitário?

“É a manifestação organizada dos interesses dos moradores” da comunidade (bairro, localidade...) expressa através de suas Associações de Moradores ou entidades similares – Conselhos Comunitários e outras. É uma ação coletiva, sócio-comunitária, em benefício de todos.

\* Algumas considerações sobre o Movimento Comunitário; ele se propõe a ser:

Um Movimento Político: as entidades do movimento comunitário “são eminentemente políticas, pois devem formar uma opinião; uma postura coletiva crítica, face aos fatos econômicos, políticos e sociais do país e, de seus desdobramentos, no estado, município, localidade...”.

Mas as entidades do movimento comunitário devem ser apartidárias; se influenciadas ou utilizadas por determinado partido político afetam o todo da comunidade; e afastam de si, pessoas com outras tendências político-partidárias.

O movimento político / comunitário é aquele que inclui pessoas de diversos partidos políticos, crenças, raças e classes sociais; que atende às reivindicações de todos os segmentos da população; que mobiliza e abre-se à participação e organização da população.

Um Movimento Independente – em relação aos órgãos públicos que, na realidade brasileira, em geral, estão a serviço das classes dominantes, minoria privilegiada e poderosa de nossa sociedade.

Independência não significa isolamento ou oposição sistemática ao poder público.

O Movimento Comunitário deve se inserir na relação de forças que atravessam o poder público e sociedade civil; reivindicar da prefeitura e da câmara de vereadores, uma administração democrática; aberta ao diálogo, debates e reclamos das entidades comunitárias, representantes das populações organizadas.

Um Movimento Unitário - a unidade do movimento comunitário é a garantia do atendimento às lutas da população, baseadas em programas e projetos que traduzem os interesses de todos os segmentos e tendências dos moradores.

EX: Uns querem o calçamento da rua; outros: melhoria de infra-estrutura; do lazer; cultura; saúde; habitação; trabalho e renda...

Articula-se com a comunidade como um todo: cria vinculação com os Conselhos de Direito, lutas e fóruns relacionados com transporte, habitação e outros movimentos desta natureza.

Um Movimento Democrático – o movimento comunitário se legitimará como poder popular – de representação dos moradores de uma comunidade, na medida em que as Entidades Comunitárias se traduzam em verdadeiras escolas de democracia.

Os assuntos da comunidade devem ser discutidos e deliberados de forma democrática pelas diretorias das entidades comunitárias; e quanto mais abrangentes e complexos, esses assuntos devem ser debatidos em Assembléias de Moradores, reunindo mais gente; se constituindo em plenárias da maioria dos moradores locais; mais públicas, abertas a todos os moradores.

A formação de comissões e ou grupo de trabalho podem envolver maior número de participantes, de diversos setores da vida da comunidade – educação, saúde, trabalho, renda, lazer, cultura, meio ambiente, habitação etc. – democratizando ainda mais a participação de todos.

A organização, estrutura e composição (eleição) das entidades comunitárias devem atender a um processo e direção democráticos de forma a romper com a tradição clientelista /paternalista e autoritária.

### **DEBILIDADES / POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO:**

(uma listagem)

- A participação da população é bastante restrita;
- A Associação de Moradores é ainda pouco representativa da população e, bastante frágil, em sua organização sócio-política;
- Há escassez de recursos financeiros para o trabalho comunitário;
- O alcance político do movimento comunitário requer ampla participação da população e democratização de sua organização sócio-comunitária;
- A Diretoria da Associação de Moradores, muitas vezes concentra as ações no presidente; não constrói uma participação coletiva, quer no âmbito da diretoria, quer nas relações desta com a população;
- As lideranças do movimento comunitárias requerem cursos de formação para capacitarem-se como “Gestores do Movimento Comunitário”;
- A Associação de Moradores se prende a uma ação demasiadamente localista quando a solução de muitos problemas locais, depende de soluções regionais e ou municipal;

- O movimento e ou organização dos moradores da comunidade, exigem assessorias (jurídica, social, ecológica, e outras).

## **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES**

### **- SUAS RAÍZES:**

As lutas da população, para a qualidade de vida da sua localidade, bairro ou “COMUNIDADE”, vem produzindo uma “forma de organização” de suas lideranças que garanta um processo democrático de participação popular. E que se constitua no porta-voz das reivindicações e propostas dos moradores junto ao poder público e aos órgãos privados, que interfiram na vida da comunidade.

Esta organização sócio-comunitária que em nossa realidade, vem se legitimando perante à população (local) à sociedade civil e ao poder público se intitula Associação de Moradores, Conselho Comunitário ou outras designações similares.

### **- O QUE É UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES?**

É uma das mais atuais e importantes formas de organização da população local, que realiza um conjunto de ações direcionadas pelos interesses e reivindicações dos moradores, em qualquer aspecto de melhoria da qualidade da vida da localidade. Referenda-se a Associações de Moradores, em um agir coletivo, democrático, a partir do encontro das idéias, debates, deliberações de todos que participam do processo de organização popular-comunitária.

### **- COMO SE CONSTITUI A ASSOCIAÇÕES DE MORADORES?**

- Ela nasce e se estrutura de acordo com o interesse e participação dos moradores de uma localidade;



- Sua criação deve se fazer em “Assembléia de Fundação”, grande reunião aberta a todos os moradores que decidirão sobre as normas de funcionamento da Associação, inscritas no seu Estatuto, sobre a composição e eleição (aclamação ou voto secreto) da diretoria;
- Para adquirir legitimidade jurídica a Associação registra-se em cartório.

- **ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO** - criados pela Associação:

- Reuniões de Diretoria;
- Assembléias comunitárias, abertas à participação ampla dos moradores;
- Comissões e Grupos de Trabalho sobre temas de diversas áreas (transporte, habitação, cultura, lazer, saúde, meio ambiente...);
- Eventos (encontros, seminários, fóruns de debates...).

## **METODOLOGIA:**

Para reivindicar melhorias para o bairro ou, para defender os interesses dos moradores, a Associação de Moradores precisa conhecer a localidade, a região, a cidade. Deve ser propositiva (ir além das reivindicações), elaborar pesquisas, projetos, planos comunitários.

São considerações estas que apontam para a Metodologia do Trabalho Comunitário Participativo:

1. Conhecimento da Realidade;
2. Planejamento / formulação de projetos, planos...
3. Avaliação.

Quadro Ilustrativo --

**UNIÃO MUNICIPAL DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS – algumas atribuições:**

- Orientar as Associações de Moradores para a gestão sócio-comunitária
- Mobilizar a articulação das Associações de Moradores em Redes regionais e municipal para ampliar e fortalecer o movimento comunitário;
- Promover a formação de lideranças comunitárias para que, com competência participe como gestora das Associações de Moradores e atores do movimento comunitário;
- Oportunizar, através de orientação sócio-pedagógica, que o movimento comunitário vá desenhando as fases participativas e democráticas das políticas urbanas – formulação de Plano Diretor e Conselho da Cidade de acordo com o “Estatuto da Cidade” (em articulação com o Fórum da Cidade);
- Articular lutas mais abrangentes da cidade em relação às redes e ou entidades comunitárias;
- Mobilizar assessorias à serviço das demandas técnicas das entidades comunitárias – Associações de Moradores, Conselhos Comunitários e outras organizações populares (comunitárias e similares).

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – ATRIBUIÇÕES:**

(uma listagem)

- Mobilizar a comunidade para participar do trabalho e da organização sócio-comunitária (utilizar cartazes, rádio, TV, jornais, cartas, alto-falantes...);
- Realizar reuniões, assembléias comunitárias, debates, palestras, eventos, cursos para construir a participação, a união, os debates e deliberações, proposições, pesquisas, planos e projetos comunitários;
- Fiscalizar as ações do poder público ( como o orçamento e suas prioridades);

- Articular-se com outros grupos e associações (esportistas, religiosos, assistência social, ONGs e outras lutas e movimentos que acontecem na comunidade);
- Promover mutirões, festas, atividades culturais para estimular o sentimento de solidariedade da população e estimular o exercício do trabalho coletivo;
- Articular-se com outras entidades comunitárias da região e do município para formação de redes regionais e municipais destas entidades e construção de políticas urbanas na direção da “ cidade que queremos”.

*\* Material produzido pela Profª Zulamar Maria Bittencourt e Castro para o Curso Formação de Gestores Comunitários, 2004.*

**OFICINA PEDAGÓGICA PARA OS EDUCADORES DO CURSO FORMAÇÃO  
DE GESTORES COMUNITÁRIOS 2004**

**MINISTRADA PELA PROFª ZULAMAR MARIA BITTENCOURT E CASTRO**

**17/05/2004**

**Transparência nº 1:**

**O CONHECIMENTO POPULAR E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

- Há um diálogo permanente entre o Conhecimento Popular-Sócio-Cultural e o Conhecimento Científico/Acadêmico.
- A população tem um conhecimento prático da realidade; empírico, do seu sentir.
- conhecimento popular unido ao conhecimento científico-acadêmico, permite uma relação entre ambos – criando um novo tipo de conhecimento – para compreensão e transformação da realidade. Um processo de conhecimento eminentemente educativo que recria o diálogo entre a população e a academia no âmbito de relações mais democráticas solidária, mais leves, mais livres e mais iguais.

**Transparência nº 2:**

**O MUNDO CONTEMPORÂNEO**

- Vivemos em uma sociedade altamente hierarquizada; estruturada em grupos que dominam pelo poder e grupos que aceitam esta dominação;
- Os primeiros, são grupos que detêm o poder político e econômico, e os segundos tornam-se frágeis perante a ideologia dominante;
- Vive-se uma cultura da palavra e uma cultura do silêncio;

- As comunidades não escapam ao modelo capitalista sobre o qual se estabelece uma sociedade desigual e injusta.

### Transparência nº 3:

#### CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

- Em todas as sociedades existem espaços de liberdade que permitem as proposições de recusa ou de transformação a estas chamadas relações de poder e dominação;
- São agendas de lutas que repousam no conceito de participação dos sujeitos / cidadãos no âmbito da sociedade ou comunidades onde vivem;
- São sujeitos individuais (lideranças) e/ou sujeitos coletivos (Associações de Moradores) que pela participação, tomam parte ativa, crítica, criativa e transformadora na produção de uma sociedade mais humana, mais igualitária e justa; mais solidária.
- A ação educativa, enquanto processo de participação popular é de ordem política e social.

É uma ação educativa, vivida numa sociedade atravessada por contradições, tensões, competições, dominação de grupos, classes sociais, regiões e nações que não quer reproduzir a ideologia e as relações culturais do poder dominante.

- A participação é um sistema educativo em processo; uma nova concepção de educação que quer qualificar a sociedade na direção da igualdade e justiça social.

A participação de toda a comunidade no trabalho comunitário é essencial. É através da participação que a população vai se apropriando de um saber fazer e de um saber ser;

- Um saber destinado ao conhecimento da realidade; à resolução de problemas sociais e culturais, econômicos e políticos; Um saber que instrumentalizará o poder popular / comunitário, através da organização e gestão popular;

E, um saber que qualifique a participação popular: consciência crítica; responsabilidade social e política; ações interventivas consubstanciadas em direitos e deveres.

#### **Transparência nº 4:**

### **O TRABALHO SÓCIO-COMUNITÁRIO / GESTÃO POPULAR**

- É no espaço das comunidades (espaço geográfico e interação humana) que se insere o trabalho comunitário;
- Este trabalho se sustenta na participação e gestão sócio-popular-comunitária;
- A participação se faz através de um processo de desenvolvimento sócio-político das comunidades na direção da qualidade de vida;
- A participação supõe um processo dinâmico e uma metodologia de ação.

#### **Transparência nº 5:**

### **PARTICIPAÇÃO – UM PROCESSO EDUCATIVO**

- processo educacional que atravessa o trabalho comunitário é destinado a criar uma nova pedagogia, uma nova democracia, uma nova concepção e uma nova visão da sociedade.
- A participação é um processo educativo, desde a identificação da realidade e necessidades concretas; tomada de decisão; formulação de projetos propositivos e construção de formas de organização e gestão popular;
- Através da participação na dimensão política, a população se fará sujeito coletivo de sua história; terá espaço para o exercício da crítica e dos procedimentos democráticos;

- E se constituirá um ser político voltado para a luta social, educativa e transformadora, para a melhoria da qualidade de vida e avanços na diminuição das injustiças sociais, na superação da exploração, opressão e violência.

## O TRABALHO COMUNITÁRIO

### UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-POLÍTICO

#### (Alguns Princípios)

##### Transparência nº 6:

- O processo de desenvolvimento sócio-político é essencialmente um processo participativo;
- O ser Social-Cultural-Político da comunidade se recria ao longo de cada experiência, num movimento contínuo de conhecimento e ação.

A participação de toda a comunidade no trabalho comunitário é essencial. É através da participação que a população vai se apropriando de um “**saber fazer**” e de um “**saber ser**” .

Um saber destinado ao “**conhecimento da realidade**”, à resolução de problemas sociais e culturais, econômicos e políticos. Um saber, que instrumentalizará o “**poder popular / comunitário**” , através da organização e gestão popular; e um saber que qualifique a participação popular : **consciência crítica ; responsabilidade social e política**; ações interventivas tendo como base **direitos e deveres**.



- A comunidade deve primeiramente conhecer-se a ela própria; realizar o auto-conhecimento da comunidade significa um processo permanente de desvelamento, de descoberta da realidade comunitária; de suas necessidades reais e não aparentes; de suas prioridades essenciais;
- Passar do “sentir” à “compreensão” de suas questões sociais, econômicas, culturais e políticas;
- A transformação da realidade não se faz sem participação continuada e responsável; sem uma prática concreta de ação e organização democrática e inovadora.

Quem melhor do que a própria comunidade para determinar a sua organização, base do poder local e de representação da população, no confronto e atendimento às exigências dos trabalhos comunitários?

Transparência nº 7:

### O TRABALHO COMUNITÁRIO

METODOLOGIA	DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento da Realidade:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• perfil sócio - econômico da comunidade – pesquisas;</li> <li>• Diagnóstico das necessidades e das prioridades.</li> <li>• Planejamento e Execução das Ações :</li> <li>• Projetos preliminares;</li> <li>• Plano / Projetos.</li> </ul> </li> <li>Avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e participação da população e/ou lideranças comunitárias para o estudo e diagnóstico da comunidade.</li> <li>Engajamento das lideranças na organização sócio-comunitária, através da Associação de Moradores:</li> <li>Gestão Popular.</li> </ul>

**Transparência nº 8:****O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO**

- Alguém toma a iniciativa de fazer algo pela comunidade.
- Procura outros cidadãos da comunidade; seus vizinhos; algum agricultor; algum professor; alguém do comércio; algum dirigente de um sindicato; donas de casa; jovens; pais etc.
- Comunica a esses cidadãos as suas idéias e questiona se querem começar a fazer algo pela comunidade.
- As pessoas interessadas vão aumentando; algumas já têm um conhecimento maior sobre a realidade comunitária, sobre suas necessidades, mas querem qualificar e quantificar este conhecimento.

**Transparência nº 9:****O CONHECIMENTO DA REALIDADE**

Fazer o inventário das :

Condições geográficas e recursos naturais;

População – sua composição (nº de habitantes, sexo, idade, procedência, ocupação, escolaridade, moradia...);

Infra-estrutura urbana (transporte, comunicação, sistema viário, energia, saneamento básico...);

Economia local – pastoril, agrícola, comercial, industrial, artesanal etc.;

Infra-estrutura social – igrejas, escolas, postos de saúde, áreas e equipamentos de lazer e cultura (praças públicas, teatro, cinema);

Dinâmica da vida comunitária – sua história, suas lideranças, suas relações político-partidárias, suas relações associativas : Associações e Pais e Mestres (escolares), Associações Religiosas, Assistenciais; clubes sociais; clubes de serviços; clubes de esportes; sindicatos etc.

#### **Transparência nº 10:**

### **O ESTUDO ( INVENTÁRIO) DA COMUNIDADE**

#### **Este estudo pode ser feito:**

- Por levantamento direto da situação, através de pesquisas – questionários, entrevistas, observação in loco;
- Por levantamento indireto – através de documentação já existente (dados estatísticos);
- Pela combinação das duas formas de levantamentos.

#### **Transparência nº 11:**

### **O CONHECIMENTO DA REALIDADE**

#### **Como fazer o estudo ?**

- observação participante
- pesquisas/questionários
- visitas domiciliares
- conversas informais (no bar, nas festas)
- leituras de escritos sobre a comunidade, o município, a região etc.
- reuniões
- grupos de estudos
- comissões
- seminários

**Transparência nº 12:****PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

- A população e suas lideranças devem participar de todas as etapas da pesquisa (Perfil Sócio-Econômico):
- Da decisão de realizá-la;
- Contribuir para a formulação do questionário, dada a experiência que as lideranças têm da vida comunitária;
- Realizar a interpretação da pesquisa para os moradores em geral (nas escolas, igrejas, sindicatos, clubes sociais etc.);
- Envolver toda a comunidade para conhecer e debater o resultado da pesquisa em “Plenária Comunitária”.

**Transparência nº 13:****DIAGNÓSTICO / DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES**

- Com base nos estudos realizados e com a participação das lideranças e a população em geral, são definidas as necessidades e as prioridades que indicarão a formulação de projetos e/ou do Plano Comunitário.
- As prioridades indicadas pelas pesquisas (questionários, observação participante, reuniões, grupos de estudos, seminários, comissões de moradores) são referendadas em plenárias comunitárias, legitimando as decisões da Associação de Moradores no seu processo de Gestão Sócio-Comunitária-Popular.

**Transparência nº 14:****PROJETO :**

- Identificação : Nome do Projeto
- Justificativa : Porquê ?
- Objetivos : Para que ?
- Metodologia : Como fazer ?
- Recursos : Materiais e humanos.
- Cronograma : Prazos de execução.

**Transparência nº 15:****PLANEJAMENTO:**

- Ao mobilizar-se para a ação interventiva para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, a população e suas lideranças iniciam um processo de planejamento para fazer frente às necessidades que vão se revelando na dinâmica do trabalho comunitário.
- Projetos preliminares: a comunidade inicia uma ação coletiva – os primeiros passos, em relação a um projeto de seu interesse.

**Exemplos:**

- Dar nome às ruas; número às casas;
- Organizar, junto à escola, um espaço para as crianças ouvirem histórias, enquanto as mães trabalham;
- Criar um pequeno Centro Social.

Estes pequenos projetos reúnem algumas pessoas; elas obtêm êxito; fortalecem-se; mobilizam mais pessoas para avançar em outros projetos; vão adquirindo experiência; surgem lideranças.

**Transparência nº 16:****O ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO**

- O aumento da participação vai fazendo-se em torno dos projetos.
- As lideranças que conduzem e mobilizam as ações comunitárias devem ser imbuídas de responsabilidade social; espírito de solidariedade; consciência de direitos e deveres; trato democrático (não autoritário); que tenha ampla aceitação pela comunidade.

**Coordenação do trabalho comunitário:**

- Para articular os trabalhos dos diferentes grupos e comissões, e dar direção e continuidade ao projeto maior comunitário.
- A coordenação deve ser essencialmente democrática e conferida às lideranças pela população.

**Transparência nº 17:****ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / CONSELHOS COMUNITÁRIOS**

- As primeiras iniciativas das lideranças comunitárias vão avançando em projetos mais complexos e vão exigindo uma organização mais formal da comunidade, para coordenar com legitimidade os trabalhos comunitários, que vão avançando para um plano mais amplo – às vezes – um Plano Diretor.
- Cria-se, com ampla participação, uma entidade comunitária – a Associação dos Moradores – o governo local – a gestão popular.
- **FUNÇÃO:** coordenação do trabalho comunitário local, planejado, continuado, articulado, cooperativo, solidário, democrático e representativo da comunidade.

- **CONSTITUIÇÃO:** deverá dispor de uma estrutura simples, uma diretoria e um estatuto legal. Permitir o crescimento da entidade em função da democratização, da participação ampla da população.
- **FUNCIONAMENTO:** Dispor de assessoria para pesquisas, planos, projetos e mobilização;  
 Dispor de sede própria;  
 Utilizar técnicas e instrumentos de envolvimento e participação popular, tais como:
  - reuniões periódicas;
  - formação de comissões e grupos de trabalho;
  - assembléias / plenárias;
  - reuniões ampliadas;
  - seminários;
  - cursos de formação.

#### **Transparência nº 18:**

##### **PLANO GERAL OU PLANO DIRETOR:**

- Devem ter objetivos e metas definidos, serem compreendidos e aceitos pela comunidade (debates);
- Realizados com a participação da população – Associação de Moradores, comissões, grupos de trabalho etc.

##### **ASSESSORIAS:**

- Profissionais especializados.



**Transparência nº 19:**

### **PLANO COMUNITÁRIO / PROJETOS**

**Surgem:** das necessidades da comunidade; das prioridades dos diferentes setores da vida da comunidade.

**Exemplos:**



**Transparência nº 20:**

### **AVALIAÇÃO**

**Acompanhará todos os momentos do trabalho comunitário.**

Como tem acontecido a participação:

- No estudo;
- Na mobilização e engajamento;
- No planejamento: - definição de prioridades; projeto; plano;

- Na execução;
- Na avaliação.

Como o processo do trabalho comunitário tem avançado:

- Resultados obtidos;
- Participação da população;
- Participação das Lideranças : Como tem sido o envolvimento do Conselho Comunitário / Associação de Moradores com a população.

*\*Este material foi elaborado pela Prof<sup>a</sup> Zulamar Maria Bittencourt e Castro*

*Curso Formação de Gestores Comunitários – 2003.*

**ANEXO D**

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS – UFECO -  
COORDENADORIAS REGIONAIS: 1) NORTE I E II; 3) MACIÇO MORRO DA CRUZ /  
AGRONÔMICA E BACIA DO ITACORUBI; 4) CONTINENTE I E II; 5) ILHA LESTE.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP / UFSC

PROJETO: FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS – 2004

### CRONOGRAMA

**ATENÇÃO!**

Este cronograma é das Regionais que não farão o curso em regime de internato:

1ª UNIDADE	2ª UNIDADE	3ª UNIDADE	4ª UNIDADE	5ª UNIDADE
04/04/2004	02/05/2004	06/06/2004	04/07/2004	01/08/2004

### HORÁRIOS DE INÍCIO E TÉRMINO DO CURSO:

INÍCIO	TÉRMINO
08:30HORAS	17:30 HORAS

ILIANE KOHLER  
Coordenação NESSOP-UFSC

MODESTO SEVERINO AZEVEDO  
Coordenação UFECO

MARIA CATARINA MACHADO  
Estagiária NESSOP-UFSC

**UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS – UFECO -  
COORDENADORIAS REGIONAIS: SUL I E II**

**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP / UFSC**

**PROJETO: FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS – 2004**

**CRONOGRAMA DOS ENCONTROS:**

<b>1ª UNIDADE</b>	<b>2ª UNIDADE</b>	<b>3ª UNIDADE</b>	<b>4ª UNIDADE</b>	<b>5ª UNIDADE</b>
<b>03 E</b>	<b>01 E</b>	<b>05 E</b>	<b>03 E</b>	<b>01/08/2004</b>
<b>04/04/2004</b>	<b>02/05/2004</b>	<b>06/06/2004</b>	<b>04/07/2004</b>	

**HORÁRIOS DE CHEGADA E SAÍDA DO LOCAL DO CURSO:**

<b>1º DIA - CHEGADA</b>	<b>2º DIA – SAÍDA</b>
<b>16:00 HORAS</b>	<b>14:00 HORAS</b>

**HORÁRIOS DO CURSO:**

<b>1º DIA–INÍCIO</b>	<b>1º DIA-TÉRMINO</b>	<b>2º DIA-INÍCIO</b>	<b>2º DIA-TÉRMINO</b>
<b>16:30 HORAS</b>	<b>20:30 HORAS</b>	<b>08:30 HORAS</b>	<b>12:30 HORAS</b>

ILIANE KOHLER  
Coordenação NESSOP-UFSC

MODESTO SEVERINO AZEVEDO  
Coordenação UFECO

MARIA CATARINA MACHADO  
Estagiária NESSOP-UFSC

**ANEXO E**

## **Locais de Realização do Curso Formação de Gestores Comunitários 2004 em Cada Regional:**

### **1) Regional NORTE I E II:**

- As 5 (cinco) Unidades Temáticas/Módulos do curso realizaram-se nas dependências da Sede Balneária de Jurerê, da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina – APCEF/SC, situada na Alameda César Nascimento, nº 700 – Bairro Jurerê Tradicional, Florianópolis/SC.

### **2) Regional MACIÇO MORRO DA CRUZ / AGRONÔMICA E BACIA DO ITACORUBI:**

- Essa Regional realizou as Unidades Temáticas/Módulos nos seguintes locais:
  - 1ª e 2ª Unidades – ITESC – Instituto Teológico Santa Catarina, situado à Rua Dep. Antônio Edu Vieira, nº 1524, Bairro Trindade, Florianópolis/SC;
  - 3ª Unidade – Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, situada à Rua Lauro Linhares, nº 560, Bairro trindade, Florianópolis/SC;
  - 4ª e 5ª Unidades – Colégio Estadual Padre Anchieta, situado à Rua Rui Barbosa, nº 525, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC.

### **3) Regional CONTINENTE I E II:**

- Essa Regional realizou as 5 (cinco) Unidades Temáticas/Módulos no Salão de Festas do Condomínio ARGUS, situado à Rua Desembargador Pedro Silva, nº 2202, Bairro Coqueiros, Florianópolis/SC.

### **4) Regional ILHA LESTE:**

- Essa Regional realizou as Unidades Temáticas/Módulos nos seguintes locais:

1ª Unidade - Clínica Alpha Luz, situada na Travessa Manoel Florentino Vieira, nº 19 (a 50 metros da ponte pênsil), Bairro Barra da Lagoa, Florianópolis/SC;

2ª e 3ª Unidades – Escola Maria Conceição Nunes, situada na Estrada São João do Rio Vermelho, Bairro Rio Vermelho, Florianópolis/SC;

4ª Unidade – Salão Paroquial da Capela São Pedro, Bairro Barra da Lagoa, Florianópolis/SC;

5ª Unidade – Pousada Amazón, situada na Estrada Geral da Costa da Lagoa, Florianópolis/SC.

#### **5) Regional SUL I e II:**

- Essa Regional realizou as 5 (cinco) Unidades Temáticas/Módulos nas instalações da DVCP – Divisão de Capacitação de Pessoal da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina SA.), mais conhecida como CEFA, situada à Rua José Olímpio da Silva, nº 1069, Bairro Tapera, Florianópolis/SC.

#### **Local de realização dos dois Seminários:**

A realização dos dois seminários previstos no projeto foi possível graças à parceria com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (CEFET/SC), que cedeu sem ônus para o projeto o seu Auditório, situado à Av. Mauro Ramos – Centro – Florianópolis/SC.



**ANEXO F**

**UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS – UFECO E  
NÚCLEO DE ESTUDO EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR -  
NESSOP/ UFSC**

***SEMINÁRIO “FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS”***

**Data:** 29/05/2004

**Local:** Auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (CEFET/SC)  
Av. Mauro Ramos – Centro – Florianópolis/SC.

**Horário:** Das 13:30 às 18:00

**Participantes:** Cursistas 2004 e 2003; Coordenação Pedagógica e Coordenação Local.

**Objetivos:**

- Fortalecer um espaço público de articulação de saberes e de experiências, para construir o trabalho em rede das organizações sócio-comunitárias do município de Florianópolis;
- Fortalecer a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias na representação democrático-participativa das organizações sócio-comunitárias do município de Florianópolis.

**PROGRAMA:**

**13:30 – Acolhida e Apresentação –** Maria Catarina Machado.

**14:00 às 14:15 – Abertura – UFECO:** Sr. Modesto Severino Azevedo.

**14:15 às 15:15 – UFECO –**Raízes Históricas e sua Atualidade - Painel: Sr. Marcos Neves;  
- **UFECO - Agenda Atual:** Sr. Modesto S. Azevedo e Sr. Luiz Rodrigues Souto;

**15:15 às 15:45 – Intervalo.**

**15:45 às 16:30 – Experiências Sócio-Comunitárias:** AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche; Ingleses – Movimento Transporte Urbano; Fórum da Cidade – UFECO.

**16:30 às 16:50 – UFECO: Desafios e Possibilidades –** Sr. Modesto S. Azevedo.

**16:50 às 17:15 – Perguntas à UFECO.**

**17:15 às 18:00 – Despedida e Encerramento.**

*“A participação é imprescindível para a consolidação democrática das relações sócio-comunitárias”!*

**PROJETO: “FORMAÇÃO DE GESTORES COMUNITÁRIOS”**  
**NÚCLEO DE ESTUDO EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP**  
**E**  
**UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS - UFECO**

*“RELATÓRIO DO SEMINÁRIO: “União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO – suas raízes históricas e as atuais bandeiras de luta”.*

*Data: 29-05-2004*

*Horário: 14:00 às 18:00 h.*

*Local: Auditório da Escola Técnica Federal De Santa Catarina.*

*A estagiária Maria Catarina dá início aos trabalhos saudando os participantes e apresenta a mesa de abertura composta por Modesto Severino Azevedo (atual presidente da UFECO) e Professora Zulamar Maria Bittencourt e Castro (membro do NESSOP). Enfatiza que o seminário será dividido em dois momentos: primeiro se fará um resgate das raízes históricas da UFECO e posteriormente uma explanação sobre as principais e atuais bandeiras de luta da entidade.*

*Sr. Modesto S. Azevedo, fala da preciosidade deste momento para todos os presentes e, principalmente, para a entidade. Enfatiza a importância da parceria UFECO-NESSOP/UFSC que vem desenvolvendo o curso de formação de gestores, que desde a última gestão consiste em prioridade nas ações da UFECO.*

*A Prof<sup>a</sup> Zulamar, após saudar os presentes, enfatiza o trabalho desenvolvido pelo NESSOP junto ao Movimento Comunitário de Florianópolis, diz que o Núcleo foi criado com a intenção de prestar assessoria e desenvolver projetos em conjunto com o Movimento Comunitário, visando fortalecer sua organização.*

### **Primeiro Momento:**

*O Prof. Marcos Neves, professor da Escola Técnica Federal e um dos participantes no processo de fundação da UFECO, tendo sido o primeiro Secretário Geral da entidade, inicia sua explanação contextualizando o momento de fomentação até a criação propriamente dita da UFECO. Enfatiza a inexistência de eleições municipais nas capitais, no Brasil, até o ano de 1985 e desde o Movimento “Diretas Já”, despertava na população do país o anseio por mudanças e a principal bandeira de luta dos Movimentos Sociais era a reivindicação da participação popular nas gestões públicas. Aliado a estes fatos em 1987, observamos o processo constituinte, que consolida a possibilidade da democracia, no país. Neste período, Florianópolis recebe uma grande injeção de recursos públicos, por ser capital, tais recursos foram, também, utilizados em programas sociais com grande incidência nas comunidades. São realizados nos Centros Sociais Urbanos, atividade de Assistência Social, através da orientação das lideranças comunitárias locais. Em 1986, é implantado uma espécie de orçamento participativo no município e a gestão da prefeitura é articulada ao Movimento Comunitário, sendo que o prefeito destinava momentos específicos em sua agenda para o atendimento às lideranças comunitárias. Mesmo com os avanços, tal gestão não possibilitou uma maior organicidade ao movimento, pois, as Associações tornavam-se dependentes do repasse de verba do poder público. Frente a estes fatos, em busca de autonomia nasciam Associações de Moradores por todo canto da Ilha e a partir da articulação daquelas que não eram vinculadas à prefeitura, lideranças comunitárias fundam a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO – em 1987, concretizando o processo de democratização na cidade. O desejo de participação da população fica cada vez mais evidenciado e a possibilidade de definir a utilização dos recursos estimula as lideranças comunitárias. Finaliza dizendo que a UFECO necessita de autonomia.*

O Sr. Modesto S. Azevedo complementa que o estatuto da UFECO define o papel e objetivo da entidade e que os objetivos da fundação vigoram até hoje, especialmente no que se refere ao estabelecido no **CAPÍTULO II**:

### **PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

*Art. 2º São princípios da UFECO:*

*I – autonomia e independência com relação a credos religiosos, a partidos políticos, ao poder público e a organizações privadas;*

*II – a democracia como regra básica de funcionamento;*

*III – liberdade na defesa de idéias ou propostas e unidade na execução das decisões da Entidade;*

*IV – lutar contra todas as formas de discriminação, dominação, alienação e desrespeito aos direitos humanos e sociais;*

*V – promover a organização dos moradores a partir de suas reivindicações e interesses, estimulando a participação dos interessados.*

*Art. 3º A UFECO tem como finalidade principal lutar pelas reivindicações da população, reunindo e congregando as entidades comunitárias representativas dos moradores dos bairros e outros núcleos habitacionais do município de Florianópolis, motivando-as a participar da conquista de melhores condições de vida, e como finalidades específicas:*

*I – lutar pelas reivindicações das filiadas, democraticamente aprovadas;*

*II – representar as entidades filiadas junto ao Poder Público e, junto às pessoas jurídicas de direito privado sempre que solicitado;*

*III – promover o fortalecimento da organização do movimento comunitário em Florianópolis, a conscientização e mobilização da população;*

*IV – apoiar as entidades filiadas nas suas necessidades e na realização de seus projetos;*

*V – promover atividades e pesquisas que contribuam para melhor conhecimento da realidade;*

*VI – conhecer e estimular formas solidárias de produção, que valorizem as potencialidades locais;*

*VII – promover a defesa da cultura popular, do meio ambiente, dos direitos dos consumidores e dos direitos urbanos, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais;*

*VIII – buscar a democratização do Poder Público, a elaboração e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população;*

*IX – articular com outras entidades comunitárias e movimentos populares a unificação das lutas; [...]*

### **Segundo Momento:**

*A Sra. Albertina da Silva de Souza, ex-presidente da UFECO, relata que começou a acompanhar a entidade a partir do ano de 1995, acompanhando a eleição realizada. Participou da chapa que saiu derrotada e através da articulação das lideranças participantes foi criado o MUCOF – Movimento que até o ano de 2001 acompanhou as ações realizadas pela UFECO. Lembra que a entidade se mantinha atrelada ao poder público, sendo que sua sede situava-se na Secretaria de Estado da Família e enfatiza que não há registros de reuniões da diretoria e ou Assembléias Gerais, durante este período. Finaliza dizendo que hoje a UFECO está mostrando que é importante para a cidade.*

*O Sr. Modesto S. Azevedo passa a falar sobre as ações que a UFECO vem desenvolvendo atualmente, segue pontos principais:*

### **NOSSAS AÇÕES:**

- *Planejamento da UFECO - Organização Interna (Conta bancária etc.)*
- *Reformulação do Estatuto - Parcerias com outras entidades (FAMESC, Fórum do Transporte, Fórum da Cidade, NESSOP, União Nacional por Moradia Popular, Fórum Nacional da Reforma Urbana, CAAP, CESUSC, Instituto da Juventude).*

**RELACÃO COM A CÂMARA DE VEREADORES e PREFEITURA:** *Tribuna Livre - Audiências Públicas - Projeto de Leis/Zoneamento Urbano - Participação nos Conselhos Municipais.*

**NOSSAS CONQUISTAS:** *- Crédito Solidário (100 unidades) - Regularização Fundiária (Vila Santa Rosa, Panáia e Vila Aparecida) - Assessoria Jurídica - Convênio com a CELESC (Finanças) - Acompanhamento das eleições nas entidades de bairro (defesa da democracia) - Curso de Gestores.*

**LUTAS PRIORITÁRIAS:** *- Organizar as Entidades Comunitárias junto a UFECO - Plano Diretor Unificado e Participativo com destaque para a Regularização Fundiária e Habitação Popular.*

*O Sr. Carlos Magno Nunes, Assistente Social e membro do Fórum da Cidade, relata a criação do Fórum da Cidade que se deu a partir da articulação de liderança comunitárias durante o Encontro “Experiências em Cena” realizado pelo NESSOP. Em 2001, o Fórum da Cidade é criado, pois, visualizava-se a desarticulação do Movimento Comunitário de Florianópolis, fato que coincidiu com a retomada da UFECO e a aprovação da Lei 2710/01 – Estatuto da Cidade – que prevê o direito à participação popular nas decisões*

*frente ao futuro das cidades e a realização de um Plano Diretor Integrado, fato que legitimou as ações do Fórum. Lembra que este já realizou dois grandes encontros e contou com uma grande representação de entidades comunitárias.*

*Em seguida, realizou-se uma dinâmica de despedida, onde os coordenadores foram passando, de mão-em-mão, flores, que chegavam às mãos de cada participante, após ter passado pelas mãos de todos os demais, com o objetivo de levar a cada um a energia e a força do grupo, para a continuidade do trabalho sócio-comunitário, no espírito de formação de uma rede de apoio entre as entidades comunitárias.*

*Os presentes participaram com entusiasmo dessa dinâmica, levantando as flores ao final, dando vivas ao Movimento Comunitário, às Associações de Moradores, aos Conselhos Comunitários e à UFECO!*

*Às 18:30 h. foi encerrado o Seminário que eu, Fabiani Witt – Estagiária do NESSOP, acabo de relatar”.*



**ANEXO G**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR -**  
**NESSOP**  
**UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS - UFECO**

**IIº SEMINÁRIO**

**TEMAS:**

- 1. Atuação em Rede das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Município de Florianópolis;**
- 2. Continuidade do Processo de Formação.**

DATA: 07/08/2004.

HORÁRIO: 14:30 às 18:00.

LOCAL: AUDITÓRIO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA.

**OBJETIVOS:**

- Realizar no coletivo, a definição e encaminhamentos de relações em rede das Associações de Moradores e dos Conselhos Comunitários do município de Florianópolis;
- Identificar e encaminhar as possibilidades e limites de uma política de formação continuada do movimento sócio-comunitário.

**PAUTA:**

14:30 às 14:45 – Acolhimento. Coordenação: UFECO E NESSOP;

14:45 às 16:00 – Debate em pequenos grupos;

16:00 às 16:20 – Intervalo;

16:20 às 17:30 – Plenária;

17:30 às 18:00 – Encaminhamentos e despedida.

**METODOLOGIA DOS TRABALHOS EM GRUPO:**

No debate, em pequenos grupos, serão formuladas proposições, definidas prioridades, tarefas, cronogramas e os sujeitos responsáveis ou comissões executivas. Em plenária, cada grupo apresentará seu trabalho. No debate, serão definidas as prioridades e seus respectivos encaminhamentos.

**OBS. IMPORTANTE: FORMATURA - Dia 17 de Agosto de 2004-Auditório da Reitoria – UFSC - Qualquer dúvida ligar para 331-6513 ou 331-9453 (NESSOP).**

Seguindo a programação do 2º Seminário, os grupos realizaram as atividades/debates propostos e chegaram às seguintes conclusões/definições:

#### **“CONCLUSÕES GRUPO 1**

- *Formulação de política de formação continuada;*
- *Curso de formação p/ conhecer a cidade de Florianópolis – Diagnóstico;*
- *Rede de atuação p/ cobrar da Secretaria de Saúde o cumprimento de horário DOS FUNCIONÁRIOS;*
- *Projeto Fiscal Cidadão;*
- *Cursos locais promovidos pelos cursistas formados pelos cursos já realizados;*
- *Cursos regionais p/ dar continuidade à discussão/encaminhamentos aos projetos de cada comunidade;*
- *Curso universitário livre p/ os gestores comunitários;*

#### **CONCLUSÕES DO GRUPO 2:**

- *REDE: atuação em rede das entidades sócio-comunitárias do município de Florianópolis/SC.*

#### **CONCLUSÕES DO GRUPO 3:**

##### ***Sobre o curso:***

- *Descoberta de novas lideranças; trazer novas pessoas p/ o curso;*
- *saber mais sobre os direitos;*
- *fazer seminário p/ debater temas comuns (saneamento básico, Estatuto da Cidade, Plano Diretor);*
- *Apoio coletivo e participação nas lutas de cada comunidade.*

### ***Proposta de REDE:***

- *Que os Coordenadores Locais e Regionais junto com o NESSOP, UFECO, FÓRUM DA CIDADE, promovam eventos para construir a rede com base nas propostas de interesse comum.*

### ***CONCLUSÕES DO GRUPO 4:***

- *A importância do curso para formar mais pessoas;*
- *Encontros periódicos entre as Associações de Moradores/Conselhos Comunitários;*
- *Através dos debates entre as comunidades;*
- *A presença nas audiências públicas e convocação de todas as lideranças p/ os eventos principais na cidade para melhor qualificação;*
- *A responsabilidade deve ser da UFECO cabendo a todas as Associações se reunirem e virem a participar da UFECO. Podemos mobilizar a população através dos meios de comunicação (internet, rádio, jornal etc.).*

***A UFECO não é só a DIRETORIA ela é constituída por todas as ASSOCIAÇÕES!***

### ***DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA REDE:***

- 1) Que se forme uma Comissão Executiva para encaminhar a rede com 2 representantes de cada região;*
- 2) Criação de grupo de discussão via internet;*
- 3) As entidades lutarem pelas reivindicações de seus bairros e democratização das associações; através de Assembléias de moradores , ter uma política de autogestão das comunidades;*

- 4) *A internet não deve ser o único meio de comunicação para garantia de participação daqueles que não têm acesso à internet;*
- 5) *A rede já existe através da própria UFECO e que se continue reforçando os projetos elaborados nas regiões;*
- 6) *A relação de compromisso com a meta é que vai garantir o fortalecimento da Rede, não é só informar o cidadão é promover a sua participação;*
- 7) *A Rede é informação, formação e relação, que se constituam grupos de cada região e se elabore proposta final sobre: como se pensa a rede e a formação a partir do que já foi discutido hoje;*
- 8) *Eleger grupos de lideranças em cada uma das nove (9) regiões da UFECO para, junto com o coordenador regional ser a direção na região;*
- 9) *A formação tem que ser trabalhada sobre os pontos básicos desde a linha organizativa, dos problemas específicos e de rede de ações comuns (Plano Diretor; saneamento básico etc.);*
- 10) *Elaborar Boletim Informativo;*
- 11) *Mencionar sempre as várias organizações representativas das comunidades e não somente falar das Associações e Conselhos;*

#### **DEFINIÇÃO DA ESCOLHA DOS 2 REPRESENTANTES DE CADA REGIÃO:**

- **SUL:** JOEL E VANILDO, (SUPLENTE: ZENAIDE E FLORIANO);
- **NORTE:** CELESTE E NIKA, (SUPLENTE: DANIEL E FLÁVIO);
- **LESTE:** NATÁLIA E STELLA, (SUPLENTE: VALDIR E LÚCIA);
- **CONTINENTE:** MARIA LÚCIA E AROLDO, (SUPLENTE: INDIAMARA);
- **MACIÇO MORRO DA CRUZ/AGRONÔMICA E BACIA DO ITACOPRUBI:**  
GUIDO SCHULTZ, CLAUDETE REGES MACHADO;

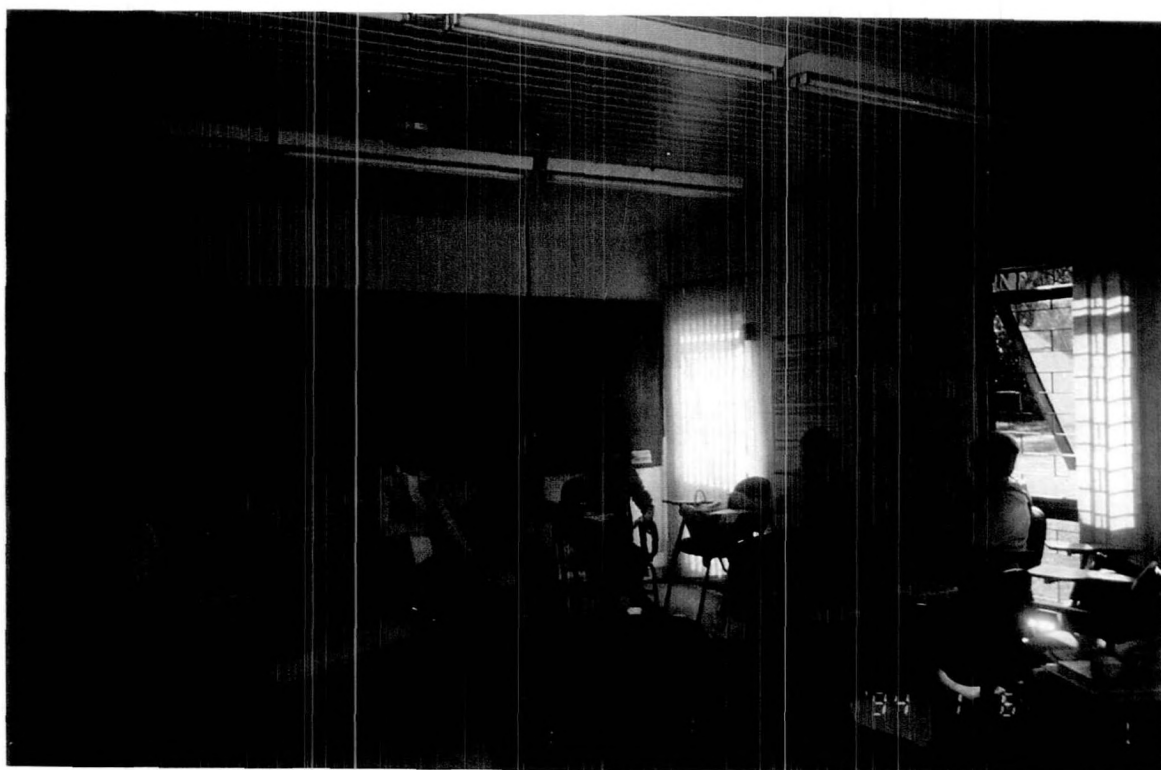
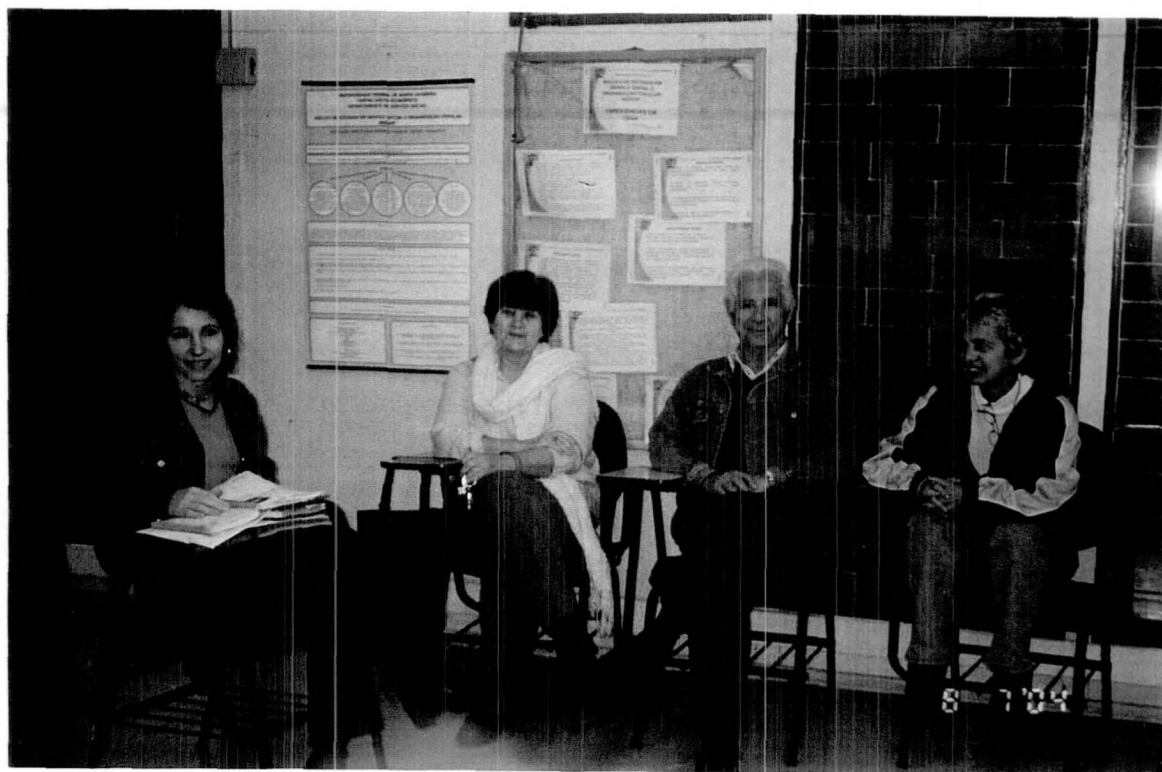
- *FORUM DA CIDADE;*
- *NESSOP;*
- *UFECO.*

*A Próxima Reunião ficou agendada para: dia 28 de Agosto às 14:00 horas.*

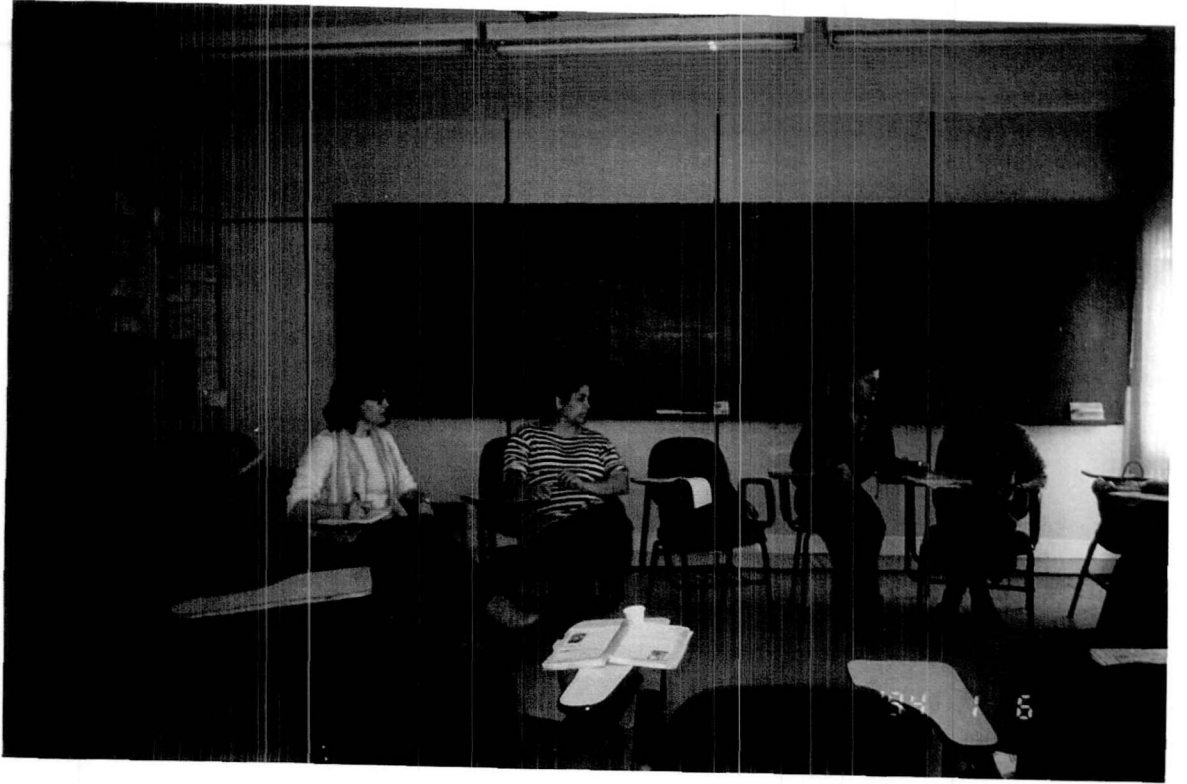
*Local: Auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina”.*

**ANEXO H**

**Registros da Comissão Pedagógica do curso Formação de Gestores Comunitários 2004.**

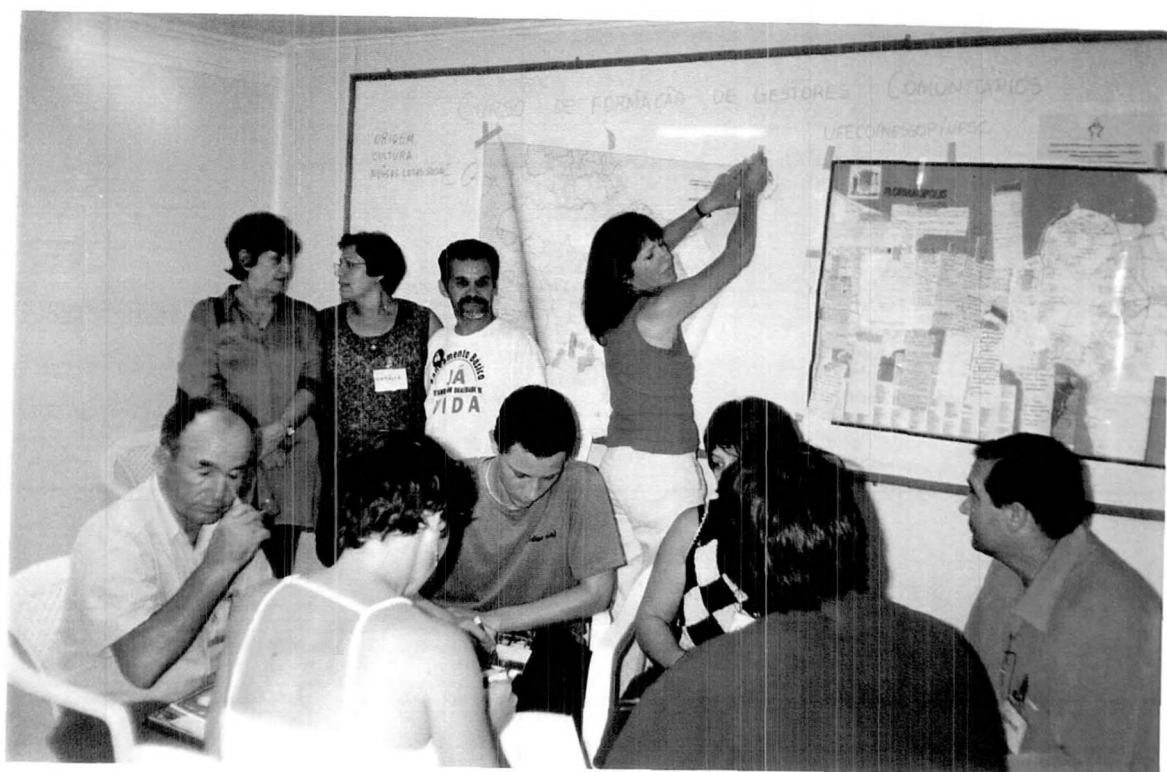






**Registros do curso Formação de Gestores Comunitários realizado na Regional Leste.**



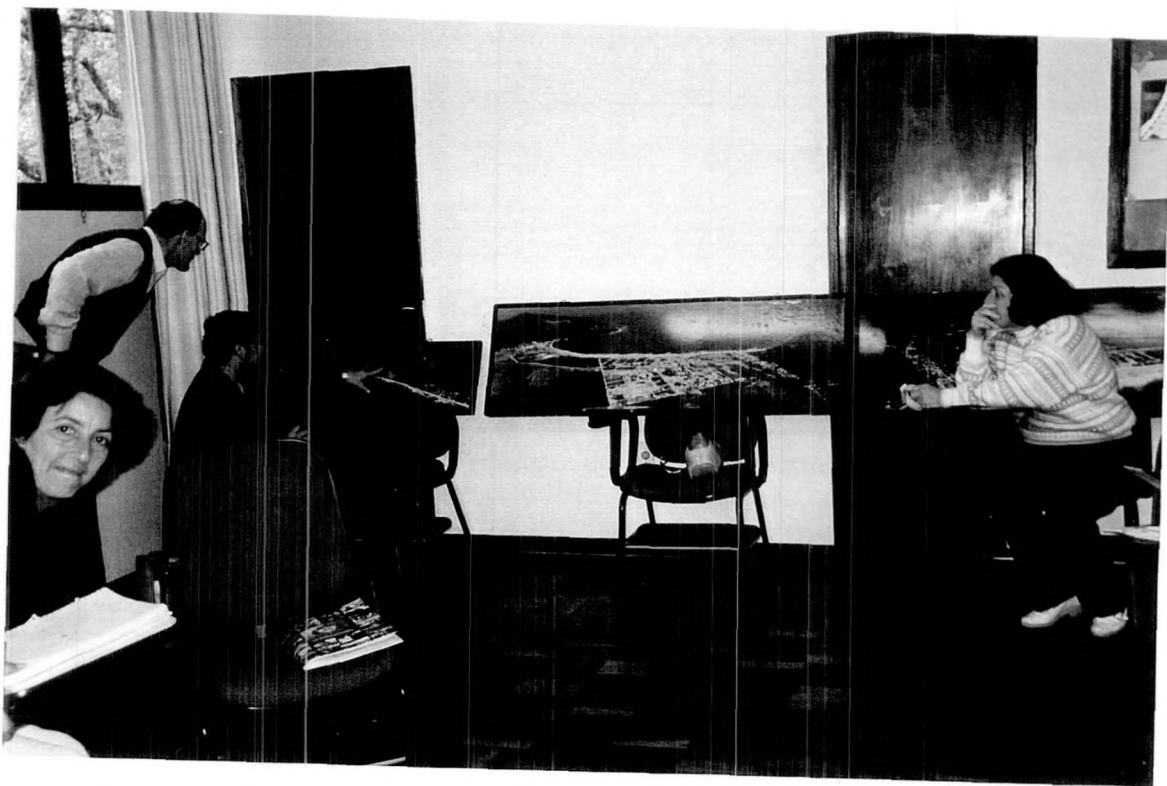




**Registros do curso Formação de Gestores Comunitários realizado na Regional Sul I e II.**





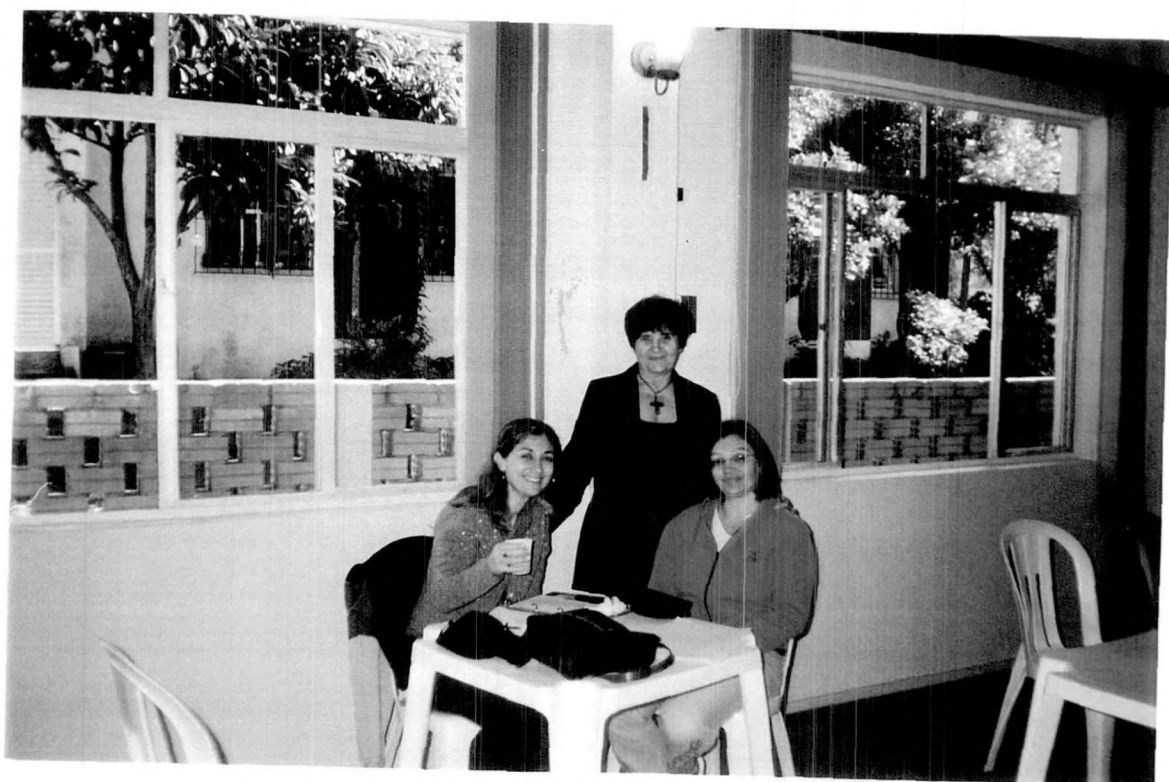




**Registros do curso Formação de Gestores Comunitários realizado na Regional  
Continente I e II.**



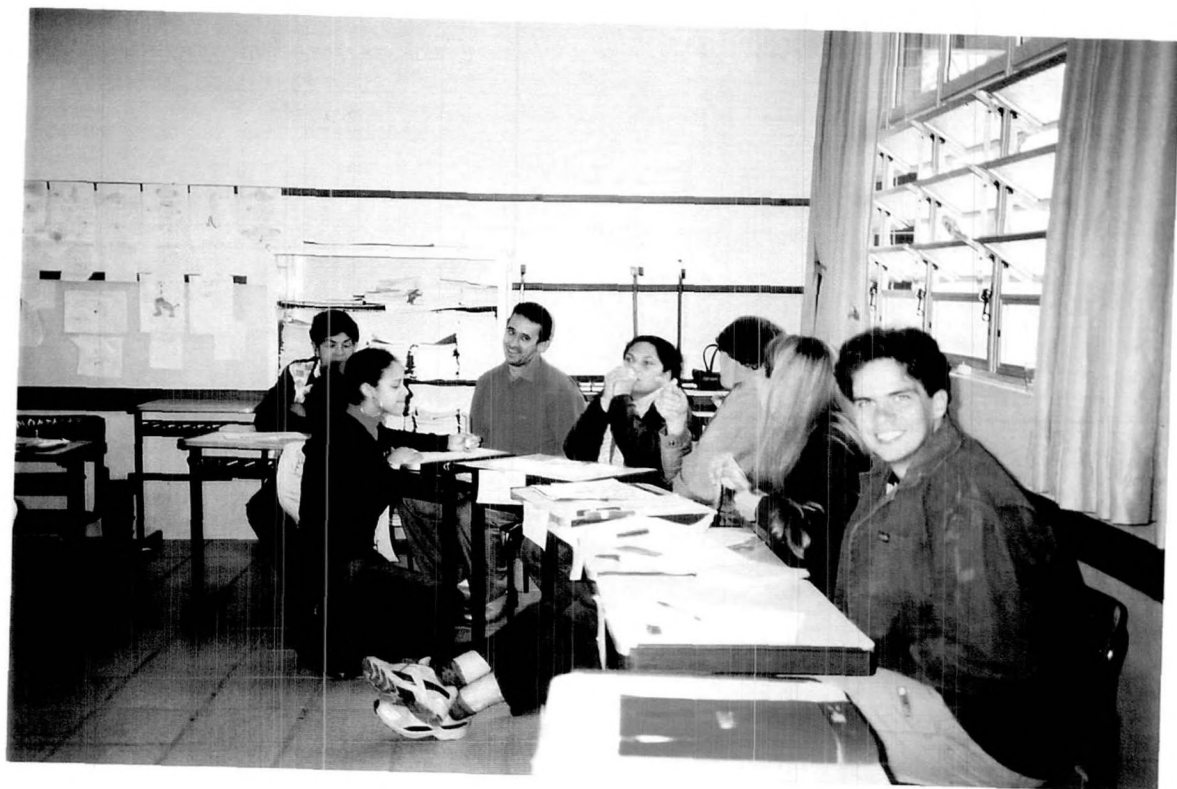
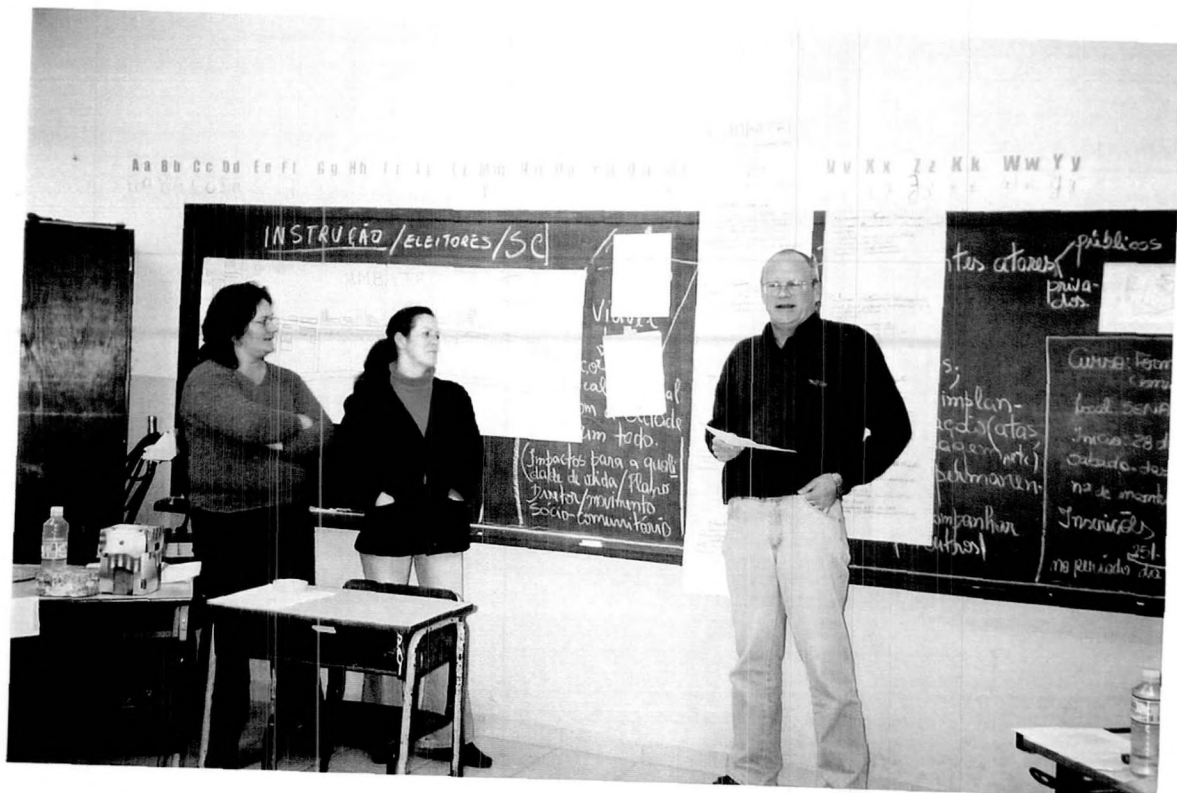




**Registros do curso Formação de Gestores Comunitários realizado na Regional  
Maciço Morro da Cruz/Agrônômica e Bacia do Itacorubi.**

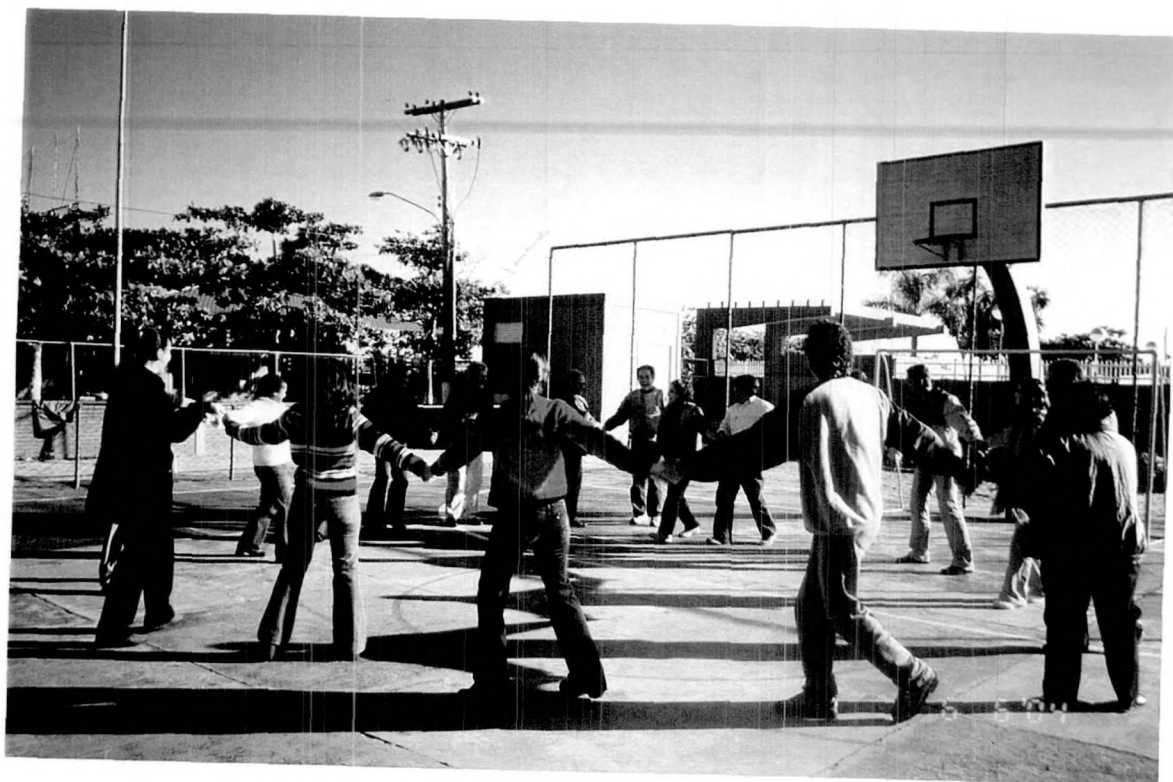






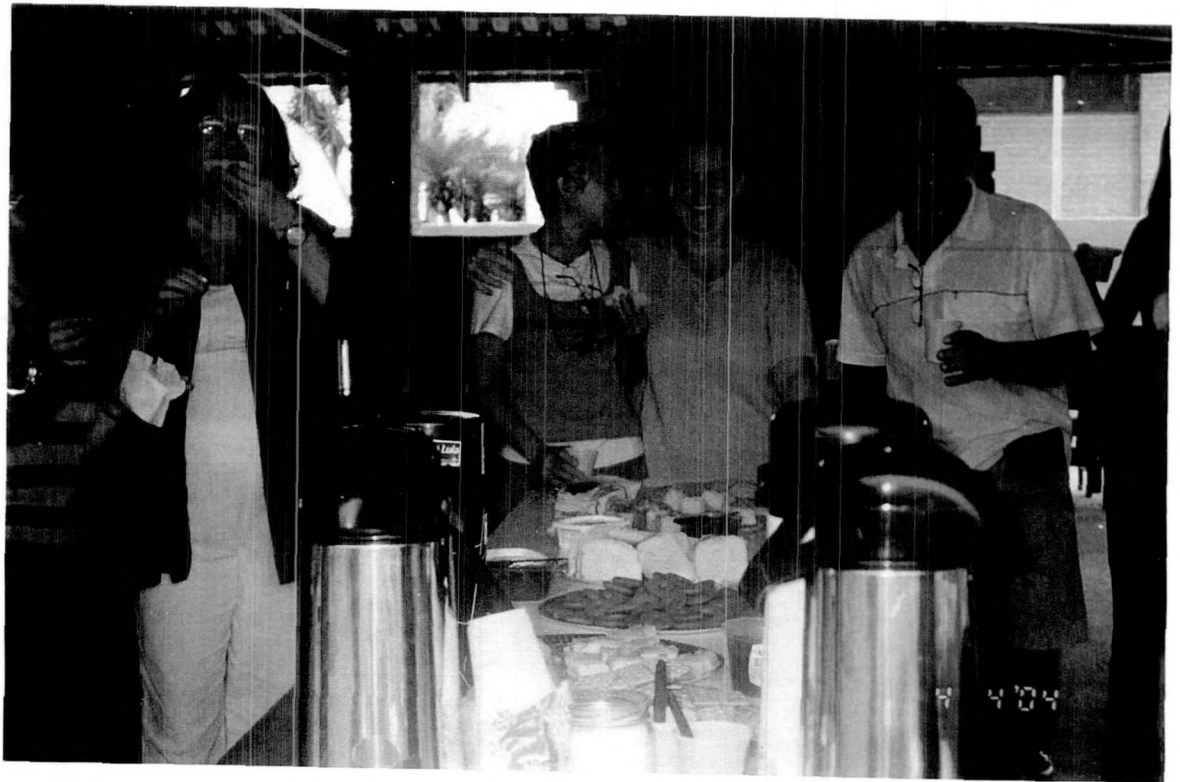


**Registros do curso Formação de Gestores Comunitários realizado na Regional Norte I e II.**











**Registros do 2º Seminário - Formação de Gestores Comunitários 2004.**





Registros da formatura dos cursistas do projeto Formação de Gestores  
Comunitários 2004.





